Henrique Santos Lopes de Aguiar

UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL
A INTERAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA EM UM CONTEXTO MUNDIAL INCERTO

Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, orientada pelo Doutor Rui Jorge Gama Fernandes, apresentada ao Departamento História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2014

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	**Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus**
Título	**UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL – A INTERAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA EM UM CONTEXTO MUNDIAL INCERTO**
Autor	**Henrique Santos Lopes de Aguiar**
Orientador	**Rui Jorge Gama Fernandes**
Júri	**Presidente: Doutor António Martins da Silva** **Vogais:** **1. Doutor Rui Jorge Gama Fernandes** **2. Mestre Dina Sofia Neves Sebastião**
Identificação do Curso	**2º Ciclo em Estudos Europeus**
Área científica	**Ciência Política e Cidadania**
Especialidade/Ramo	**Estudos Europeus**
Data da defesa	**24/10/2014**
Classificação	**18 valores**

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível graças à colaboração de algumas pessoas, às quais gostaria de deixar a minha gratidão. Primeiramente, aos meus pais que são a minha referência na vida, tanto para a busca do conhecimento quanto para o crescimento pessoal e profissional. Ao meu professor e orientador, Professor Doutor Rui Jorge Gama Fernandes pela incansável contribuição e paciência e a todos os outros professores cujos quais tive o imenso privilégio de aprender durante minha passagem pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Nomeadamente, Professor Doutor António Martins da Silva, Professora Doutora Maria Manuela Bastos Tavares Ribeiro, Professor Doutor José Carlos Seabra Pereira, Professor Doutor Alexandre Guilherme Barroso Matos Franco Sá, Professora Doutora Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues, Professor Doutor Pedro Carlos Silva Bacelar Vasconcelos.

RESUMO

Em 1995, os representantes da União Europeia e Mercosul formalizaram o Acordo Quadro Inter-Regional de Cooperação no intuito de estabelecerem uma área de Livre Comércio entre os dois blocos. Porém, quase vinte anos após a assinatura, a parceria que visava responder aos desafios da globalização, os quais demandam maior integração dos mercados, paralisou-se no tempo. Mesmo assim, recentemente retornaram-se as conversas muito em virtude da crise econômica de 2008/09, tendo em vista se tratar de um dos meios menos custosos para estimular ambas as economias. Outrossim, trata-se de um passo para garantirem espaço no novo ordenamento mundial com tendências multipolares. A ordem multipolar antecipada no relatório da CIA (2008) para os próximos anos vai de encontro à tese de Anne Marie Slaugther que prevê o sistema mundial fragmentado com a participação de várias setores de estado buscando soluções globais. Neste contexto, os Estados atuam nas dimensões horizontais e verticais, assim como por movimentos transversais, substituindo o clássico modelo centralizador que por anos norteou a atuação dos governos no campo internacional. Esse novo período no cenário internacional também apresenta um declínio político e econômico dos EUA, somando-se ao enfraquecimento das instituições tradicionais, tais como OMC, FMI e ONU diante da complexidade dos litígios internacionais. Muito criticadas, as Organizações Internacionais ora referidas, refletem um período longínquo e não se adaptaram a dinamicidade do momento atual. Por essa mesma razão, países emergentes não satisfeitos com o tratamento concedido nos fóruns internacionais propuseram a formação do BRICS. Liderados pela China, nova candidata a superpotência, sugere a formação de um novo modelo para, paralelamente, atuar com instituições como o Banco Mundial e FMI. A União Europeia e os Estados Unidos da América que formaram com o Japão um período uni-multipolar, também se movimentam para resgatar o prestígio abalado em razão da crise financeira recente. Receosos de esperar os desfechos da Rodada Doha, com poucos avanços desde a sua criação, estudam instituir uma zona de livre comércio transatlântica, a qual, via de consequência, teria força de regulamentar parte significativa do comércio internacional visto o poder de atração dos seus mercados. O Mercosul por seu turno, convive com a sombra do seu antagonista ideológico na região, a Aliança do Pacífico.

Nada mais oportuno, portanto, que o Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia fosse recolocado em pauta, no entanto, por que essa parceria é tão complexa? Quais são as limitações e cenários possíveis para esse desfecho? A presente pesquisa se propõe analisar tal conjuntura e oferecer respostas a esses questionamentos.

Palavras chave: MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA – GLOBALIZAÇÃO – MULTIPOLAR – ACORDO QUADRO INTER-REGIONAL DE COOPERAÇÃO

ABSTRACT

In 1995 European Union and Mercosur leaders formalised the Interregional Framework Cooperation Agreement aiming to establish a free trade area between the two blocs. Twenty years later it is visible that this partnership which envisaged to address the challenges imposed by globalisation, such as improve market integration, has been paralysed. However, the 2008/09 economic crisis brought the Agreement back to the table as it remained one of the least costly methods to stimulate both bloc's economy and represented another step to guarantee space in the new world order with multipolar trends. This new trend for the next years was anticipated by a report from the CIA (2008) and reinforced Anne Marie Slaughter's thesis that predicted a disaggregated world-system with the participation of different sectors within States searching for global solutions. Within this context, States act in vertical and horizontal as well as transversal dimensions and the classic centralised model that has guided governments' international actions for years is substituted. This new period in the international scenario also presents an economic and political decline of the U.S. and a weakening of traditional institutions, such as the WTO, the IMF and the UN, given the complexity of international litigations. The aforementioned international organisations have been largely criticised for not adapting to the dynamicity of the present situation. For this same reason, emerging countries which have been unsatisfied with the treatment received in international forums proposed the foundation of the BRICS. Led by the new superpower candidate China, this proposal envisaged a new model to act parallel to institutions such as the World Bank and the IMF. The EU and the U.S., who had both formed a uni-multipolar period with Japan, also acted to rescue the prestige that was lost due to the recent economic crisis. With the uncertainties of the outcomes of the Doha Development Round and the few advancements since its creation, they have examined the formation of a transatlantic free trade zone that could regulate a significant part of the international trade, given the magnetic strength of their market. The Mercosur, in turn, lives in the shadows of its ideological antagonist in the region, the Pacific Alliance. It is understandable, then, why the Free Trade Agreement between Mercosur and the European Union has been put back on the agenda. However, why is this partnership so

complex? What are its limitations and possible outcomes? This research aims to analyse this complex scenario and to address the questions above.

Keywords: MERCOSUR – EUROPEAN UNION – GLOBALISATION – MULTIPOLAR – INTERREGIONAL FRAMEWORK COOPERATION AGREEMENT

Índice

Agradecimentos **1**

Resumo **3**

Abstract **5**

Índice **7**

Introdução **9**

PARTE I **13**

1. Síntese Evolutiva dos Processos de Integração da União Europeia e do Mercosul **13**

1.1. União Europeia 15

a) Os antecedentes históricos da criação da primeira comunidade europeia 15

b) Da Comunidade do Carvão e do Aço (CECA) a União Europeia 17

1.2. Mercado Comum do Sul 25

a) Os antecedentes históricos da criação do Mercado Comum do Sul 25

b) Duas décadas do Mercado Comum do Sul 28

2. A Relação Bilateral entre a União Europeia e Mercosul **31**

2.1. Os interesses norteadores da reaproximação bi-regional 33

2.2. As Divergências político-econômicas 37

II PARTE **41**

3. União Europeia e Mercosul na ordem mundial **41**

4. Da uni-multipolaridade para a multipolaridade? **44**

4.1. EUA: O império em declínio? 45

a) A Opinião Pública 46

b) O Fator Econômico 49

c) Poder Militar 51

4.2 O BRIC(S): Presságio de uma ordem multipolar? 54

4.3 Momento Multipolar 59

5. O "Novo Multilateralismo" **59**

5.1 Multilateralismo *versus* Regionalismo 62

5.2 A fragmentação do Estado-nação e suas implicações no ordenamento mundial 64

6. As estratégias da União Europeia e Mercosul dentro da ordem multipolar **66**

6.1 UE e EUA: Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (APT) 67

6.2 Mercosul e os "Tigres Latinos" da Aliança do Pacífico 73

6.3 A Rodada Doha (DDA) 76

6.3.1 IX Conferência Ministerial da OMC – Bali 2013 79

a) Facilitação do Comércio 80

b) Agricultura 81

c) Desenvolvimento e Países Menos Avançados 81

6.3.2 Pós-Bali: próximos passos do sistema multilateral do comércio 82

III PARTE 83

7. O Futuro do Acordo de Livre Comércio entre a UE e Mercosul 83

7.1 Perspectivas da União Europeia em relação ao Mercosul 85

7.2 Perspectiva do Mercosul em relação a União Europeia 89

7.3 Um acordo possível? 91

Conclusão 95

Bibliografia 99

Webgrafia 101

Sítios consultados 102

INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Grande Guerra os Estados Unidos da América se destacavam como potência militar e econômica num cenário mundial devastado e enfraquecido institucionalmente, sobretudo no caso do espaço europeu. Surgia então o período da Guerra Fria que perduraria entre 1946-89, no qual o modelo americano, fundado nos principios capitalistas e neoliberais, respaldado pelo estado democrático, era ameaçado pelo regime comunista da antiga União Soviética. Concomitante às corridas armamentícias e tecnológicas, a agenda norte-americana previa a reconstrução europeia como estratégia *sine qua non* para frear os designíos do seu grande adversário. Foi nesse contexto de pressão estadunidense e resolvidas as incompatibilidades entre rivais eternos, Alemanha e França, que a União Europeia, "filha da Guerra Fria" (SILVA, 2010: 21, *apud* Bino Olivi), começaria a se formar. Por outro lado, no hemisfério sul, Brasil e Argentina, atentos aos sucessos das comunidades europeias, buscavam conjuntamente uma forma de fazer frente aos desafios da globalização. A crise do petróleo, o esgotamento da prática desenvolvimentista e as transições das ditaduras para governos democráticos foram determinantes na reaproximação destes países a fim de proporem um acordo regional que culminaria na criação, em 1991, do Mercado Comum do Sul (Mercosul[1]).

Outra característica marcante do final do século XX foi o aparecimento da "globalização moderna" que, certamente, fora influenciada pelos avanços tecnológicos obtidos para fins militares, mas que se expandiram para diversas áreas, tais como setores econômicos. A existência de um mundo globalizado implica no aparecimento de desafios globais, os quais colocam em cheque a capacidade dos estados solucionarem unilateralmente os problemas que já não se limitam a sua fronteira territorial e tampouco a sua habilidade de governança interna. Para Anne-Marie Slaughter o antagonismo entre soberania e um sistema de governança mundial cria "the globalization paradox", isto é, ao passo que era exigido dos estados um modelo de governança em escala global e regional, não era constatado o interesse de centralizar o processo de decisão num ente tão distante do povo (SLAUTGHER, 2004: 8).

[1] Para melhor visualização do leitor trataremos o acrônimo MERCOSUL por Mercosul.

Contudo era percebido que cada vez mais os estados passariam a cooperar entre si. Houve o fortalecimento das normas internacionais e o crescente número de países que buscavam proteção de um sistema internacional para defender os seus interesses numa esfera global. Pode-se citar, a título de exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), G8, G20 e Organização das Nações Unidas (ONU).

Mormente, ao final deste século, "a capacidade de influenciar ou determinar o resultado do jogo político internacional já não depende, como ocorria durante a Guerra Fria, tão somente da detenção de recursos estratégicos-militares" (FONSECA JUNIOR *at al.*, 2001: 17-18), dando espaço, portanto, a outros elementos, sendo estes econômicos, culturais, científicos, dentre outros.

Trata-se, assim, de um multilateralismo contemporâneo, influenciado pelas ideologias norte-americanas, assim como pelos desafios da globalização e, principalmente, pelo aparecimento de novos setores imprescindíveis no tabuleiro do poder.

É notório que as organizações internacionais ora mencionadas deixam a desejar quanto as suas habilidades em resolverem conflitos de grande impacto na ordem mundial. As ações unilaterais promovidas pelos Estados Unidos da América sem o consenso da ONU (por exemplo, Iraque - 2003) resultam na descrença quanto à eficácia dessa instituição e sua legitimidade internacional; somam-se a isso os argumentos de que a organização e seu modelo, baseado num conselho permanente, representado por cincos países, os quais tem o poder de veto, não tem o real intuito de assegurar a paz mundial, mas sim atender os interesses das potências nucleares, em específico dos Estados Unidos (EUA) (GOLD, 2004). No caso da Organização Mundial do Comércio, embora mais democrática e com alguns resultados práticos favoráveis (Rodada Uruguai 1986-1994), não consegue por fim as negociações atinentes à Rodada Doha (2001), as quais já se arrastam por mais de dez anos, embora tenha ganhado sobrevida após a nomeação do novo Diretor Geral e com negociação do pacote de Bali (2013). Em comum, parecem limitadas para o atingimento dos seus objetivos constitutivos, respectivamente, promoção da paz e segurança e liberalização comercial assentada no favorecimento dos países em desenvolvimento para reduzir as desigualdades.

Desta feita, o regionalismo aparece como uma vertente da proposta do multilateralismo diante da dificuldade dos estados em firmarem acordos em escala

global. Gerson Fonseca Júnior nos lembra da existência de três esferas do regionalismo vigente, sendo estas: ampliação e aprofundamento de estruturas regionais, como no caso da União Europeia (UE); novas estruturas regionais, tais como Mercosul e ASEAN e; as cooperações entre as estruturas multilaterais e regionais, vide a relação Mercosul-União Europeia (Fórum Euro-Latino-Americano, 2001: 22).

É neste contexto que a relação entre União Europeia e Mercosul se insere nos dias de hoje. A União Europeia se destaca com a proliferação de acordos desta monta, sempre na égide dos preceitos das organizações internacionais que, não os impedem, porém de deixar controvérsias quanto à existência ou não de um antagonismo entre multilateralismo e regionalismo. O Mercosul, por seu turno, tenta utilizar esta aproximação com a UE como motor para as economias dos seus países signatários, assim como para atrair os olhares da comunidade internacional para o cone-sul-americano.

Assim exposto, o presente projeto de investigação debruça sobre a dialética política e econômica das relações entre a União Europeia e Mercosul, no qual se pretende proporcionar uma análise reflexiva das diferenças, similitudes e perspectivas de ambas "organizações" para os próximos anos, considerando o cenário mundial incerto que ora fora sugerido. A escolha do tema "União Europeia e Mercosul: A interação política e econômica em um contexto mundial incerto" decorre do interesse do autor em desenvolver uma análise dessa parceria, cuja qual não se limitará a um estudo comparativo, mas como também à inclusão de novas variáveis externas que possam definir os rumos de ambas as instituições.

Para tanto, este trabalho divide-se em três partes. A primeira tem por finalidade apresentar uma síntese evolutiva de ambos os processos de integração regional, como também as especificidades de cada modelo de governança. Ainda, nesta parte inicial, trataremos os tópicos entendidos como norteadores da atual dialética político-econômica entre a UE e Mercosul. Na segunda parte propõe-se um estudo mais abrangente de modo a enquadrar o bloco europeu e sul-americano nesta conjuntura de ascensão dos países emergentes e o "declínio da estabilidade hegemônica dos Estados Unidos" (TELÓ *at al.*, 2001: 85). A última parte recorrerá à consolidação das ideias expostas nas divisões anteriores de modo a nos permitir traçar as perspectivas individualizadas para o futuro da UE e Mercosul, mas também sobre a possibilidade de reaproximação efetiva, cujo ápice

seria o firmamento de um acordo de livre comércio. Ademais, como metodologia[2] de pesquisa serão utilizados os manuais de relações internacionais (RI), centrados nas teorias das relações internacionais e de integração, multilateralismo e regionalismo. Não obstante, por tratarmos de assuntos atuais que demandam uma visão crítica nos valeremos dos artigos de opinião de renomados estudiosos e pesquisadores no âmbito das RI e política internacional.

[2] Dissertação de mestrado escrita de acordo com o novo acordo ortográfico e em português brasileiro.

PARTE I

1. Síntese Evolutiva dos Processos de Integração da União Europeia e do Mercosul

As relações entre os Estados não é algo novo, no entanto é sabido que a globalização corroborou para a proliferação dos acordos multilaterais e regionais, especialmente no âmbito das organizações internacionais (JAGUARIBE *at al.*, 2003: 63; Wunderlich, 2007: 47). O regionalismo passou a ser peça fundamental para as nações que buscam responder as expectativas criadas por seus cidadãos em torno do crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida. Não obstante, são diversas as formas de relação entre os países, estes podem interagir por meio de acordos de cooperação, reciprocidade e coordenação, sem que haja nos casos mencionados perda de qualquer prerrogativa soberana. Por outro lado, os processos que envolvem integração ou adesão às organizações supranacionais implicam na delegação parcial ou total de soberania em favor dos organismos gestores dos interesses comuns. Para ilustrar essa ideia, podemos trazer como exemplos os processos que constituíram os Estados Unidos da América e a República Federal da Alemanha. Outrossim, temos como referência para as situações resultantes na transferência parcial da autonomia dos estados a Organização Mundial do Comércio, a Organização das Nações Unidas, dentre outros (FERNANDES, 1997: 9).

O caso em estudo, que envolve os processos de criação e evolução da União Europeia e do Mercosul, permite-nos centrar nossa análise nas nuances relativas à integração. Lindeberg uma vez definira integração como:

"The process whereby nations forego the desire and ability to conduct foreign and domestic policies independently of each other, seeking instead to make joint decisions or to delegate the decision-making process to new central organs: and the process whereby political actors in several distinct settings are persuaded to shift their expectations and political activities to a new centre." (Lindedberg, 1963: 6 *apud* WIENER *at al.*, 2009: 47)

A simpatia por tal definição ocorre por entendermos como ideia chave a delegação das expectativas para um ente diferente daquele detentor da soberania originária a fim de perseguir objetivos comuns.

Com efeito, a União Europeia veio desafiar os estudiosos do campo das relações internacionais (RI) com a instituição de um sistema híbrido até então desconhecido, ao passo que conjuga no mesmo modelo uma mistura de supranacionalidade e intergovernamentabilidade, mormente modelo federal e confederal.

Os Neofuncionalistas falharam ao preverem que a criação das Comunidades Europeias levaria, quase que automaticamente, à união política (HAAS, 1958 *apud* WIENER *at al.*, 2009: 51). Tratava-se do entusiasmo acerca da instituição das três comunidades (CECA, CEE e EURATOM), em cujas quais eram depositadas as esperanças de criar um laço federal. De certa forma subestimaram a linha tênue entre soberania e a autonomia do órgão supranacional. Ainda, eram omissos quanto à importância do contexto internacional e à dinâmica institucional, isto é, o processo decisório e seus desdobramentos. Talvez tenha sido a reunião de elementos mais consistentes que tornará os Liberais Intergovernamentalistas (LI) a teoria dominante sobre a integração europeia. No intuito de elaborar a sua teoria, os LI valeram-se de três pilares: preferência, barganha e instituições. Moravicsik resume a sua presunção esclarecendo que a

"EU integration can best be understood as a series of rational choices made by national leaders. These choices responded to constraints and opportunities stemming from the economic interests of powerful domestic constituents, the relative power of states stemming from asymmetrical inter-dependence, and the role of institution in bolstering the credibility of interstate commitments". (MORAVICSIK, 1998: 18, *apud* WIENER, 2009: 69).

Desta feita, a título de resumo[3] do pensamento acima descrito, as preferências nacionais decorrem de um processo racional, no qual os líderes governamentais tendem a buscar as melhores alternativas para matérias específicas ("issue-specific"), geralmente ligadas aos ideais econômicos. Por outro lado, a capacidade de barganha torna-se imperiosa nesse xadrez de concessões e atendimento das demandas ora propostas por cada Estado-membro (Por exemplo, a Política Agrícola Comum). Por fim, as instituições são organizadas para garantir o comprometimento dos seus integrantes. (WIENER, 2009: 69).

[3] Para aprofundar os entendimentos acerca das teorias das relações internacionais e da integração europeia sugere-se as obras: JACKSON, Robert; SØRENSEN, George, *International Relations: Theories e Approaches*, Oxford University Press, New York, 2010; WINER, Antje; DIEZ, Thomas, *European Integration Theory*, Second Edition, Oxford University Press, New York, 2009.

No que se refere ao caso sul-americano, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, valendo-se dos ensinamentos colhidos com as experiências das comunidades europeias puderam privilegiar um modelo de integração previamente testado. O escopo do acordo para instituir o Mercado Comum do Sul parece melhor definido e seus objetivos menos ambiciosos permitem uma análise menos complexa que da UE. Na carta constituinte do bloco sul-americano prevê-se a cooperação entre os quatro países de modo a instituírem um mercado comum. Para tanto, seria necessária a adequação dos instrumentos legislativos internos, de modo absorver as diretrizes desta organização intergovernamental.

Desta forma, traremos a seguir, uma breve síntese da evolução dos dois blocos, a fim de proporcionar uma análise comparativa dos dois processos de integração. Quais seriam, portanto, as origens de ambos os acordos regionais? Quais seriam as semelhanças e as suas diferenças?

1.1. União Europeia

a) Os antecedentes históricos da criação da primeira comunidade europeia

A União Europeia é composta por um modelo híbrido que conjuga elementos confederais e federalistas, como também de intergovernamentabilidade e supranacionalidade. É resultado do moroso processo de integração iniciado a partir da criação da primeira comunidade europeia (Comunidade do Carvão e do Aço – 1951/52). Tal construção perdura mais de 50 anos, e como se sabe, não se encontra concluída. As transformações político-institucionais são constantes em razão dos contextos de cada período e produziu inúmeros tratados constitutivos até então. Mas quais seriam as razões intrínsecas e extrínsecas que originaram esse ambicioso projeto?

Se considerarmos os elementos históricos têm-se quatro fatores que, na ausência destes, dificilmente os discursos entusiasmados de unidade no espaço europeu sairiam dos colóquios e movimentos europeístas (federalistas, unionistas e outros).

Primeiramente, o papel imprescindível do governo estadunidense no acerto do ocidente europeu (ARCHER, 2008: XIII, 21; SILVA, 2010: 25). Os interesses econômicos e militares na região eram inúmeros a ponto de lançarem um programa no congresso a fim de assistir a reconstrução do ocidente europeu. Este programa, o qual seria conhecido

futuramente como Plano Marshall ultrapassaria o mero auxílio pecuniário para promover o dialogo entre os membros da Organização para Cooperação Econômica Europeia (OECE). Era mandatório que as nações favorecidas operassem uma gestão eficiente desta ajuda financeira, corroborando, portanto, os primeiros entendimentos pós-Segunda Guerra entre os eternos rivais, França e Alemanha.

Aliás, o nosso segundo elemento trata da reconciliação do eixo franco-germânico, sem o qual, dificilmente, seria possível imaginar o surgimento de uma comunidade europeia com prestígio e força no âmbito internacional (SILVA, 2010: 29).

O terceiro facto a ser sublinhado era o receio de uma nova guerra, cuja qual poderia ser iniciada por qualquer um dos países europeus, tendo em vista o agravamento da pobreza na região e a crescente onda de movimentos antidemocráticos e ultranacionalistas. Havia, ainda, um pavor generalizado quanto às atividades expansionistas – quiçá – coloniais da antiga União Soviética, sobretudo na altura da dissolução dos partidos de oposição ao comunismo na Polônia e Hungria no final de 1947 (JAGUARIBE *at al*., 2003: 27; SILVA, 2010: 22-23).

Por fim, a situação caótica vivida em grande parte dos estados europeus resultado de duas batalhas num curto espaço demandava um plano rápido e vigoroso para recuperar a atividade industrial e comercial na região. Juntava-se ao ímpeto de reconstrução a necessidade das nações europeias em se adequarem a uma economia cada vez mais global e dinâmica (JAGUARIBE at al., 2003; WIENER & DIEZ, 2009: 27; SILVA, 2010: 26).

Além dos fatores de conjuntura geopolítica e imperativos da economia pós-Segunda Guerra Mundial foram merecedores de crédito os esforços dos movimentos europeístas para o sucesso das comunidades europeias. Dentre eles, destacaram-se os Federalalistas que, liderados por Jean Monnet, tiveram papel decisivo na composição do modelo político-institucional das primeiras comunidades europeias. O hábil político francês aproveitaria um período de harmonia no eixo franco-germânico para urdir no campo diplomático um acordo que representaria o primeiro passo para a criação de uma comunidade econômica. A ideia inicial centrava-se em criar uma organização para gestão conjunta do carvão e do aço, de modo que não houvesse desigualdades nas produções de ambas as matérias primas entendidas como essenciais para fins de guerra e desenvolvimento industrial, tornando dessa forma o espaço europeu menos suscetível a

novos conflitos armados. Ademais, também era previsto que essa organização não se limitaria às duas nações proponentes, estando aberta a todos os países do velho continente que porventura manifestassem interesse.

Notava-se que essa proposta agradaria a todos os países comprometidos com a reestruturação da região. Os franceses atenderiam ao chamado de Washington que, em razão da posição estratégica em relação a URSS, determinaria o rearmamento da Alemanha Ocidental como parte do plano de contenção do rival soviético; por outro lado, em virtude de uma gestão compartilhada teriam os alemães sob sua supervisão. Os alemães, por seu turno, dariam os primeiros sinais de comprometimento ao projeto de solidariedade no espaço europeu, buscando o resgate do seu prestígio na ordem internacional. Bélgica, Luxemburgo e Holanda (BENELUX) sinalizariam pronto interesse, embora fossem receosos quanto eventual superveniência em relação à França. A Itália não seria diferente, acreditando se tratar de oportunidade ímpar para sua "reabilitação soberana entre os países europeus". Apenas o Reino Unido parecia pessimista quanto à causa em questão; na verdade os britânicos encaravam o projeto como antidemocrático e desfavorável a sua indústria local, não causando espécie sua posição contrária ao projeto ocidental; ainda acreditavam no seu *status* de superpotência e qualquer proposta que envolvesse delegação de soberania era de plano descartada. De todo modo, o alheamento britânico não fora suficiente para desmotivar um grupo de políticos europeístas convictos: Monnet e Schuman pela França e Adenauer pela República Federal da Alemanha; estava lançada a Comunidade do Carvão e do Aço (SILVA, 2010: 65).

b) Da Comunidade do Carvão e do Aço (CECA) a União Europeia

Em 1951 era assinado o Tratado de Paris, instituidor da CECA, que seria concebido após sucessivas tratativas em torno do plano elaborado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, Robert Schuman (Plano Schuman), sob a gestão de George Bidault, presidente francês à época e fortemente influenciado pelos desígnios de Jean Monnet. A este documento estariam vinculados França, Alemanha, Itália e BENELUX. Os sucessos colhidos nos primeiros anos desde a sua entrada em vigência (1952) teria animado os principais líderes dos países signatários de modo a proporem novos estreitamentos nas relações entre ambas às nações.

Primeiramente seria idealizado um projeto para criação de um exército europeu (Plano Pleven), contudo fora percebido não haver maturidade suficiente para avançarem dentro de uma área de tamanha sensibilidade, muito menos a criação de uma comunidade política como planejavam os federalistas. A proposta do exército comum seria enterrada com a negativa do Parlamento francês, rejeitando-o liminarmente em 1954, limitando qualquer propósito mais integracionista. Embora houvesse um sentimento de derrota, este não seria suficiente para frear as ambições de Monnet. Bem diferente disto, na derrota os europeístas viram uma oportunidade.

Em junho de 1955 em Messina, os lideres dos seis países se comprometeriam a "relançar a Europa". A resolução aprovada em Messina rogava pelo crescimento econômico mediante o desenvolvimento do setor energético, a criação de um mercado comum europeu, assim como pela melhoria da logística de transporte e comunicação. Adicionalmente, preconizava pela criação de um fundo europeu em favor das regiões menos favorecidas e de um banco de investimento europeu. Ao Primeiro Ministro belga, Paul-Henri Spaak, fora confiada à árdua missão de consolidar tais desafios em uma proposta concreta, na qual as diferenças entre o protecionismo francês e o liberalismo Alemão pudessem ser superadas.

Como resultado prático dos esforços empreendidos por Spaak, no Palácio do Capitólio de Roma (1957), os seis países assinariam os tratados constitutivos das duas novas comunidades europeias, cujas forças se aglutinariam à CECA. A Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) foi criada sob a égide de desenvolver a indústria nuclear europeia com fins civis e pacíficos. Por outro lado, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) teria como principal objetivo instituir o Mercado Comum, mediante a difusão de políticas econômicas comuns. Neste último, prever-se-ia a liberalização econômica de forma gradual, considerando o período transitório (12 a 15 anos) para estabelecer a livre circulação dos meios de produção (mão de obra, mercadorias, serviços e capitais), como também para criarem uma Tarifa Externa Comum. Mormente, por certa "imposição" francesa, estava acordada a implantação de uma Política Agrícola Comum. Nota-se, portanto, que no campo institucional o Tratado de Roma inovou com aquele que ficaria conhecido como Método Comunitário; tratava-se do processo decisório que abrigava uma mistura de intergovernamentabilidade e supranacionalidade. Ao contrário da CECA que centrava o poder decisório na figura da Alta Autoridade, as Comunidades

Europeias tinham o Conselho de Ministros (ou Conselho, representante dos Estados), a Comissão (representante dos interesses comuns e autônoma das Comunidades Europeias) e a Assembleia Parlamentar (representante indireto da população) estrutura esta que permanece até os dias atuais como base institucional da União Europeia. Juntar-se-iam a tríade organizacional o Tribunal de Justiça e o Banco Europeu de Investimentos e (SILVA, 2010: 59-111).

O Tratado de Roma se destacaria pela inovação, embora tímida numa perspectiva federalista, mas, por outro lado, pragmática e crível diante das tamanhas incompatibilidades entre os Estados-membros. A soberania dos Estados estava preservada com o método comunitário e com o arranjo institucional que colocava os Governos nas rédeas das futuras negociações.

Os próximos dez anos foram marcados não só pelo período transitório necessário para implementação dos objetivos trazidos nas cartas constitutivas das comunidades oras criadas, mas como também pelo retorno do General de Gaulle ao poder na França (1959). Sua atuação externa seria lembrada por defender a todo custo três fatores: independência junto aos Estados Unidos da América; intergovernamentabilidade e; a Política Agrícola Comum. Destarte, seus esforços concentravam-se na recuperação da grandeza da França; neste plano estratégico encontrava-se a Europa como um meio para atingir esse objetivo. Por essa razão, pairavam-se dúvidas acerca das suas reais intenções por parte dos parceiros europeus. Havia latente ambiguidade em relação ao seu sentimento de zelo pelas comunidades europeias; em outras palavras, quando havia o interesse francês aparentava ser o maior dos europeístas, quando no seu entendimento fosse prejudicial, era eurocético ao extremo.

De Gaulle promoveu esforços para implantar uma Europa dos Estados Confederados (Plano Fouchet), pois dentro do seu imaginário comunitário seria o caminho natural para construção de uma política de segurança e defesa comum, instrumento este que diminuiria (ou eliminaria) a interdependência em relação aos Norte-americanos. Outrossim, o modelo confederal sobreporia as três organizações criadas no capitólio, suprimindo, portanto, o espectro supranacional que tanto lhe desagradava. Adicionalmente, concentrava empenho na defesa de uma política agrícola comum, tendo em vista sua relevância no xadrez do poder na França.

Por conta da sua peculiar maneira de pensar uma "Europa Francesa", o General colecionou diversas rixas com seus parceiros. Em especial, sua oposição à entrada do Reino Unido na Comunidade Econômica incomodava os líderes germânicos e do BENELUX.

Diante desse cenário, um rompimento parecia iminente. O General fora contrariado quando recusado fora o seu modelo de Europa confederal (Bélgica e Holanda rejeitaram a proposta em 1962). Mormente não foi atendido ao cobrar reformas no modelo institucional, tampouco na defesa de maiores recursos à Política Agrícola Comum em construção. Desta feita, retirou a participação francesa das comunidades em 1965, provocando aquilo que seria conhecido como a "Crise da Cadeira Vazia".

O retorno francês e, consequentemente, a retomada do processo integracionista ocorreria somente após o firmamento do Compromisso do Luxemburgo (1966), oportunidade em que os seis pais recuariam admitindo o uso quase ilimitado da unanimidade nos processos decisórios.

Em razão deste acordo foi possível colocar em vigor as negociações trazidas no Tratado de Bruxelas, mas que em decorrência do turbulento período teve adiada a sua entrada (1967). Também conhecido como Tratado de Fusão ganhou notoriedade por unificar as três comunidades, criando um Conselho e uma Comissão Única.

No final da década de 60 e primeira metade da década seguinte novos passos seriam dados no intuito de aprofundar o processo de integração. Durante a Convenção de Haia (1969) os lideres europeus se convenceriam da necessidade de finalizar o Mercado Comum, promover a entrada de novos membros e instituir uma união econômica e monetária. É bem verdade que a crise econômica motivada pela instabilidade no sistema monetário internacional (fim do acordo de Bretton Woods) e pelo distúrbio no mercado petrolífero, contribuiria para acelerar as propostas avençadas em Haia. Deste modo, definiram a forma de financiamento do orçamento europeu; previram os alargamentos em duas fases (norte e sul) e, por fim, esboçaram o plano estratégico para a integração econômica.

Com efeito, o primeiro alargamento teve a adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca em 1973. Salienta-se, porém, que a Noruega que também faria parte desta primeira fase expansionista, acabou por não conseguir a aprovação popular ante o referendo realizado.

O Reino Unido, beneficiado com a transição presidencial na França, finalmente superaria as objeções de Gaulle e se tornaria um membro de peso na Comunidade Europeia. A Irlanda rural não encontraria maiores resistências internas e externas para sua adesão, enquanto a Dinamarca também dispôs de um processo tranquilo para sua ratificação junto à comunidade.

Diante do contexto que se apresentava era necessário buscar medidas para fortalecer os mecanismos institucionais e a cooperação política. A possibilidade de evocar a unanimidade nas decisões do Conselho de forma quase irrestrita criava incerteza diante do crescente número de países que se associavam e viriam a aderir a esta organização. Além disso, as críticas ao modelo pouco democrático de funcionamento das Comunidades Europeias permaneciam na opinião pública e nas camadas sociais, mesmo depois da instituição do voto direto na assembleia europeia (1979).

Desta feita, o segundo alargamento, este em direção sul, contemplaria as entradas de Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986). Em razão de suas frágeis economias as políticas de coesão social ganhariam evidência, uma vez que o espírito solidário que conduzia o processo europeu demandava uma paridade no desenvolvimento dos Estados-membros.

No propósito de fazer frente aos reptos das novas adesões e continuar os melhoramentos graduais característicos desta organização, o chefe francês François Mitterrand e também presidente do Conselho Europeu convocaria os demais parceiros para discutirem uma nova reforma dos tratados. Em 1986, no Luxemburgo, o Ato Único Europeu (AUE) foi assinado prevendo o aumento das prerrogativas do então renomeado Parlamento Europeu, o qual passaria a ter a função cooperativa nos processos de decisão do Conselho. Ressalta-se, também, o reconhecimento do Conselho Europeu (criado em 1974) como parte integrante das Comunidades Europeias, porém sem a qualidade decisória.

Oportuno destacar que a maioria qualificada dos votos (MQV) tornaria regra geral nas deliberações do Conselho, sobretudo no que tange os assuntos referentes à consolidação do mercado interno. Mormente semeava o terreno para a instituição de uma união monetária após a efetivação do Sistema Monetário Europeu (1979).

Em síntese, o AUE tratou-se de uma tentativa de reformular as disposições abrangidas pelo Tratado de Roma, em busca de maior agilidade no processo de tomada

de decisão, preparando assim sua estrutura burocrática para acomodação de novos Estados-membros.

Poucos anos à frente, a Alemanha então divida pelo muro de Berlim seria reunificada, elegendo Helmut Kohl como seu chanceler (1982-1998). Por outro lado, a "cortina de ferro" que por tanto tempo dividiu a Europa Ocidental e Oriental seria recolhida, dando espaço para o alargamento no sentido leste. Igualmente, as inquietudes provocadas pelas ameaças Soviéticas eram minoradas, facilitando, assim, a retomada das discussões de políticas comunitárias nas áreas de segurança e defesa.

Diante do cenário acima descrito um novo tratado seria desenhado. O Tratado de Maastricht (ou Tratado da União Europeia – TUE), assinado em 1993, trouxe melhorias institucionais importantes, instituía a co-decisão (decisão conjunta entre PE e Conselho), bem como diferenciava as matérias sobre a égide do método comunitário e aquelas sob o escopo intergovernamental. Inovaria, também, ao dividir a atuação do bloco europeu em três pilares: o primeiro abrangeria as competências das Comunidades Econômicas, somando-as aos assuntos sociais e culturais; o segundo instituía a cooperação nas matérias de Segurança e Defesa (Política Externa e de Segurança Comum – PESC) e; por fim, era firmada a atuação conjunta nas matérias jurídicas e assuntos internos. Ademais, a Europa dos 12, ganharia o *status* de União Europeia, criava a cidadania europeia e promoveria entendimentos para um modelo de governança mais democrático.

No mesmo ano do TUE, o Mercado Único entrava em vigor depois de longas tratativas quanto ao método de financiamento agrícola, políticas aduaneiras e mobilidade dos fatores produção. Ainda assim, Bruxelas não se dava por satisfeita, desta vez as energias eram canalizadas no intuito de consolidar a União Econômica e Monetária e receber novos Estados-membros.

Com esse plano de fundo foram elaborados dois novos tratados: Amsterdã (1997) e Nice (2001). Contudo, suas inovações foram de pouca relevância se consideramos os tratados anteriores. De todo modo, parece pertinente destacar a incorporação dos acervos de Schengen e da Carta de Direitos do Homem pelo acordo de 1997, enquanto o tratado seguinte adotava os critérios de adesão definidos pelo documento de Copenhague. Outrossim, em Amsterdã deliberaram pela criação do Alto Representante para os assuntos da PESC, enquanto em Nice era incorporado um novo sistema de ponderação dos votos nas decisões que envolvessem a tríade organizacional.

Numa visão pragmática, as alterações em comento facilitariam não só a condução das políticas vigentes acelerando o complexo processo decisório, como também abriria espaço para as novas adesões: Áustria, Suécia e Finlândia entrariam em 1995, enquanto Chipre, República Checa, Estónia, Letónia, Hungria, Lituânia, Malta, Polônia, Eslovênia, Eslováquia em 2004; Romênia e Bulgária em 2007; Croácia em 2013.

No entanto, versam-se dúvidas se as reformas trazidas ao longo dos últimos anos teriam sido suficientes para a engrenagem de uma Comunidade Europeia não mais de 6, tampouco de 12, mas de 25 países, com situações econômicas tão heterogêneas. O receio de uma nova paralisia institucional, como ocorrido em 1965, instigaria Bruxelas a procurar novas alterações dos tratados constitutivos, sendo que dessa vez pudesse implicar em mudanças substancias, cujas quais não se percebia desde Maastricht. Neste momento, vale recordar as divergências entre os federalistas, Monnet e Spinelli, quanto ao modelo político desta organização. O francês advogou pelo processo de construção gradual com base no efeito *spillover*, enquanto o político italiano nunca escondeu sua preferência pela imersão constitucional. Estaríamos próximo ao esgotamento do "Método Monnet" como outrora previu Spinelli (WIENER & DIEZ, 2009: 27)?

Talvez tenha sido com a intenção de prevenir problemas futuros e alcançar maior robustez no projeto europeu que figuras políticas como Gerhard Schröder, Jacques Chirac, Jacques Delors ou Tony Blair, apenas para citar alguns, se comprometeriam em ratificar o projeto constitucional que visava mitigar problemas estruturais que vinham se postergado por décadas. As insatisfações com os resultados práticos colhidos pelas tímidas reformas introduzidas nos dois últimos tratados deram ensejo à carta anexa (Declaração de Laeken) ao compromisso de Nice, pelo qual, de imediato, seria formada uma nova comissão que debateria o futuro da União Europeia. Deste modo, propuseram um rearranjo ousado, que dentre às inúmeras alterações previstas, incluía a eleição do presidente do Conselho pelo PE, criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, extensão do método comunitário para o segundo e terceiro pilares em detrimento do espectro intergovernamental, como também a inclusão de uma cláusula que permite a saída de qualquer Estado-membro da união. Outro objetivo notório seria consolidar num mesmo documento todo o arcabouço jurídico e normativo produzido pelas sucessivas reformas dos tratados, de modo a proporcionar maior clareza à repartição das competências e respeito ao princípio da subsidiariedade. Percebia-se alterações

afirmativas que recuperariam o destino federal desta União, embora tal terminologia não fosse admitida no preâmbulo do documento. Contudo, a sensibilidade dos governantes não foi seguida pelos franceses e holandeses que, em 2005, negaram o seguimento do plano constitucional por meio de um referendo. A retórica da difícil construção do projeto europeu seria vivenciada novamente; os referendos nacionais corriqueiramente são obstáculos para esta instituição que não consegue definir com clareza a sua posição intergovernamental, confederal ou federal, tampouco dotar de mecanismos ágeis que a vontade da maioria venha prevalecer. Por outro lado, deve-se preservar e, sobretudo, respeitar os referendos nacionais, principalmente se lembrarmos da inconsistência democrática que vigora no modelo europeu.

Sabiamente Bruxelas tinha consciência que os esforços imprimidos anteriormente para elaboração do projeto constitucional não poderiam ser desprezados. Portanto, sob o mandato de Angela Merkel no Conselho Europeu (2007) seria deliberada uma nova reforma dos tratados, mas dessa vez, com o peculiar pragmatismo característico a chanceler alemã. Deste modo, questões polêmicas tais como o termo constituição e a primazia do direito comunitário em detrimento ao nacional foram banidos excluindo qualquer menção a uma evolução política. Com efeito, eliminariam as principais divergências e conseguiriam aprovar em 2007 o texto que daria origem ao Tratado de Lisboa (ou Tratado Reformador). Eram inevitáveis as comparações ao plano constitucional não ratificado, sendo possível constatar que grande parte normativa tratava-se da simples reprodução do projeto rejeitado, contudo com a eliminação de questões pontuais que geraram controvérsias. Destarte, criava-se o cargo do Alto Representante para negócios estrangeiros e a Política de Segurança no lugar do Ministro dos Negócios Estrangeiros outrora previsto; reformava o processo decisório do Conselho com a instituição da dupla maioria qualificada dos votos, pela qual se entende o respeito a 55% dos Estados-membros, somados com 65% da população da União Europeia, modelo que deveria vigorar somente em 2014 por requisição do governo polonês. Contrariamente ao que foi arquitetado no propósito constitucional, a unanimidade permanecia nas áreas mais sensíveis como PESC, fiscalidade e segurança social (SILVA, 2010: 270/336). Nesta altura, a União Europeia ganhava personalidade jurídica, podendo assim firmar acordos em fórum multilaterais em nome dos seus Estados-membros. Por fim, elegia-se indiretamente o presidente do Conselho por deliberação do PE, visto a tentativa de

oferecer maior credibilidade e corpo democrático a esta comunidade. Com efeito, o processo de ratificação não ocorreria de maneira tão simples; a Irlanda colocaria obstáculos quando o rejeitara num primeiro referendo realizado em julho de 2008, de modo que somente após forte pressão europeia conseguiria reverter essa decisão numa nova consulta popular em outubro de 2009 que alterara a Constituição local, a fim de recepcionar os termos do Tratado Reformador.

No entanto, o otimismo peculiar oriundo da superação das divergências e conclusão Tratado de Lisboa seria contido pelos desdobramentos de uma das maiores crises econômicas mundiais, iniciada com a quebra do banco de investimento norte-americano (Leman Brothers), cujo efeito dominó evidenciaria as fragilidades do processo de construção europeu, sobretudo da União Econômica e Monetária encetada em 1990. Atualmente os colóquios europeus são uníssonos quanto à necessidade de fortalecer os fundos europeus, as medidas de regaste dos países mais afetados, assim como uma eventual união bancária, entretanto tais inovações somente poderiam ocorrer mediante uma nova alteração dos tratados. Esse assunto, em particular será mais bem desenvolvido na segunda parte desse projeto de investigação, pois as perspectivas futuras e desafios do bloco europeu estão intrinsicamente conectados aos adventos dessa bancarrota mundial.

1.2. Mercado Comum do Sul

a) Os antecedentes históricos da criação do Mercado Comum do Sul

O fim da Segunda Guerra Mundial deu início à corrida diplomática para consecução de acordos regionais que pudessem recuperar as economias destruídas ou estagnadas em virtude dos anos apocalípticos antecedentes. No Cone-sul, em particular, os acordos regionais se intensificariam após o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no qual fora sugerido o aprofundamento das relações econômicas na região, mediante o estabelecimento de zonas de livre comércio ou redução de barreiras aduaneiras para desenvolvimento dos mercados locais. Na década de 60 foram três as tentativas de colocarem em prática as sugestões ora mencionadas,

primeiramente seria instituída a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)[4] e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)[5] em 1960 e, nove anos mais tarde, seria formulado o Pacto-Andino (1969)[6]. Porto & Flôres asseveram que em meio século foram notificados 8 acordos junto ao GATT, dentre os quais eram compreendidas as mais diversas combinações de países (PORTO & FLÔRES, 2006: 280). Em comum, ambas as organizações perseguiam o crescimento econômico e o desenvolvimento social por meio da integração regional, seja estabelecendo uma área de livre comércio, seja promovendo uma união aduaneira (FERNANDES, 1997: 19/20).

No entanto, o desencadeamento da "Crise do Petróleo" (1973) mudaria novamente a dinâmica mundial. Por um lado, os países industrializados passariam a adotar medidas mais protecionistas a fim de combater o período de estagflação: os Norte-americanos suspenderiam unilateralmente o acordo de Bretton Woods, a Europa intensificava a construção da "Fortaleza Europeia" privilegiando o comércio intra-grupo, bem como reforçando os recursos da Política Agrícola Comum. Essa mudança de perspectiva afetaria os países sul-americanos em demasiado, o Brasil, por exemplo, experimentaria o fim do seu "Milagre Econômico" (1969-1973). De um modo geral, com a desvalorização programada da moeda norte-americana e o protecionismo europeu, os países latinos revelaram dificuldades para exportar seus produtos agrícolas, como também se viam obrigados a desvalorizarem, ainda mais, suas frágeis moedas a fim de amenizarem os efeitos da política de Washington e do velho continente. Para piorar, a política autocentrada na substituição de importações outrora bem sucedida, parecia incapaz de impulsionar o crescimento das indústrias e do comércio local (OLIVEIRA, 2003: 54; GARDINI, 2010: 29). Tais acontecimentos despertavam, mais uma vez, os líderes do cone-sul para a necessidade de lançarem um novo projeto regional, tendo em vista os resultados tímidos colhidos através da ALALC.

Desta feita, assinariam o Tratado de Montevidéu (1980), responsável por instituir a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), substituindo o acordo de 1960 (ALALC), tendo como signatários 11 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Em contraste ao tratado originário, a ALADI adotou "como meta o estabelecimento gradual e progressivo de um

[4] Firmado entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.
[5] Firmado entre Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador.
[6] Firmado entre Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile e Venezuela.

mercado comum latino-americano, não mais a partir da criação de uma zona de livre comércio[...], mas por meio do estimulo e arranjos bilaterais que não se estenderiam automaticamente aos demais países membros" (OLIVEIRA, 2003: 59). Ainda, os países com menores índices de desenvolvimento teriam um prazo estendido para concluir a abertura de seus mercados, conforme os ditames estipulados na convenção de Montevidéu.

Embora pragmático, o acordo conseguido não reuniu os efeitos desejados. O objetivo principal que era instituir o Mercado Comum parecia improvável diante da flexibilidade regimental para negociações autônomas com outros parceiros e pela baixa interdependência econômica entre eles. Soma-se a isto, as instabilidades políticas nos governos brasileiro e argentino que muito contribuíram para o baixo desempenho desta organização; ao invés de liderarem o processo de integração, insistiam na manutenção das hostilidades históricas. Isto posto, como seria possível inserir a solidariedade em países tão heterogêneos, cujos quais a interdependência econômica era mínima?

A viragem desse processo contraproducente que compreendeu os últimos 20 anos ocorreria quando Brasil e Argentina superariam as suas divergências históricas a fim de proporem uma parceria bilateral que daria origem ao Mercosul (Declaração de Iguaçu – 1985). O período entre 1979 e 1982 seria determinante para a reaproximação dessas duas nações que, embora não tenham sofrido com grandes conflitos militares, a desconfiança era elemento constante na dialética dos dois países vizinhos. Primeiramente, em 1979 era assinado o acordo de Tripartite que solucionava as desavenças acerca da utilização dos recursos do Rio Prata. Poucos anos depois, em 1980 firmavam o acordo de não proliferação de armas nucleares e, em seguida, Brasília declararia apoio à reivindicação do país vizinho na Guerra das Malvinas (GARDINI, 2010: 19).

Com a confiança restabelecida, a falência das ditaturas convertidas em regimes democráticos seria o outro fator indispensável para a origem do Bloco sul-americano (FERNANDES, 1997: 20). O Governo Argentino de Raúl Alfonsín (1983-89) via a parceria estratégica com o Brasil uma forma de expandir as exportações, assim como um meio de consolidar a democracia, vez que os militares perderiam força se os laços com o parceiro brasileiro fossem estreitados. Por outro lado, visto o baixo interesse econômico do Governo Sarney (1985-1990) no mercado Argentino, o fator político seria a principal

razão, considerando a possibilidade de desempenhar uma liderança na região e promover uma reinserção nos mercados internacionais. Adicionalmente, a prerrogativa de defender os interesses das duas nações nos fóruns internacionais, também agradava a política externa das duas nações (GARDINI, 2010: 57-59).

Os primeiros desdobramentos da reaproximação dos dois governos materializar-se-ia na elaboração do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE - 1986). Dois anos mais tarde, ensejaria o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988), estipulando as diretrizes para a instituição de um espaço econômico comum que deveria entrar em vigor no prazo de 10 anos. Todavia, o contexto econômico demandava urgência e pragmatismo, razão pela qual em comum acordo optaram pela antecipação do período transitório em 4 anos (1994). Oliveira resume os esforços empreendidos pelo Palácio de San Martin e Itamaraty da seguinte forma:

"Em suma, todas essas iniciativas supunham a formulação de uma alternativa de desenvolvimento conjunto, por meio de um amplo programa de integração econômica entre os dois países na perspectiva do fortalecimento das economias nacionais, por meio da ampliação do mercado interno e da possível associação entre empresas dos dois países, elevando assim suas capacidades de produzir em escalas maiores, o que num segundo momento facilitaria a abertura comercial ao mundo externo e para a competitividade global, preservando ainda uma certa fronteira regional em relação ao espaço econômico mundial" (OLIVEIRA, 2003: 62).

Curioso, porém, que a situação vivida por Brasil e Argentina não era peculiar dessas duas nações como já referido anteriormente, de modo que Paraguai e Uruguai "vítimas" do mesmo cenário mundial manifestavam interesse em fazer parte deste novo Mercado.

b) Duas décadas do Mercado Comum do Sul

O acordo que instituiu o Mercado Comum do Sul foi assinado na cidade de Assunção em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, valendo-se das bases do acordo bilateral entre os dois primeiros países em 1988 (PREUSSE, 2004: 137). De início era previsto o estabelecimento de um Mercado Comum, o qual deveria estar em pleno funcionamento a partir de 1994, contemplando "as quatro liberdades" (livre circulação de

bens, serviços, capitais e pessoas) e a eliminação progressiva das tarifas e barreiras não alfandegárias. Além disso, os quatro países se comprometiam na instituição de uma tarifa externa comum (TEC) no âmbito de uma Política Comercial Comum, seguida de um plano macroeconômico conjunto.

No espectro institucional, a ata de assunção dispôs sobre a estrutura organizacional provisória, contando com um órgão decisório e outro executivo: o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo do Mercado Comum (GMC), respectivamente. O CMC foi idealizado como o órgão supremo, composto pelos Ministros da Economia e de Relações Exteriores dos Estados; estes decidem por consenso e com peso 1 para 1, excluindo o elemento da proporcionalidade populacional. Por outro lado, o GMC prima pelo fiel cumprimento das decisões emanadas do CMC, sendo assistido por uma Secretaria Administrativa com prerrogativas de apoio. Por derradeiro, a fim dar legitimidade ao projeto em epígrafe, fora criada uma Comissão Parlamentar Conjunta, composta por representantes dos Parlamentos nacionais, órgão este que deve acompanhar as discussões para implantação desde grande mercado. Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto (1994) definiria a estrutura que passaria a vigorar em caráter permanente como determinara o Tratado de Assunção (TA), senão vejamos: a) Conselho do Mercado Comum; b) Grupo do Mercado Comum; c) Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); d) Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), e) Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) e f) Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). Sendo as únicas novidades em face do acordo de 1994, o CCM aparece com a incumbência de coordenar a Política Comercial Comum, enquanto o FCES atua como o elo entre a organização intergovernamental e os setores econômicos e sociais dos Estados-partes. Anos mais tarde, pequenas alterações seriam percebidas no âmbito orgânico-institucional: a Comissão Parlamentar daria lugar ao Parlamento do Mercosul (Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul - 2005), contudo permaneceria com sua função meramente consultiva. Outrossim, em virtude das regulares desavenças entre os Estados-partes não dirimidas pelas inovações trazidas pelo mecanismo de solução de controvérsia imposto pelo Protocolo de Brasília em 1991, o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (Protocolo de Olivos - 2002) seria instituído com o objetivo de promover a segurança jurídica intra-bloco.

A estabilidade democrática tinha(tem) grande importância para os países latinos, especialmente, se considerarmos os infortúnios ocorridos no Paraguai em 1996 e Peru 1999/2000 que quase implicaram num golpe de Estado. Pensando nisto, estipularam o compromisso democrático formalizado pelo Protocolo de Ushuaia (1998), o qual posteriormente seria reforçado pelo Protocolo de Montevidéu (2011). Ressalta-se, porém, a insuficiência desse instrumento para medir a qualidade democrática vivenciada pelos Estados-partes, tendo em vista não haver critérios objetivos que definam essa análise. Lado outro, fora suficiente para ser evocado pela organização intergovernamental aquando da suspensão do Paraguai (2012-2013), quando o então presidente Fernando Lugo fora destituído do poder através de um processo de *impeachment*. Esta medida gerou bastantes controvérsias, pois o processo teria ocorrido dentro da normalidade constitucional daquele país, sendo assim, injustificada a suspensão.

Os alargamentos se deram pela inclusão de Bolívia (em processo de adesão) e Venezuela como Estados-plenos no mesmo ano em que o Paraguai teve suas prerrogativas suspensas, causando, mais uma vez, incertezas se tal suspensão teria correlação à histórica oposição do país afastado à adesão Chavista. Valendo-se de uma participação menos ativa, mas de importância estratégica ao projeto de integração gradual da região, Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004), Suriname e Guiana (2013) aderiram na figura de Estados-associados, sem poder de voto, embora possam formalizar acordos preferenciais de cunho bilateral.

Os resultados obtidos nos primeiros anos eram animadores, o fluxo comercial intra-grupo crescia de forma exponencial em virtude da significativa redução das barreiras alfandegarias, as quais já somavam o montante de 95% dos produtos com razão zero. “De facto, o comércio entre os membros, que em 1990 era da ordem de US$ 4,1 biliões, saltou para US$ 20,2 biliões em 1997” (PORTO & FLÔRES, 2006: 290). Entretanto, as sucessivas crises mundiais contagiariam o ambiente harmônico que imperava entre Brasil e Argentina desde a metade da década de 80. Por não terem promovido em tempo hábil as reformas estruturantes se viram impotentes com a fuga de capital externo e instabilidade cambial em face da turbulência asiática (1997) e da moratória Russa (1998), sem mencionar os desdobramentos da crise Mexicana (1994-95).

Pelo contexto ora sugerido, tornaram-se incompatíveis as agendas de Brasil e Argentina no âmbito de garantir o cumprimento dos objetivos do TA; a liberalização comercial regredia com as inúmeras barreiras impostas pelos dois países, principalmente pela Argentina que unilateralmente impunha restrições aos produtos do país vizinho.

Diante da quase irreconciliável divergência entre as maiores economias da região, o Mercosul tomaria dimensão diversa daquela originária no TA, qual seja, a conversão de um bloco com finalidade econômica para um "agrupamento político"; usam, portanto, a estrutura regional para aumentar o poder de pedida nos fóruns da Organização Mundial do Comércio e nas tratativas de acordos bilaterais com países terceiros.

Em resumo, o Mercosul surgiu como uma estratégia de Brasil e Argentina para superarem os desafios da nova dinâmica mundial. O "regionalismo moderno" vivenciado pelas comunidades europeias serviria de modelo para esta instituição. Flôres foi mais além ao asseverar que o Mercosul "emula o Tratado de Roma de 1957". A intergovernabilidade teria sido a única forma possível de unir países tão heterogêneos e com dimensões populacionais tão diversas, sem que a prerrogativa soberana fosse ameaçada. Verificou-se, no entanto, que as divergências entre Brasil e Argentina não foram totalmente eliminadas como se aparentava no final da década de 80. Muito em razão desses dois governos não foi possível atender integralmente os ditames do TA, de modo que apenas o primeiro passo para a consolidação de um mercado interno teria sido alcançado, qual seja: Zona de Livre Comércio com suas inúmeras exceções.

2. A Relação Bilateral entre a União Europeia e Mercosul

A história nos mostrou que existem laços fortes entre as relações transatlânticas que compreendem o eixo europeu e o cone sul-americano. Inicialmente, as expansões marítimas implicariam no descobrimento e na colonização dos territórios americanos por parte dos europeus. A região Ibérica dominou por séculos o sul das Américas, de modo que pelo Tratado de Tordesilhas (1494) formalizar-se-ia um acordo que definiria as áreas sob o controle dos Reinos de Portugal e da Espanha. Ressalta-se que o próprio termo América Latina é uma invenção europeia, pois se buscava distinguir esta região do norte anglo-saxônico. Desde então, as heranças culturais do velho continente seriam inseridas na população local, remanescendo os elementos linguísticos que os assemelham. Não

obstante, com os conflitos em solo europeu, vários foram os cidadãos que imigrariam para Brasil, Argentina, dentre outros países mercosulistas, fugindo dos castigos provocados pelas duas guerras quase que simultâneas, corroborando assim, para uma nova disseminação da cultura europeia na região. Por outro lado, também característicos dos movimentos da dinâmica atual, a imigração latina para Europa ganhou força nos últimos anos, muito em virtude da prosperidade econômica e social atingida a partir do fim da Segunda Guerra (GIORDANO *at al.*, 2011; 31/50).

Assim, influenciados pelos laços históricos, mas, sobretudo, pela atual conjuntura mundial, os blocos europeu e mercosulista sinalizam uma reaproximação *vis-à-vis* aos novos imperativos geopolíticos e econômicos. Com efeito, neste capítulo pretendemos contextualizar esse movimento de integração inter-regional que se propõe a formalização de um acordo para o exercício do livre comércio, considerando os motivos que perpassam por essa estratégia bilateral e seus possíveis benefícios para cada uma das partes interessadas.

De início, esta reaproximação tudo tem haver com a forma sinérgica em que os dois blocos observam o mundo pós Guerra Fria; este deverá ser regido por regras globais, abrangendo as áreas de segurança, comércio, meio ambiente e direitos humanos, preferencialmente, no seio das organizações internacionais, limitando assim as ações unilaterais advindas das maiores potências, designadamente os Estados Unidos da América (GIORDANO *at al.*, 2011: 79).

Nesta esteira, segundo Vasconcelos

"o modelo de regionalismo do Mercosul e da União Europeia é, no essencial, o mesmo modelo de integração aberta. [Ou seja] assentam em sociedades plurais, defendem os valores de democracia política, da diversidade cultural e religiosa, da livre concorrência, da participação dos cidadãos, do associativismo e da soberania partilhada" (Fórum Euro-Latino-Americano, 2001: 277).

Em especial, o sucesso colhido pelas Comunidades Europeias/União Europeia permitiu a sua ascensão ao posto de ator global de suma relevância no contexto mundial. No exercício do chamado "*soft power*", característico desta entidade pela sua maneira não impositiva de influenciar as outras nações, assim como de obter êxitos políticos excluindo o uso da força, a União Europeia promove o regionalismo como peça fundamental para consecução de um ordem multipolar, na qual o multilateralismo deve

prevalecer sobre as ações unilaterais e protecionistas. Isto quer dizer que Bruxelas tem a visão dos grupos regionais como *building blocks*, não sendo, portanto, antagônicos aos preceitos do multilateralismo (JAGUARIBE *at al.*, 2003: 34-35). Isto posto, a ideia da construção de um mercado comum no cone sul-americano recebera de prontidão a chancela dos líderes europeus com a promessa de cooperação técnica em 1992. Três anos mais tarde, confirmariam o interesse mútuo em ampliar as relações políticas-comerciais com a assinatura do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação. Previa-se por este instrumento, dentre outras metas, o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio inter-regional, a qual entraria em funcionamento no prazo de 10 anos. Para alcance dos objetivos propostos, decidiram, ainda, criar um Conselho de Cooperação que seria o elo institucional entre as duas organizações responsável por supervisionar a execução deste acordo (PORTO & FLÔRES, 2006: 311).

Segundo Flôres, as primeiras "negociações concretas" rumo à criação de uma Área de Livre Comércio somente seriam percebidas em 2000, quando os dois blocos chegariam à primeira lista de liberalização, contudo pouco pragmática, uma vez que a União Europeia recusara o acesso ao mercado agrícola. A difícil reconciliação dos interesses do cone-sul e europeu se agravaria com a crise econômica Argentina que compreendeu os dois anos seguintes; nesta altura, a dinâmica do Mercosul era comprometida com a instabilidade econômico-política em um dos seus mais importantes membros, corroborando, assim, para a diminuição do ritmos das negociações iniciadas no início do ano 2000 (PORTO & FLÔRES, 2006: 319). Após seis anos de paralisia as tratativas seriam retomadas em maio de 2010 (EU-LAC Summit of Madrid), oportunidade pela qual afirmaram o compromisso em retormar o diálogo bi-regional.

2.1 Os interesses norteadores da reaproximação bi-regional

Sob um olhar do bloco sul-americano o estreitamento das relações políticas e comerciais representa uma viragem na inserção do Mercosul na ordem mundial. Ganha credibilidade dos setores econômicos aumentando, ainda mais, o fluxo dos investimentos europeus na região, os quais, desde a assinatura do Acordo-Quadro começaram a se intensificar. Para reforçar essa afirmativa valemos dos ensinamentos colhidos em Teló, senão vejamos: "The credibility of MERCOSUR was demonstrated by the significant

annual rise in the volume of international investments, up from US$1,284 million in 1991 to US$8,925 million in 1996 (TELÒ, 2007: 173)". Outrossim, ao ganhar respeito nos fóruns internacionais, os países membros aumentam seu poder de pedida, e mais especificamente, na relação UE-MERCOSUL, buscam influenciar uma reforma no modelo de subsídio agrícola europeu. Como é sabido, este instrumento é senão o maior, ao menos o mais significativo entrave nas negociações europeias e do cone sul-americano.

Adicionalmente, pelo Acordo-Quadro, o Mercosul garante a assistência técnica de Bruxelas para promover as melhorias institucionais e normativas, como também recebe apoio financeiro para o desenvolvimento de projetos em três eixos prioritários, quais sejam, Reforço Institucional, Apoio para a Aplicação do Acordo de Associação e de Fomento à Participação da Sociedade Civil. Em números, segundo o Programa Regional para 2007-2013, os gastos com esses estudos poderiam atingir até o montante de 50 milhões de euros (Comissão Europeia, 2007). Outro aspecto entendido como positivo é a criação de uma via alternativa – a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) -, idealizada ainda sob a gestão do então presidente Bill Clinton (1994), aliviando assim as pressões de Washington, bem como aumentando o seu peso nos fóruns multilaterais.

Trata-se, ainda, de uma medida para não isolar o bloco no cenário mundial. A Aliança do Pacífico (AP), criada em 2012, tem demonstrado ser efetiva em prol da liberalização comercial e poderá competir com o Mercosul pelo espaço regional. Além disso, existe uma estratégica norte-americana firmar dois acordos transatlânticos. O primeiro evolveria alguns países da AP, bem como países asiáticos e Austrália, excluindo a China. A segunda ofensiva perpassa pela União Europeia, quando Bruxelas e Washington anunciaram a abertura de diálogos para negociação da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (APT).

Por outro lado, numa perspectiva da União Europeia, a parceria com o Mercosul tende a angariar benefícios em escala global. Trata-se de uma estratégia de disseminar os seus valores nas áreas dos direitos humanos, democracia, desenvolvimento sustentável e liberalismo econômico, preceitos esses que contribuiriam para uma ordem mundial mais justa e segura (FÓRUM EURO-LATINO-AMERICANO, 2001: 153). Esta estratégia deve corre em paralelo a negociação com outras regiões.

Enquanto ainda Presidente da França, Jacques Chirac outrora asseverou:

"A vocação do Mercosul não é ser uma peça da NAFTA. A sua vocação é ser (...) aberta ao mundo, e os seus principais interesses econômicos – em comércio, investimento, ajuda externa, – não são os Estados Unidos mas sim a Europa (...) O futuro da América Latina não se encontra no eixo norte - sul, mas sim na Europa por razões ligadas à sua história e à sua cultura" (PINTO, 2001: 26).

Com efeito, alinha-se também aos propósitos de avançar os diálogos UE-AL (América Latina e Caribe), dar continuidade do apoio às integrações regionais, assim como reforçar as relações bilaterais com países individuais, de modo a complementar as relações bi-regionais e, por fim, promover ajuda efetiva condizente às necessidades de cada país (Comissão Europeia[7]).

Adicionalmente, cumpre reinvocar o receio europeu de uma consolidação da influência Norte Americana na região, o que, em outras palavras, torna o Mercosul peça relevante na balança do poder reivindicada pela UE (LISTER, 1997: 33). Nesta mesma linha apontam Ivan Boyer e Andrés Schuschny: "Another motivation to negotiate an agreement has been a response to the US aspirations in the region, symbolized by the FTAA (Free Trade Area of the Americas) process and the subsequent set of bilateral agreements that the US have signed with several Latin American countries"(BOYER & SCHUSCHNY, 2010: 15).

Tal afirmativa pode ganhar outra perspectiva se incluirmos o "fator" China, não se tratando mais do equilíbrio entre UE-EUA, mas como da própria afirmação da UE como maior parceiro comercial do cone-sul. A UE atualmente é a maior parceira do Mercosul, contudo não se aplica a mesma reciprocidade quanto à relevância do bloco sul-americano para os europeus.

Embora esta reaproximação inter-regional não se restrinja tão somente aos interesses comerciais, não se pode diminuir o importante impacto que o firmamento de um Acordo de Livre Comércio entre a União Europeia e Mercosul teria nesta relação bilateral. Atualmente a União Europeia dos 28 países tem uma população que supera a casa de 500 milhões de habitantes, enquanto o bloco sul-americano impulsionado pelo Brasil (201 milhões[8]) aproxima-se dos 300 milhões[9]. A soma dos PIBs das duas regiões

[7] http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/11_13_mtr_en.pdf, acessado em 21-01-2014.
[8] http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/populacoes_estimativas_BR_UF_ TCU_31_10_2013.pdf, acessado em 03-01-2014.
[9] http://data.worldbank.org/, acessado em 03-01-2014.

aproxima-se de 20,8 trilhões de dólares, sendo que o acordo bi-regional poderia proporcionar uma troca comercial de próxima de 130 biliões de dólares[10]. Segundo dados mais recentes, em 2012 o total transacionado entre as duas organizações no setor de bens atingiu 110,758 milhões de euros, dos quais a União Europeia exportou 56,8 milhões de euros e importou 53,9 milhões de euros (Comissão Europeia)[11].

Deste montante, cumpre destacar que as exportações advindas do Mercosul para a União Europeia compreendem, principalmente, os produtos primários, de baixo valor agregado, o que em números representa 74,3% do valor total transacionado. Na outra esteira, a União Europeia exporta, basicamente, produtos manufaturados, correspondente ao *share* de 84,4% das trocas comerciais bi-regional. Assim, a Tabela 1 apresenta o recente histórico comercial entre UE e Mercosul, com ênfase nas importações e exportações, asscim como no balanço recente.

Tabela 1

Relação Comercial UE-Mercosul

Indicador	Unidades	Período	Importação	Exportação	Total comercializado	Balanço
Último quarto	milhões de euros	2013/2Q	11,509	14,423	25,932	2,914
Último ano	milhões de euros	2012	53,924	56,834	110,758	2,91
Comércio com UE	%	2012	3,0	3,4	3,2	
Média de ecescimento annual	%	2011 - 2012	-4,3	12,0		
Média de ecescimento annual	%	2008 - 2012	-0,3	10,8		

Fonte: Comissão Europeia[12]

Numa escala global, as exportações do Mercosul para a União Europeia representam 20%. Este percentual confirma os europeus como o principal parceiro comercial do cone-sul americano. Todavia, para a União Europeia o Mercosul significa apenas 3% do total das suas exportações, ficando apenas como oitavo maior parceiro[13]. Cumpre ressaltar, porém, a evolução do montante alcançando referente às exportações, cujos valores em 2007 somava 28 biliões de euros, a metade do total transacionado nos dias de atuais.

[10] http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/january/tradoc_150458.pdf, acessado em 03-01-2014.
[11] http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_111832.pdf, acessado em 03-01-2014.
[12] http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113488.pdf, acessado em 04-01-2014.
[13] http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/regions/mercosur/,acessado em 04-01-2014.

No que compreende o setor de serviços, a troca inter-regional perfez valores tímidos, a União Europeia importou em 2011 a soma correspondente a 9,7 biliões de euros, ao passo que o Mercosul deficitário nesta balança comercial recorreu a 15,9 biliões de euros dos serviços provenientes da União Europeia. Deve-se destacar, ainda, que o cone sul-americano percebeu neste mesmo ano de 286 biliões de euros correspondente ao investimento direto estrangeiro, sendo que velho continente recebera somente 84 biliões de euros na mesma modalidade comercial.

2.2 As Divergências político-econômicas

Vimos no item anterior as nuances que colocaram o bloco sul-americano e europeu numa nova perspectiva para ampliar a complexa dialética política e comercial, com base em seus modelos de integração aberta. Contudo, como é de esperar, a retórica entre diferentes Estados por si só já apresenta conflitos, sejam estes em grandes ou pequenas escalas. Tratando-se de dois grupos bastante heterogêneos não nos causa surpresa a existência de divergências que postergam maiores aprofundamentos. No caso em estudo, a principal cisão perpassa o setor econômico, nomeadamente a PAC europeia. Inicialmente, fora idealizada para proteger o setor agrícola – em especial na França – ao passo que conquistaria o apoio desse importante grupo ao projeto de integração europeu. Isto para dizer que, ao oferecer subsídios aos produtores da região, torna-se quase inviável a importação de produtos advindos de países terceiros, a não ser que haja escassez ou ausência em solo europeu. Para reforçar o caráter especial atingido por essa política e sua relevância regional, destaca-se o orçamento plurianual referente ao exercício 2007-2013, em cujo documento os recursos destinados a PAC perfizeram o montante de 55 biliões de euro por ano, representando, assim, 40% do orçamento global[14]. Nota-se, porém, que os subsídios agrícolas incorporados por essa política são encarados como uma das mais relevantes discussões entre os polos que compreendem os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Em contrapartida, os países ricos postulam uma maior abertura dos mercados nos países emergentes e menos avançados no que concerne o setor de serviços. Desta feita, a incompatibilidade ora mencionada,

[14] http://www.openeurope.org.uk/Content/Documents/2012EUbudget_new.pdf, acessado em 31-01-2014

não se restringe aos fóruns multilaterais, como é uma desavença quase eterna nas tratativas UE-MERCOSUL.

Por fim, no campo político, mais precisamente em se tratando das matérias que envolvem Segurança e Defesa, a União Europeia e o Mercosul divergem quanto à forma de intervenção internacional. Os europeus, por razões históricas e pela alta dependência do poderio militar patrocinado pelo governo de Washington por meio da NATO, costumam por bem alinharem-se às posições Norte-Americanas. Assim foi visto o apoio às invasões do Iraque e Afeganistão. Mormente, a UE tida financiadora das intervenções humanitárias, já se valeu desse princípio para atuar na guerra do Kosovo.

Tal posicionalmente encontrou(a) oposição dos países mercosulistas que são favoráveis ao esgotamento dos meios diplomáticos para assim cogitar o apoio a uma ingerência externa. Para Vasconcelos trata-se do resquício das intervenções não desejadas ocorridas no passado: "many of which have suffered a long experience of illegal interventions from the North" (JAGUARIBE, VASCONCELOS, 2003: 35).

Esta primeira parte cuidou de apresentar as similitudes e especificidades de cada um dos dois blocos regionais. Como também buscou contribuir no entendimento da atual dialética de cooperação e reaproximação cujo ápice seria o firmamento de um Acordo de Livre Comércio entre os dois grupos regionais. Se analisarmos as vantagens para ambos os lados sem considerarmos alguns dos fatores que regem a ordem mundial atual poder-se-ia parecer algo de simples resolução, uma vez que se adotada uma postura mais pragmática e solidária uma reaproximação efetiva facilmente seria alcançada. Porém cumpre ponderar os elementos contemporâneos que colocam em evidência a complexa interação entre a União Europeia e o Mercosul.

Nesta atual conjuntura temos a emergência de um grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) que busca maior protagonismo no panorama mundial, seja por meio de maior influência junto à Organização Mundial do Comércio, seja pela Organização das Nações Unidas; de toda forma existe um divisão latente entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, o que, muitas das vezes, coloca o Mercosul e União Europeia em lados opostos.

Portanto, para melhor delinear o futuro desta relação bi-regional faz-se necessário trazer algumas variáveis entendidas como relevantes para nossa análise. Assim sendo, a segunda parte deste estudo centrará os esforços nas possíveis consequências da dinâmica

atual; existe um novo modelo de multilateralismo característico do período pós Guerra Fria, tanto nas matérias de segurança, economia, meio ambiente, assim como outras áreas. Outrossim, desde 2001 os países membros da OMC tentam concluir a emperrada Rodada Doha, a qual tinha desfecho previsto para 2006, entretanto em razão de interesses irreconciliáveis, seu andamento depende que andou comprometido nos últimos anos ganharia reforço em virtude da Agenda de Bali (2013). Nesta recente cimeira, já sob o mandato brasileiro Roberto Azevedo, anunciaria o firmamento de medidas que incorporariam 10 itens da agenda.

Incorre também, o momento delicado vivenciado pela União Europeia que desde o surgimento da crise do *subprime* e da quebra do banco Norte-Americano Leman Brothers (2008-2009) viu expostas as fragilidades da sua União Monetária e Econômica, em especial, a situação fiscal de países como Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha e Itália. Com efeito, de modo a impulsionar a sua economia, a UE aposta na expansão dos acordos internacionais, unilaterais ou regionais – como é o caso com o Mercosul – para oferecer uma nova dinâmica as suas exportações.

Por seu turno, o Mercosul luta contra o recente *status* de agrupamento para fins políticos, tendo em vista não ter atingido planos mais ambiciosos após um início promissor. Houve também uma crise de confiança em razão dos episódios ocorridos no Paraguai e Venezuela que colocaram em cheque o valor da democracia na região. Mormente, países associados com pleno potencial de se tornarem membros plenos, sendo estes Chile e Colômbia, dão sinais que preferem vias alternativas ao Mercosul, tais como a Comunidade Andina e a formalização de acordos de livre comércio com UE e Estados Unidos, colocando assim, em dúvida a capacidade de ampliação do bloco no espaço regional.

II PARTE

3. União Europeia e Mercosul na ordem mundial

Em novembro de 2008 o Conselho Nacional de Inteligência norte-americano publicaria um relatório no qual seria prevista a chegada de um momento multipolar dentro da chamada ordem mundial. Valendo-se, portanto, deste memorando, selecionamos um trecho como ponto de partida para a análise ora pretendida:

"The international system – as constructed following the Second World War – will be almost unrecognizable by 2025 owing to the rise of emerging powers, a globalizing economy, an historic transfer of relative wealth and economic power from West to East, and the growing influence of nonstate actors. By 2025 the international system will be a global multipolar one with gaps in national power continuing to narrow between developed and developing countries". (Conselho Nacional de Inteligência)[15].

Anteriormente a esse anúncio, a comunidade internacional vivenciou três momentos distintos: a divisão do mundo entre as duas maiores potências militares da época, EUA e URSS, sendo assim, um período bipolar que seria ultrapassado com o colapso do Império Soviético com a simultânea falência do seu modelo Comunista em 1991.

Como vencedor da batalha entre o oeste capitalista e o leste comunista, os EUA se firmariam como a grande potência econômica e militar, deixando para trás qualquer expectativa de equilíbrio entre as nações. Assim, caracterizar-se-ia o momento unipolar aquando o governo de Washington se incumbiu de construir a arquitetura geopolítica e econômica. Seria, ainda, reforçada essa percepção no primeiro mandato da dinastia Bush na altura em que o então presidente anunciaria no congresso americano a nova ordem mundial em 11 de setembro de 1990 (unipolar).

Poucos anos mais tarde, alguns estudiosos, dentre eles Samuel P. Huntington desafiaram esse *status* de superpotência-hegemônica para inovar com a definição de que o período seria uni-multipolar (PLATTNER & *at al.*, 2000: 5).Em 1999, num de seus artigos

[15] http://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Reports%20and%20Pubs/2025_Global_Trends_Final_ Rep ort.pdf, acessado em 19-06-2014

publicados no Foreign Affairs, sob o título *The Lonely Superpower*, o economista e professor de Harvard acreditava estarmos diante um "strange hybrid, a uni-multipolar system with one superpower and several major powers"[16].

Com efeito, o ataque terrorista em 11 de setembro de 2001 e a crise econômica de 2008/9 corroborariam para antecipar as avaliações acerca de uma transição no contexto geopolítico mundial, secundando os termos apresentados pelo Conselho Nacional de Inteligência dos EUA.

Dentre os mais relevantes aspectos que levam a um momento multipolar, cumpre destacar o surgimento de um agrupamento de países emergentes que pleiteiam maior relevância no tabuleiro global, cuja força fora demonstrada pelo modo que superariam o infortúnio da maior crise econômica da última década. Brasil, Rússia, Índia e China constituem o acrônimo BRIC (atualmente incorporando a África do Sul – BRICS) instituído pelo economista Jim O'neill.

Com efeito, o Brasil lança-se pela força do seu mercado interno e pela ascenção de uma classe emergente, parte essa da sociedade que ganha cada vez mais evidência nas estratégias de mercado, assim como pelo seu *status* de grande exportador de *commodities*.

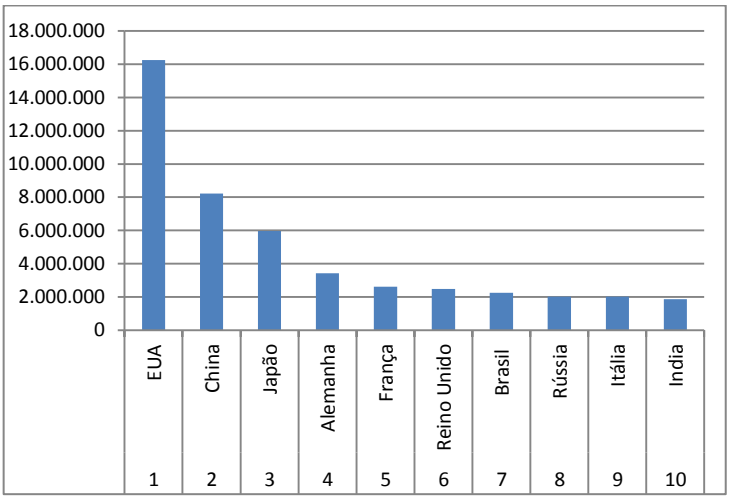
A Índia, por sua vez, tem tido visibilidade pelos avanços nas áreas de tecnologia, bem como por estar próxima de superar a China, tornando-se assim o país mais populoso do mundo. Segundo o relatório "The State of World Population" das Organizações das Nações Unidas[17] em 2025 este país poderá atingir a marca de 1,46 biliões de habitantes, contra 1,39 biliões dos chineses.

Se por um lado a China poderá ser superada pela Índia quanto ao número populacional, a sua economia está longe de ser alcançada pelos demais países emergentes, pelo contrário, chamada de "locomotiva mundial" pelo Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, com um PIB estimado em 8.227 biliões de dólares (Figura 1)[18] e crescendo a ritmos não inferior a 7,5%[19] anuais – enquanto o crescimento mundial atingiu 2,4% em 2013 – o país asiático teve papel fundamental para não agravar, ainda mais, a crise de 2008/2009.

[16] http://www.foreignaffairs.com/articles/54797/samuel-p-huntington/the-lonely-superpower, acessado em 02-08-2014.
[17] https://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2011/EN-SWOP2011-FINAL.pdf, acessado 31-05-2014
[18] http://www.tradingeconomics.com/china/gdp, acessado 31-05-2014.
[19] http://www.tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual, acessado 31-05-2014.

Com efeito, a Rússia tem proporcionado sinais de recuperação do seu protagonismo após anos difíceis de conflitos internas e deterioração da sua economia e capacidade militar; valendo-se de suas riquezas naturais como gás e petróleo e de uma política externa de não submissão aos ditames norte-americanos, o Presidente Vladmir Putin trabalha para recuperar o orgulho russo. Os recentes episódios de concessão de asilo político ao delator do esquema de espionagem estadunidense Edward Snowden, o veto a uma intervenção militar na Síria e a anexação da região da Crimeia (antigo território da Ucrânia), recolocaram a Rússia no centro da política internacional.

Figura 1
PIB das maiores economias mundiais (milhões de dólares) - 2012



Fonte: Banco Mundial[20]

Outra característica contemporânea é o aumento vertiginoso do número de atores não estatais e de organizações internacionais que, de certa forma, corroboram para desfragmentação do poder dos estados como pontua Anne-Marie Slaughter na obra New World Order. As empresas multinacionais são um exemplo de dinamicidade de atores não governamentais que ganharam presença em escala global, por outro lado, com objetivos distintos, mas também fruto da sociedade civil, as organizações terroristas também se organizam para além de suas fronteiras a fim de obter vantagens político-ideológicas no usufruto de ações extremistas.

[20] http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf, acessado 31-05-2014

4. Da uni-multipolaridade para a multipolaridade?

A definição de um momento unipolar, uni-multipolar, multipolar está correlacionada com a relação de existência ou não da polarização do poder no ordenamento mundial. Desta feita, como definiríamos poder no mundo contemporâneo?

Primeiramente, tal acepção não é pacífica dentro do universo das relações internacionais e ciências políticas. Se analisado sob a perspectiva da escola clássica realista, a terminologia *power* limitar-se-ia ao poderio militar, pois na assumpção da existência de um sistema anárquico seria a única forma de imposição crível de uma nação sobre a outra e, assim, obter vantagens político-econômicas.

Para Anne Marie Slaughter poder deve ser medido pela capacidade de relacionamento entre as nações, ou seja, "connectedness" pela qual os atores seriam capazes de estabelecer uma agenda e superar obstáculos a fim de promover o desenvolvimento sustentável (SLAUGTHER, 2009).

O autor Donette Murray propõe que a verificação do potencial de poder seja definido de acordo com "economic strengh, population, size and geographic location, raw materials, tecnological capacity, ideology, educational levels and internal solidarity, political/international influence and, [...] military strengh" (MURRAY *at al.* 2012: 5).

Dentro da obra *Globalization, Power, and Democracy*, de Marc Plattner e Aleksander Smolar, buscamos as definições para as diferentes perspectivas de organização da arquitetura mundial com base na contribuição feita por Samuel P. Huntington, senão vejamos.

Primeiramente, unipolaridade pressupõe que um único estado atue unilateralmente, com nenhuma ou mínima cooperação com outras nações de tal modo que consegue resolver efetivamente a maioria dos conflitos internacionais. Mormente pressupõe-se que nenhum outro estado ou combinação destes conseguem fazer como a potência hegemônica do momento (PLATTNER & *at al.*, 2000: 5).

No que se refere ao ordenamento mundial multipolar, compreende-se na organização das maiores potências para a formação de uma coalizão de modo a combaterem os principais conflitos que não dependem tão somente de um governo que trabalhe independentemente, em outras palavras, "world is one in which a coalition of major power is necessary to resolve important international issues, and if the coalition is

a substantial one, no other single state can prevent the coalition from acting" (PLATTNER & *at al.*, 2000: 5).

Por seu turno, por uni-polaridade temos a resolução das questões internacionais dirigidas por uma única superpotência, a qual atua em conjunto a outras potências regionais para que, diante à combinação de esforços, consiga obter os ganhos almejados (PLATTNER & *at al.*, 2000: 6). Trazendo essa assertiva do campo teórico para o contexto atual, trata-se da relação dos EUA como líder valendo-se do apoio do eixo franco-germânico-britânico (UE) e Japão para exercer a governança internacional (PLATTNER & *at al.*, 2000: 6).

Destarte, para melhor compreender dinamicidade do cenário internacional que se avizinha, faz-se necessário perpassar pela discussão de um eventual declínio dos EUA, assim como pela emergência de novos *players* com relevância política e econômica até então não incorporados na coalizão supramencionada.

4.1 EUA: O império em declínio?

Os estudiosos das áreas das Relações Internacionais e Ciências Políticas divergem quando o assunto é o papel dos EUA no mundo contemporâneo, principalmente no que se refere à sua hegemonia. Diante disso, os Norte-americanos são uma potência em declínio ou são os outros países que se desenvolveram de tal maneira que afeta o prestígio de Washington?

Para os declinistas, dentre eles, Noam Chomsky, as preocupações com o "império" do atlântico recaem sobre o aumento da dívida pública em relação ao PIB (atualmente em 101,53%[21]), assim como com a baixa credibilidade internacional e a questionada política externa adotada, sobretudo, durante o governo Bush (filho). Uma vez somados podem explicar o abalo da hegemonia econômica e política. Por outro lado, existem aqueles que não creem em decadência, pois nenhuma outra nação estaria perto de se aproximar dos avanços alcançados nos setores econômicos, tecnológicos e militares, tratando-se de um mero momento de falso alarmismo (MURREY *at al.*, 2012: 17/44).

Deve lembrar-se que esta fase de inquietude com o papel dos EUA nos dias de hoje não se trata de algo inédito, assim foi visto durante os períodos da Grande

[21] http://www.tradingeconomics.com/united-states/government-debt-to-gdp, acessado em 10-06-2014

Depressão (1929) e Crise do Petróleo (1970/1980), aquando o governo de Washington fora obrigado a tomar fortes medidas para recuperar o crescimento do país. A crise dos *subprimes* e seus desdobramentos devem ser encarados como uma turbulência cíclica ou como o prenúncio para o fim da hegemonia econômica norte-americana? Além disso, as Guerras do Iraque e do Afeganistão teriam sido suficientes para sepultar a credibilidade externo-interna da superpotência que prega o respeito das regras da ordem internacional sob a tutela das Organizações Unidas?

a) A Opinião Pública

A opinião pública tem papel relevante em qualquer governo democrático, quiçá naquele que por sua natureza dos discursos proferidos em palanques mundo afora clama pela libertação dos povos oprimidos por regimes ditatoriais. Deste modo, quais seriam os anseios dos seus cidadãos quanto à política externa e diante da tarefa de governar a ordem mundial?

Em dezembro de 2013, a organização não governamental Pew Research Center publicou uma pesquisa com ênfase na visão dos Norte-americanos face às intervenções militares e ajudas humanitárias lideradas pelos EUA. Percebeu-se, portanto, que 52%[22] destes prefeririam que o país se limitasse aos seus interesses internacionais (*minding its own business*), sendo assim os outros países devem buscar solucionar os seus problemas sem ajuda dos EUA (*get along the best they can on their own*). Podemos compreender por interesses internacionais aquelas ações que trazem benefícios direitos, sejam estes políticos e econômico.

Trata-se de uma viragem significativa, pois há cinquenta anos somente 20% dos cidadãos advogariam pelas medidas não-intervencionistas, sendo que os índices atuais já superam a metade dos entrevistados (Figura 2). Esta impopularidade tende a crescer visto os efeitos da Guerra do Iraque e Afeganistão, aliando-se a isso a difusão das campanhas anti-guerras nas redes sociais e mídia-livre.

[22] http://www.people-press.org/2013/12/03/public-sees-u-s-power-declining-as-support-for-global-engagement-slips/, acessado em 07-06-2014

Figura 2

Indivíduos que concorda que os EUA devem-se preocupar somente com os seus interesses internacionais (%)

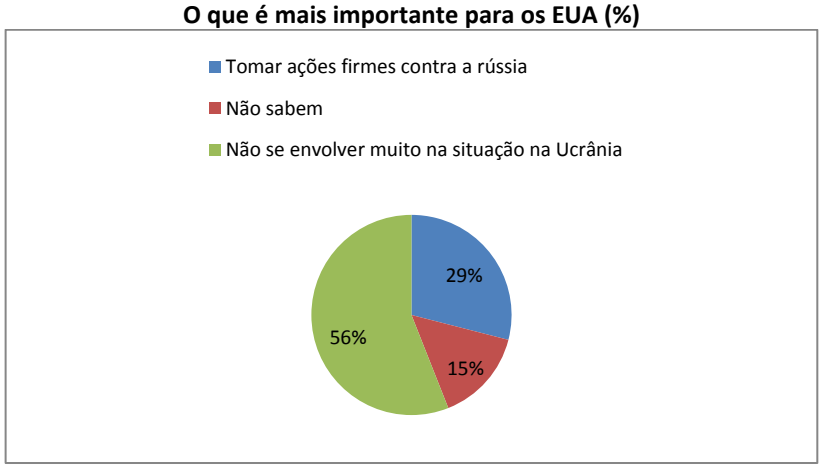
Fonte: Pew Research Center, 2012, www.pewresearch.org

Além do exposto, a pesquisa apresentou a percepção interna relativa aos recentes conflitos: Sírio e Russo-ucraniano – ambos os alvos de repercussão global.

Segundo consulta realizada, 56% dos americanos gostariam que os EUA não se envolvessem muito nos problemas ucranianos, enquanto 29% apoiam medidas firmes contra a Rússia (Figura 3[23]). Igualmente, no que se concerne à Síria (Tabela 2[24]), 64% advogam pela não intervenção no país de Assad.

Figura 3

O que é mais importante para os EUA (%)



Fonte: Pew Research Center, 2014, www.pewresearch.org

[23] http://www.people-press.org/2014/03/11/most-say-u-s-should-not-get-too-involved-in-ukraine-situation/, acessado em 07-06-2014.

[24] http://www.people-press.org/2012/12/14/public-says-u-s-does-not-have-responsibility-to-act-in-syria/, acessado em 07-06-2014.

Tabela 2

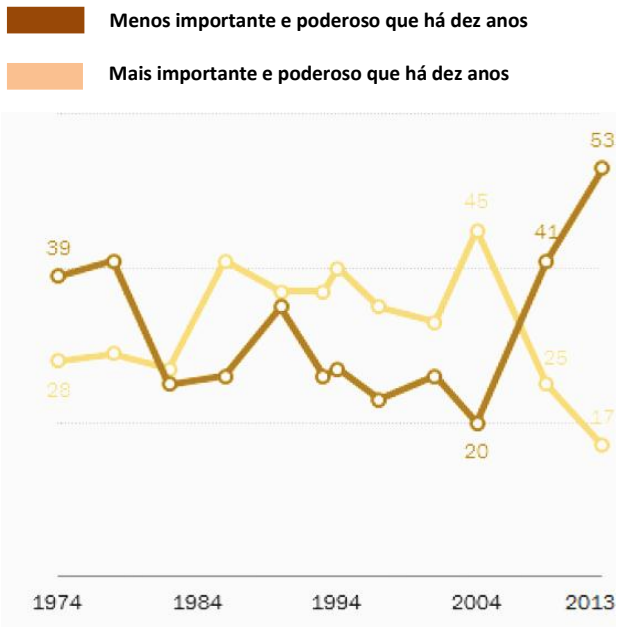
Os EUA devem tomar alguma ação com relação... (%)

Acontecimento	Sim	Não
Guerra na Síria	25%	64%
Guerra na Líbia (2011)	27%	63%
Genocídio Étnico em Darfur (2006)	51%	36%
Guerra Étnica em Kosovo (1999)	47%	46%
Guerra entre Sérvios e Bósnios (1995)	30%	64%

Fonte: Pew Research Center, 2012, www.pewresearch.org

Com efeito, o Pew Research Center ouviu os cidadãos para avaliar a percepção interna quanto a um eventual declínio do poder norte-americano no contexto global, chegando as seguintes conclusões: 53%[25] acreditam que o país é menos importante e com menor poder se comparados os últimos 10 anos; por outro lado, um número relativamente baixo, 17%, acredita que os EUA estão mais poderosos e relevantes no cenário mundial do que há 10 anos (Figura 4).

Figura 4



Fonte: Pew Research Center, 2013, www.pewresearch.org

Os dados ora apresentados corroboram com os descritos de Hélio Jaguaribe ao ponderar que a população estadunidense não estaria mais disposta a pagar os altos

[25] http://www.people-press.org/2013/12/03/public-sees-u-s-power-declining-as-support-for-global-engagement-slips/12-3-2013-1/

preços e consequências políticas das intervenções políticas e militares (JAGUARIBE *at al.*, 2003: 4) e que, sequer consegue perceber diretamente os benefícios de tais ações. Não seria pelo acaso, mas sim pelo profundo conhecimento da realidade nacional que a gestão Barak Obama adota um tom considerado moderado em relação ao seu antecessor.

b) O Fator Econômico

Diferentemente do que fora apresentado no item anterior, quando o assunto é economia, o governo de Washington alcança 66%[26] de aprovação para agir de maneira assertiva na ordem internacional em defesa dos interesses econômicos. A preocupação com o baixo crescimento do país é notória, sendo majorada após a forte crise global de 2008/9 que teve início em solos norte-americanos.

Para melhor ilustrar esse momento, fazemos alusão à matéria disponibilizada pelo periódico Financial Times[27] que, ao basear-se nas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), noticiaria que a economia norte-americana – que desde 1872 ocupa o posto de maior do mundo – poderia ser ultrapassada pela chinesa em 2019.

Isto porque o FMI calcula que os asiáticos crescerão 24% entre 2011 a 2014, contra 7,6% dos EUA no mesmo período e, de acordo com o novo indicador usado para dimensionar o PIB, o *Purchasing Power Parity* (Paridade de Poder Aquisitivo), a China tornar-se-ia mais prospera que os EUA. Estes seriam seguidos pela Índia que migraria do décimo lugar para a terceira posição de acordo com o novo método.

A Tabela 3 apresente a distribuição do PIB com base no exercício de 2013 em concordância com o novo indicador, incluindo a figura União Europeia a fim de melhor contextualizar os principais polos de concentração da riqueza mundial.

Em 2013 o PIB dos EUA correspondeu a 18.4%[28] da economia mundial, enquanto os países membros da UE e China, respectivamente, perfizeram 18.2% e 16.2% com relação à soma global.

[26] Idem, Ibidem.
[27] http://www.ft.com/intl/cms/s/0/d79ffff8-cfb7-11e3-9b2b-00144feabdc0.html?ftcamp=crm/email/2014429/nbe/AsiaMorningHeadlines/product&siteedition=uk#axzz33zPl6Khn, acessado em 07-06-2014.
[28] http://www.economywatch.com/economic-statistics/economic-indicators/GDP_Share_of_World_ Total _PPP/, acessado em 11-06-2014.

Com efeito, sob a ótica da divisão do acumulado de riquezas repartidas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, o segundo possui uma pequena vantagem, pois estes concentram 51,7%, enquanto 48,2% se atribuem aos países mais avançados. Lembra-se, entretanto que isso não quer dizer que esse valor é distribuído para a população. Costumeiramente, os países em desenvolvimento são conhecido pela má repartição de renda entre as classes.

Tabela 3

10 Maiores PIBs Mundiais em 2013 (Incluindo UE)

Posição	País	Em US$ (Purchasing Power Parity)
1	Estados Unidos	$ 16,720,000,000,000
2	União Europeia*	$ 15,840,000,000,000
3	China	$ 13,390,000,000,000
4	Índia	$ 4,962,000,000,000
5	Japão	$ 4,729,000,000,000
6	Alemanha	$ 3,227,000,000,000
7	Rússia	$ 2,553,000,000,000
8	Brasil	$ 2,422,000,000,000
9	Reino Unido	$ 2,387,000,000,000
10	França	$ 2,276,000,000,000

Fonte: CIA - The World Factbook[29]

Com relação às exportações de mercadorias os Estados Unidos liderou nas últimas décadas o topo da lista de maior fornecedor de bens ao redor do globo, porém nos últimos anos foi ultrapassado pela China (Tabela 4). Pese embora ainda seja o maior importador de mercadorias com fatia de 12,8% e com a participação de 14,3% em serviços (Tabela 5).

Tabela 4

Participação Global nas exportações de mercadorias

País	1948	1993	2003	2012
EUA	21.7%	12.6	9.8	8.6
China	0.9	2.5	5.9	11.9
UE*	-	37.4	42.3	32.4
Índia	2.2	0.6	0.8	1.6

Fonte: Organização Mundial do Comércio[30]
* 1993 (12), 2003 (25), 2012 (27)

[29] https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2001rank.html, acessado em 11-06-2014
[30]http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2013_e/its2013_e.pdf, acessado em 15-06-2014.

Tabela 5

Participação Global nas importações de mercadorias

País	1948	1993	2003	2012
EUA	13.0	15.9	16.9	12.8
China	0.6	2.7	5.4	10.0
UE*	-	-	41.8	32.6
Índia	2.3	0.6	0.9	2.7

Fonte: Organização Mundial do Comércio[31]
* 1993 (12), 2003 (25), 2012 (27)

Os dados acima apresentados não têm por objetivo ser exaustivos quanto a todas as variáveis que permitem uma análise mais profunda do momento econômico norte-americano, contudo, vislumbra-se apresentar alguns pontos fundamentais que permitam concluir que estamos diante da mudança do *status quo* que perdurou por várias décadas.

Os EUA se beneficiaram com o liberalismo econômico característico dos dois últimos séculos, bem como com o processo de globalização. Todavia, hodiernamente, além de enfrentar os desdobramentos da crise 2008/09 e de duas guerras dispendiosas em curto espaço de tempo, sua capacidade de recuperação econômica parece limitada diante da tendência de divisão da riqueza com outros polos, nomeadamente UE, China, Brasil, Índia, entre outros. Além disso, a Rodada Doha que poderia ser um alento para estimular a economia mundial e, via de consequência, trazer impactos positivos para Washington tem encontrado dificuldades para avançar.

Como alternativa os EUA pretendem instituir dois acordos de liberalização comercial trans-regionais, o primeiro com a União Europeia (Acordo de Parceria Transatlântica), sendo o outro com os países asiáticos do pacífico, não incluída a China, denominado Acordo de Parceria Trans-Pacífico.

c) Poder Militar

Vimos que existem sinais do fim da hegemonia econômica norte-americana, entretanto no que concerne sua capacidade militar não se pode duvidar da sua superioridade. Os EUA possuem o que há de mais moderno para a execução da sua política de segurança e defesa, assim como para liderar a Organização do Tratado do

[31]http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2013_e/its2013_e.pdf, acessado em 15-06-2014.

Atlântico Norte. A título de exemplo, podemos citar a utilização de aeronaves não tripuladas conhecidas como DRONES que vêm revolucionando as intervenções dos EUA em solos estrangeiros, uma vez que diminuem os riscos de baixa de seus militares.

Segundo o relatório anual da Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) os Norte-Americanos despenderam US$ 711 biliões em 2011 com sua política de defesa; por outro lado, a China teve suas despesas orçadas em 21% desse valor (US$ 143 biliões). A Rússia, por seu turno, ficou na terceira posição com investimentos na ordem de US$ 71.9 biliões. Na tabela 6, percebe-se que o orçamento executado em 2011 pelos EUA é superior à soma dos valores das nove nações que mais investiram nesse segmento.

Tabela 6

Despesa com a política de segurança e defesa - 2011

País	Em Biliões (US$)
EUA	711
China	143
Rússia	71.9
Reino Unido	62.7
França	62.5
Japão	59.3
Índia	48.9
Arábia Saudita	48.5
Alemanha	46.7
Brasil	34.4

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute, 2011

No que se refere o arsenal nuclear, Rússia e Estados Unidos juntos remetem a 93% de todo o acervo nuclear mundial com pequena vantagem soviética segundo levantamento do SIPRI (Tabela 7).

Tabela 7

O arsenal nuclear mundial em 2014

Rússia	8.000
EUA	7.300
França	300
China	250
Reino Unido	225
Paquistão	100 – 120
Índia	90 – 110
Israel	80
Coréia do Norte	6 – 8

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute, 2011

Há ainda que se considerar a disposição militar dos EUA tendo em vista o número de indivíduos treinados para combates. Proporcionalmente os Norte-Americanos aptos para ações militares em 2012 corresponderam a 2% da população, face 0,2% de China e Índia. No entanto, visto o alto índice populacional, os asiáticos superam os EUA em números reais (Tabela 8).

Tabela 8

Número de pessoas treinadas para combate

País	2009	2010	2011	2012
China	2,945,000	2,945,000	2,945,000	2,993,000
Índia	2,625,586	2,625,586	2,647,150	2,728,700
United States	1,563,996	1,569,417	1,520,100	1,492,200
Korea, Dem. Rep.	1,379,000	1,379,000	1,379,000	1,379,000
Russian Federation	1,495,000	1,430,000	1,364,000	1,364,000

Fonte: Banco Mundial, 2012

Com efeito, os EUA se posicionam como a maior potência militar em virtude do orçamento disponível para custear despesas militares, como também pelos avanços tecnológicos, tais como DRONES, sistema de satélites e equipamentos militares, todos considerados de última geração. Soma-se a isso, o elevado número de ogivas nucleares e indivíduos treinados para combate.

Contudo, há que se atentar para o momento econômico, pois a manutenção de uma política de segurança e defesa com elevados gastos militares depende da saúde financeira do Estado. Nesta esteira, merece atenção a ratificação do "Budget Control Act" (2011) que poderá influenciar os rumos das despesas para os próximos anos, uma vez que se espera uma redução na ordem de $1 Trilhão para os próximos dez anos[32].

De todo modo, não parece que os EUA conviverão com uma alteração nesse cenário em curto prazo. Japão, potência tecnológica, há anos decidiu não investir nos setores militares de modo a preferir apoiar a OTAN. A União Europeia, seria outro candidato a rivalizar com Washington, porém parece mais interessada em concentrar os seus investimentos em matérias sociais e econômicas. Outrossim, por segurança e defesa se tratarem de áreas sensíveis e de limitada competência da UE deixa a cargo dos estados-nações a política que lhes convem melhor. A China começa a fazer investimentos afirmativos na área militar, no entanto tem um longo caminho a percorrer no

[32] http://www.washingtonpost.com/blogs/wonkblog/wp/2013/01/07/everything-chuck-hagel-needs-to-know-about-the-defense-budget-in-charts/, acessado em 21-06-2014.

desenvolvimento de tecnologia de ponta. Esse mesmo pensamento se aplica a Rússia, o último país que rivalizou com os EUA em capacidade militar não conseguiu dar continuidade aos investimentos em tecnologia, tendo em vista a fragilidade de sua economia durante e após o período da guerra fria.

4.2 O BRIC(S): Presságio de uma ordem multipolar?

Quando Jim O'Neill em 2001, então membro do Goldman Sachs, chamou atenção dos governos e das classes empresarias para um grupo formado por quatro países que se destacavam no cenário econômico e que deveriam fazer parte do G7[33], entretanto por sorte não teria previsto que nações tão distintas pudessem dar início a um processo de embate ao modelo de Bretton Woods (1944). Na agenda desse agrupamento – que agora conta com um quinto elemento (África do Sul) – estão propostas que vão da criação de um banco de desenvolvimento dedicado aos países emergentes, à reforma das organizações internacionais como ONU e FMI, dentre outras medidas.

Na década de noventa, Boris Yeltsin e Jiang Zemin, representando Rússia e China, respectivamente, assinariam em Moscovo uma declaração que rogaria por uma ordem multipolar e subsequentemente pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial. Denominado de "Russian-Chinese Joint Declaration on a Multipolar World and the Establishment of a New International Order", o acordo mútuo reiteraria o apreço pela soberania dos Estados, integridade territorial, não agressão mútua, igualdade e melhorias conjuntas, entre outros temas.

Poucos anos mais tarde (2003), Índia, Brasil e África do Sul tomariam rumos similares às duas grandes potências emergentes e formariam o Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) com intuito de promover a cooperação econômica, mas principalmente, aproveitar a importância regional de cada um para tomarem decisões em bloco no que se refere os conflitos internacionais; mormente clamariam por uma ordem multipolar.

Com efeito, aproveitando a repercussão em torno dos argumentos trazidos por O'Niell, Brasil, Índia, China, Rússia oportunamente decidiram se juntar para oferecer uma nova vertente que privilegiaria os países em desenvolvimento, de modo que atuaria em paralelo as organizações tradicionais. Deste modo, em 2009, os chefes de Estado

[33] Agrupamento formado por sete economias avançadas, Canadá, França, Alemanha, Japão, Reino Unido, Estados Unidos e Itália.

reuniram-se em Ecaterimburgo – Rússia para tratarem de acordos de cooperação e de atuação em bloco nos fóruns do G20, uma vez que não estavam satisfeitos com as medidas sugeridas pelo FMI, dentre elas, maior aporte de recursos sem que houvesse maior participação no sistema de cotas, consequentemente, no poder de voto no âmbito desta instituição. Mas afinal quais seriam os reais objetivos desse grupo de países?

Para a Embaixadora brasileira Maria Edileuza Reis, o BRICS – já incorporando a África do Sul desde 2011 – trata-se de um fórum político-diplomático com "atuação em duas vertentes" sendo estas: "coordenação de posições em fóruns internacionais" e uma "agenda pragmática", esta última sugerida pelos chineses que visaria o estabelecimento de ações que permitam o desenvolvimento nas mais diversas áreas, agricultura, tecnologia e etc. (PIMENTEL, 2013: 17).

Na percepção do Embaixador brasileiro Rubens Barbosa o BRICS se trata de "uma plataforma para o diálogo e a cooperação entre países que representam 43% da população mundial, para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento em um mundo multipolar, interdependente, mais complexo e globalizado". Com uma análise semelhante, o Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Henrique Altemani, descreve o BRICS como uma plataforma que embora possua "uma série de divergências", tendem também a convergir na "contraposição ao grupo dos países desenvolvidos", portanto este grupo tem a "vontade política de contraposição ao G7 há muito mais tempo" (PIMENTEL, 2013: 31-47).

Em Nova Déli, quatros anos após a formação deste agrupamento, os líderes do BRICS apresentariam uma proposta de constituição de um Banco de Desenvolvimento e um Fundo anti-crise (denominado de Arranjo Contingente de Reservas) com base numa sugestão do país anfitrião. Essa proposta seria ratificada na reunião de cúpula denominada "Crescimento inclusivo: soluções sustentáveis" abrigada na cidade de Fortaleza-Brasil em 2014. Nesta conferência foi cogitada a adesão da Argentina ao clube dos países emergentes, contudo Vladmir Putin pediu cautela quanto ao tema, afinal o país enfrenta um período de grave instabilidade econômica e não teria recursos para financiar as recém-criadas instituições do BRICS[34].

O "Novo Banco" volta-se "não só para a promoção do desenvolvimento sustentável dentro dos próprios BRICS como também para projetos de infraestrutura em

[34] http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/07/140711_putin_argentina_brics_mc_kb.shtml, acessado em 31-07-2014.

outros países em desenvolvimento", portanto deve atuar em "cooperação e com a ajuda internacional, via financiamento ao desenvolvimento" (PIMENTEL, 2013: 18). A proposta inicial incluiu o aporte de US$ 50 biliões, sendo este valor divido de forma igualitária entre os cinco signatários de modo a não haver predomínio de uma nação sobre a outra no processo decisório.

Além disso, o sistema anti-crise – nos moldes do FMI – deverá atingir US$ 100 biliões em capital de reserva, sendo deste total, US$ 41 biliões integralizados pelos Chineses e Brasil, Rússia e Índia contribuiriam com US$ 18 biliões cada. Finalmente US$ 5 biliões seria aportado pela África do Sul. O acordo ainda prevê um mecanismo para compensar dificuldades com o fechamento das balanças comerciais dos países membros, os quais poderão acionar esse sistema para receberem recursos em dólares, porém no momento da restituição efetuarão os pagamentos em moeda local, portanto preservando suas reservas internacionais.

Nas palavras da Presidente brasileira essa medida traria benefício reais, pois ajudará "a conter a volatilidade enfrentada por diversas economias como resultado da retirada da política monetária expansionista por parte dos Estados Unidos"[35]. Nesta esteira "o fundo estará em condição de reagir prontamente à fuga de capital, provendo liquidez em moeda firme, isto é, em doláres" defendeu Anton Siluanov Ministro das Finanças Russo[36].

Para o Ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega "uma das grandes diferenças entre a visão dos Brics [...] é o princípio da igualdade entre as partes interessadas. Ao contrário do FMI, cuja liderança é sempre Europeia e do Banco Mundial, cujo presidente é escolhido pelos os EUA, o banco Brics terá uma presidência rotativa de cinco anos, com cada país a obtenção de um turno[37]".

Com efeito, Xangai será o centro financeiro dos países emergentes, cidade esta escolhida como sede do banco. A Índia, talvez por ser a grande idealizadora deste projeto, ficará com o direito de indicar o primeiro presidente do órgão, o qual deverá ser substituído através do regime rotativo a cada 5 anos. Por fim, a expectativa é que ambos os organismos comecem a operar no exercício de 2016.

[35] http://www.publico.pt/economia/noticia/e-se-os-brics-deixassem-de-precisar-do-fmi-1663182, acessado 29-07-2014.

[36] http://oglobo.globo.com/economia/banco-de-fomento-do-brics-alternativa-ordem-mundial-existente-dizem-lideres-analistas-13256282, acessado em 29-07-2014.

[37] http://www.jb.com.br/economia/noticias/2014/07/18/ft-brics-e-um-rival-potencial-para-fmi-e-banco-mundialdiz-jornal/, acessado em 29-07-2014.

Contudo, cumpre ressaltar que embora os países do BRICS tenham a pretensão de apresentar uma nova alternativa as tradicionais Organizações Internacionais (OIs) e tenham sinalizado com passos concretos, muitos serão os desafios para os próximos anos.

De início, no que se refere à instituição deste Banco de Desenvolvimento, entende-se por boa prática que haja a precaução para que não se torne um mero instrumento político, utilizado para reafirmar políticas externas individualizadas. Deve-se, cuidar para que os seus principios constitutivos reflitam o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável mundial, incluindo, sobretudo, as nações menos favorecidas.

Ademais, seria fundamental garantir taxas competitivas e condições menos severas para pagamento dos empréstimos, principalmente em relação aos termos praticados por BIRD e FMI, caso contrário terá efetividade duvidosa. A economista e professora da Universidade de Columbia, Stephany Griffith-Jones[38], apresentou quais seriam os principais pontos a serem observados neste novo fundo monetário: primeiramente a escala dos recursos, embora reconheça que US$ 50 biliões seja um valor interessante para inicializar uma operação desta monta, será necessário maiores aportes para se tornar viável e, com isso, devem se preparar para novas adesões. Outro ponto mencionado refere-se à qualidade dos empréstimos, uma vez que seria importante diminuir os riscos de *default*. Além disso, o banco também deve perseguir resultados, ou seja, lucro. Adicionalmente, a diversificação de beneficiários também foi lembrada como elemento chave:

"Furthermore, it would be desirable for it to have a balanced portfolio of loans that includes middle and low-income countries from different regions, as this would make the bank more creditworthy, both because middle-income countries may be more creditworthy than low-income ones, and because it would ensure the benefits of geographical diversification[39]".

Segundo os estudiosos também existe uma dúvida quanto ao peso político da China e a maneira como isso será administrada dentro do clube de países.

Mark Wisbrot, membro do Center for Economic and Policy Research, adota um tom otimista quanto à relação BRICS e China, isto porque o país asiático tem uma filosofia

[38] http://blogs.ft.com/beyond-brics/2014/06/03/guest-post-a-new-brics-bank-to-mark-global-shift/, acessado 29-07-2014.
[39] http://blogs.ft.com/beyond-brics/2014/06/03/guest-post-a-new-brics-bank-to-mark-global-shift/, acessado em 29-07-2014.

diferente ao neoliberalismo e por característica própria não tentar impor a sua cultura e valores.

"[O] Estado [chinês] é dono da maior parte do sistema financeiro e das grandes companhias, e não o contrário, quando as grandes companhias são donas do Estado [...] Isso não quer dizer que não vão defender seus interesses. Mas há uma diferença entre defender seus interesses e remodelar uma sociedade inteira à imagem que você deseja[40]".

Além das pontuais observações ora trazidas, percebe-se a necessidade que o BRICS consiga propor uma agenda positiva que permita delinear com clareza às áreas de convergência para as atuações em bloco nos fóruns multilaterais, pois é sabido que países com tantas diferenças históricas, bem como dotando de estratégias regionais dispares naturalmente irão divergir. Assim foi visto na eleição do Presidente do Banco Mundial quando a Rússia declarou apoio ao candidato oposto ao preferido dos seus demais parceiros do BRICS. Lembra-se, também, que não foram uníssonos quanto às medidas suportadas na ONU em relação às crises da Líbia e Síria.

Não restam dúvidas que quanto maior for à sinergia entre eles, maior serão as chances de fazerem o contrapondo desejado ao eixo "ocidental", todavia é preciso coordenar e buscar o entendimento em áreas até então não convergentes.

Desta forma, caso o BRICS consiga colocar em prática o Banco de Desenvolvimento, o Fundo anti-crise, assim como atrair novos membros, possivelmente haverá um impacto no ordenamento mundial atual.

Com efeito, tem-se neste grupo o reforço da tese sustentada pela a autora Anne Marie Slaughter ao passo que defende que estamos diante uma eminente "nova ordem mundial", esta portanto, baseada em múltiplos acordos das mais diversificadas espécies (bilaterais, regionais, multilaterais), na qual os maiores beneficiados serão aquelas países que conseguirem expandir e consolidar o maior número de networks e tirar o proveito dessas redes.

[40] http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/07/140710_banco_brics_lk.shtml, acessado em 29-07-2014.

4.3 Momento Multipolar

A partir da última metade do século XX a disputa pelo poder e as guerras marcaram a relação dos estados no ordenamento mundial. Houve tamanha dinamicidade que num curto espaço de tempo tivemos um momento bipolar (Norte-americano e União Soviética), com a alteração para uma fase unipolar com notório controle exercido pelos EUA, e por fim, muito em razão dos efeitos da globalização, a formação de uma coalizão EUA-UE-Japão para que a superpotência mantivesse o controle deste ordenamento. Muito diferente, portanto, dos últimos séculos na altura em que tais transformações ocorreram em menor agilidade. O Império Romano conviveu como centro da civilização por alguns séculos, como o chinês se fez presente no Século XIX.

Contudo, existem indícios claros que estamos diante uma nova transformação com a simultânea chegada do Século XXI. Essa assertiva é encontrada no relatório da CIA "*Global Trends 2025*"e na obra Globalization, *Power, and Democracy*, de Marc Plattner, isso para citar algumas referências. Desta última, colhemos o seguinte trecho: "My central thesis is that global politics has now moved from brief unipolar moment at the end of the Cold War into a few unipolar decades on its way toward a largely multipolar twenty-first century (PLATTNER *at al.*, 2000; 6)."

Trata-se de um conjunto de fatores que permite essa afirmação. Da acessão da República da China como superpotência econômica ao declínio político-econômico Norte-americano. É neste contexto que o multilateralismo recebe nova dimensão.

5. O "Novo Multilateralismo"

As últimas décadas contribuiriam para a percepção de novas tendências no campo da cooperação entre os Estados-nações, os quais buscam obter ganhos econômicos e políticos por meio da interação entre países, seja pelas trocas comerciais respeitando suas vocações, seja pelas ações afirmativas em defesa dos interesses mundiais. Aquele que melhor souber aproveitar esse momento em que a diplomacia precisa sobrepor à influência por meio de imposições econômicas e militares alcançará melhores benefícios.

Edward Newman define multilateralismo como "collective, cooperative action by states – when necessary, in cooperation with non-state actors – to deal with common

challenges and problems when these are best managed collectively at the international level". Nesta acepção já são percebidas as concepções modernas da dialética entre os Estados-nações (NEWMAN, 2006: 531).

Com o final da Guerra Fria foi criada a expectativa de que os fóruns multilaterais poderiam retomar as suas funções plenas, uma vez findada a divisão ideológica que que vigorava naquele momento. Porém o que se constatou foi uma "ambivalência" desse sistema, pois em dados momentos angariou êxitos na sua execução e em outros falhou na tentativa de contornar conflitos globais. Assim foi visto no advento das últimas crises econômicas quando a comunidade internacional não foi capaz de apresentar soluções rápidas para a problemática sistemática de governança econômica. Tampouco para resolver conflitos militares de escala regional e mundial. Refere-se aos episódios no Kosovo com ação unilateral da OTAN em detrimento à decisão do conselho da ONU, bem como invasão do Iraque (FÓRUM EURO-LATINO-AMERICANO, 2001: 18). Com efeito, a ONU possui um processo decisório polêmico que se restringe aos países vencedores da Segunda Grande Guerra, altura esta que o poder bélico serviu como garante do direito de assento permanente, via de consequência poder de voto ou veto. A formação de uma coalizão *ad hoc* para invasão do Iraque e Afeganistão, ignorando assim os diálogos no fórum multilateral, pareceu o caso mais grave, pois os EUA, enquanto uns dos maiores patrocinadores da ONU se configuram excelentes legisladores, porém nem tanto brilhante para segui-las.

Isto posto, a globalização veio acentuar os conflitos de repercussão internacional de modo que a existência das tradicionais instituições já não respondem com a celeridade desejada. Parecem insuficientes e muito burocráticas para promover soluções céleres. Talvez por esse motivo se tenha constatado nos últimos anos a multiplicação do número de Organizações Intergovernamentais (OIG) e Organizações não-governamentais (ONG). Para quantificar essa evolução, em 1909 haviam 37 OIGs e 176 ONGs, ao passo que no decorrer de quase um século (1996) esse número subiria para 250 e 5500 respectivamente".

Numa primeira análise a expansão das organizações não-estatais podem parecer prejudiciais ao multilateralismo, uma vez que estas novas instituições poderiam subtrair funções, via de consequência, poder decisório dos órgãos multilaterais. No entanto, por também combaterem problemas globais acabam por contribuir com a propositura de

novas pautas nos fóruns multilaterais, como também colaboram efetivamente na resolução de conflitos. Neste contexto, a autora Anne-Marie Slaughter propôs a existência de um paradoxo, dentre o qual as nações cientes de suas limitações, tendem a delegar poderes nas organizações internacionais e submeterem-se as regras internacionais, por outro lado, não desejam abdicar de sua soberania. Ainda, dentro do estudo proposto por essa autora, estaríamos diante a "desfragmentação do Estado-nação", sendo que isso ocorre em razão da execução parcial das políticas locais pela utilização de diversos atores, sejam internos ou externos. Por exemplo, temos a atuação de Ministros da Economia nas reuniões do G20 e/ou G7 – outro fenômeno contemporâneo. Neste momento, definem regras e medidas em acordos transgovernamentais.

Com efeito, a nova forma de relacionamento entre os estados no sistema mundial tem como característica a redução do monopólio dos estados nos fóruns multilaterais, assim como uma participação mais efetiva de outras camadas da sociedade (FONSECA Jr, 2001: 16). Outro predicado dessa dinâmica contemporânea é o relativismo do poder militar, antes tido como o principal instrumento de persuasão, não encontra nos fóruns atuais a mesma indispensabilidade. É possível ser respeitado e ter-se voz ativada na comunidade internacional sem sequer abrigar uma bomba nuclear, como é o caso da Suíça, Alemanha, entre outros. Deste modo, o fator econômico, cultural, somadas as políticas externas de natureza solidária denotam grande valia na hora de procurar solucionar conflitos e firmas acordos.

Pelo exposto, o novo multilateralismo teria como característica a "intensificação de contatos entre Estados e Sociedades" que, por tal sorte, devem promover regras comuns, soluções globais e valores universais, como também a "relativa perda do monopólio dos Estados". Além disso, a capacidade militar deixa de ser o fator soberano de influência para disputar com o poder econômico, ideológico, tecnológico, cultural e outros (FONSECA JR, 2001: 16/18).

Outro fenômeno do multilateralismo contemporâneo é a expansão dos acordos regionais, abrindo-se um grande debate sobre a compatibilidade dos dois modelos. Segundo estudiosos, os acordos regionais podem-se inserir no conceito de "building-block" ou "stumbling-block". Essa terminologia foi lançada pelo economista indiano

Jagdish Bhagwati, na altura que buscava responder se os acordos regionais seriam ou não um obstáculo para o universalismo.

A própria União Europeia inova com um processo ímpar de integração regional que, de modo gradativo, caminha para um novo modelo de híbrido de "organização internacional" com ênfase regional. Seria esse modelo o primeiro passo para alcançar uma visão kantiana de universalismo ou estamos diante de uma fortaleza regional?

5.1 Multilateralismo *versus* Regionalismo

O multilateralismo e regionalismo contemporâneo convergem no intuito de responder aos desafios da globalização, sendo que o primeiro traz uma ênfase universalista, enquanto o segundo apoia-se nas vocações regionais ou em agrupamentos trans-regionais.

Felix Peña (2000) nos ensina que "no son necesariamente dimensiones contradictorias de los esfuerzos por construir un sistema de relaciones comerciales y económicas internacionales de alcance global, basado en principios de libre comercio y de equilibrio entre los intereses de las distintas naciones".

Numa visão normativa, o regionalismo pode ser entendido como um subgrupo do multilateralismo, uma vez que se encontra embutido nos principais acordos de alcance mundial, tais como GATT/OMC (artigo XXIV) e ONU (Capítulo XIII). Desta forma, a legitimidade internacional dos arranjos territoriais passa pelo chancela destas instituições. Todavia, como lembrado por Gelson Fonseca Jr. "a norma não é suficiente para impor a compatibilidade" entre os dois modelos de cooperação (FONSECA JR, 2001: 2).

A intensificação dos acordos regionais que datam as duas últimas décadas recaem sobre as morosas negociações multilaterais. No que se refere às transações comerciais, as infrutíferas conversas realizadas na Rodada Seattle fez com que muitos os estados buscassem vias alternativas para promoverem o intercâmbio de mercadorias e serviços, além disso, ficou demonstrada a importância de se atuar em bloco nos fóruns da OMC. Mas afinal, quando o Regionalismo e Multilateralismo são antagônicos?

As negociações entre dois ou mais atores que representem um ou mais países tendem a ser menos complexas se imaginarmos a viabilidade de colocar 160 nações –

como é o caso da OMC – para produzir um acordo único. Geralmente, por fazerem parte de um grupo regional os estados membros se associam por razões de afinidades e objetivos comuns. Como também, o fato de existir um acordo regional já ratificado, nos termos da UE, Mercosul e NAFTA facilitariam ao gradual atingimento dos objetivos do multilateralismo.

Neste contexto, sob uma visão otimista, seria um verdadeiro "building blocks", pois se esperaria um efeito *spillover* em favor da liberalização comercial. Saindo do campo teórico para o lado prático, a eventual aliança entre Mercosul-UE, assim como dos EUA-UE, serviriam parar propagação desse princípio. Mormente, seria esse "regionalismo competivo" que impulsiona as negociações multilaterais (FÓRUM EURO-LATINO-AMERICANO, 2001: 49).

No entanto, existe também a percepção de que os acordos regionais têm uma abordagem negativa, de modo que promovem o *trade diversion*, ao invés de criarem novos negócios. A existência de baixas tarifas no escopo tratado pode fazer com que um produtor local seja favorecido em detrimento daquele que emprega os melhores resultados no produto.

Entendimento parecido deve ser aplicado às demais matérias, como segurança e defesa. Caso os grupos regionais abram mão das instituições multilaterais para promoverem ações unilaterais estão em desconformidade com as regras multilaterais, colocando, assim em risco a credibilidade da ONU e sua relevância no cenário internacional. Nestas hipóteses não há que se falar em reforço do multilateralismo, mas sim na dispensabilidade deste.

De toda forma, não é possível hoje ser assertivo quanto à compatibilidade das duas formas de interação dos estados no sistema de governança mundial. Pode-se, no entanto, asseverar que em determinados momentos o regionalismo pode facilitar e abrir espaços para principios universalistas, como em outros casos obstruir essa inserção. Outrossim, pode obter ganhos em matérias as quais os fóruns multilaterais não conseguem encaminhamentos em razão da alta complexidade envolvida. Mas é perceptível que para que isso ocorra os principios multilaterais devem ser incorporados nos acordos de menos escala, como é o caso, por exemplo, da cláusula da nação mais favorecida da OMC. No âmbito da ONU, a OTAN deve agir em conformidade desta, sendo, portanto, apoiadoras de suas resoluções.

5.2 A fragmentação do Estado-nação e suas implicações no ordenamento mundial

"Participants in the decade-long public and academic discussion of globalization have routinely focused on two major shifts: from national to global and from government to governance. They have paid far less attention to the third shift, from unitary state to the disaggregated stated" (SLAUGHTER, 2004: 12).

A autora Anne-Marie Slaughter, na obra *New World Order*, dedicou grande parte da sua pesquisa ao novo modelo de interação entre os estados e seus reflexos, chegando ao resultado de que o modelo clássico do Estado unitário com monopólio das ações e interesses públicos não corresponde à realidade do Século XXI.

Isto se daria em razão da fragmentação do Estado-nação. A autora adota uma linha de que a "ficção" da nação indivisível criada pelo direito internacional não concordaria com as dinâmicas atuais. Desde o início da globalização os países tentam organizar-se de tal forma que possam enfrentar os problemas mundiais por meio de soluções comuns vinculativas, valendo-se das tradicionais organizações internacionais para firmar acordos formais para serem ratificados nos parlamentos domésticos. Ocorre que tais ações sofrem com a dinamicidade atual que requer mais agilidade dos governantes para adoção de medidas que combatam as inseguranças oriundas da imigração, proliferação de armamentos nucleáres, tráfico de drogas, isso para citar alguns. Em comum, esses temas demandam a cooperação extraterritorial, criando assim verdadeiro "estado de interdependência". Portanto o que se tem hoje são inúmeras redes de *networks* que variam nas dimensões horizontais e verticais, que acabam por reforçar a *raison d'être* do Estado provedor.

O conceito de soberania também seria alvo de reformulação em Slaughter, citando Chayes, entende que "The new sovereignty is status, membership, connection to the rest of the world and the political ability to be an actor within it". Seria portanto essa apitdão que conferiria "status and recognition to states in the international system to the extent that they are willing and able to engage with other states, and thus necessarily accept mutual obligations" (SLAUGTHER, 2004: 267).

Já se pode notar está movimentação como são os casos dos agrupamentos de países que representam as grandes economias mundiais em rodadas não regimentais. Por exemplo, G20 e G7 tentaram convergir na intuito de amenizar a mundial de 2008/9. Essa

modalidade de fórum horizontal, embora informal, tem a prerrogativa de encaminhar decisões para o âmbito nacional. Em outras palavras, verifica-se um processo distinto daquele produzido nas instituições internacionais formais, no entanto com eficácia similar. Outra curiosidade desse formato é que a participação dos chefes de estados é algo meramente protocolar, pois os debates e proposituras ali apresentadas ficam a cargo dos seus Ministros e técnicos de governo, embora a visibilidade ainda se restrinja aos líderes estatais. Na mesma linha horizontal o poder judiciário e legislativo promovem frequentemente ações de *benchmarking* para inserirem nas suas práticas diárias o que de melhor é feito em outros governos. Trata-se, portanto, de evidência da atuação dos estados por atos transgovernamentais.

Com efeito, a União Europeia é vista como uma das grandes precursoras dessa nova tendência onde diversos setores interagem entre si no intuito de proporem soluções comuns à todos os Estados-membros. Por exemplo a interação do Tribual Europeu de Justiça com os magistrados nacionais para a criação da Agência Europeia de Informação, atuando, assim, na dimensão vertical (SLAUGTHER, 2004: 264). Podemos oferecer outro exemplo, lembrando o caso em que a UE e a Federação Europeia das Indústrias e Associações farmacêuticas (EFPIA) apresentaram medidas para assegurar a transparência na relação entre as indústrias e os profissionais da saúde. Por iniciativa dessa instituição privada e com participação ativa do Parlamento Europeu (PE) e da Comissão Europeia fora proposto um código de transparência, no qual as transferências de valores serão publicadas anualmente nos termos do código da EFPIA. Na ausência deste diálogo dificilmente esse problema – que é de todos os Estados-membros – teria alcançado a dimensão regional desejada, uma vez que a UE não tem competência para legislar nesta área.

Com efeito, como é de conhecimento geral, hoje as instituições multilaterais recebem pautas das mais diversas origens. A OMC, por exemplo, incorpora demandas de grupos de países representados nos fóruns “informais” do G20, G8, G33. Não obstante, a ONU tem recebido demandas de ONGs para fins humanitários e de proteção do meio ambiente. O FMI, por seu turno, trabalha em cooperação com as instituições financeiras nacionais e respectivos bancos centrais. Assim, pode-se destacar a influência não só em âmbito dos governos que perdem o monopólio nas ações de interesse público, como também as tradicionais organizações mundiais.

6. As estratégias da União Europeia e Mercosul dentro da ordem multipolar

O momento unipolar e uni-multipolar que dominou as últimas décadas, no qual os EUA atuaram como regulador das principais políticas de alcance internacional, por meio das tradicionais organizações mundiais, não deve persistir conforme demonstrado nos capítulos anteriores. Ao dividirmos essa transformação nas dimensões econômicas, políticas e militares, segmentos esses que credenciaram os EUA ao posto de potência hegemônica, podemos entender que estamos próximo de uma mudança nesse status.

A China em breve terá um PIB superior que o estadunidense e a credibilidade de Washington na ordem internacional diminuiu desde o abandono de Bretton Woods até as recentes invasões, Iraque e Afeganistão. Ainda, o governo de Washington deve encarar nos próximos anos uma forte pressão interna contra as ações militares externas que não apresentem benefícios tangíveis para a população. Os altos custos (econômico e vidas) das intervenções não serão mais admitidos pela opinião pública. Adicionalmente, espera-se que o *smart power* dê lugar ao *hard power* e os meios diplomáticos sejam utilizados com maior frequência.

Deste modo, com o recuo do administrador do ordenamento mundial teremos um sistema caraterizado pela fragmentação das instituições internacionais, assim como uma elevada monta de negociações bilaterais, regionais e transversais. Nestes novos arranjos o Estado não irá monopolizar os debates na ordem externa e delegará funções aos setores privados e ONG.

A União Europeia e o Mercosul devem adequar-se a essa realidade do século XXI. O Acordo Quadro ora em estudo trata-se da percepção de ambos que expandir é fundamental para sobrevivência de suas economias.

Desta feita, esse tópico propõe analisar dois acontecimentos recentes que poderão impactar a UE e o Mercosul de maneira individualizada, mas também a governança econômica mundial.

De início, UE e EUA negociam um acordo para instituírem uma área de livre comércio, denominado Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento-APT (em inglês The Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP) e, caso confirmado terá forças para alterar as regras do comércio. Se forem bem sucedidos

poderão até colocar em dúvida a função da OMC, visto tamanho efeito ricochete para as outras economias.

Por seu turno, o Mercosul depara-se com importantes parceiros buscando uma via alternativa de estímulo ao comércio na região ao introduzirem a Aliança do Pacífico. Trata-se de um projeto recente, iniciado há três anos que ainda não dispõe do mesmo corpo institucional que o Mercosul, contudo já apresenta resultado significativos.

6.1 UE e EUA: Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (APT)

A crise de 2008-9 abalou as economias das principais potências mundiais, ainda viram os países emergentes saírem com maior facilidade desta tensão do que eles próprios. Para piorar, a Rodada Doha e um positivo desfecho em prol da maior liberalização comercial não foi concluída em tempo para contribuir com a retomada do crescimento de suas economias, tampouco para torná-los menos dependentes dos estímulos governamentais com recursos públicos.

É neste cenário que União Europeia e EUA deram passos mais consistentes ao proporem um acordo de Livre Comércio em 2012. Desde então, foram organizados seis encontros em Bruxelas, sendo o último datado de 16 de julho de 2014.

Na visão do Professor Robert Lawarence da Havard Kennedy School esse seria "the cheapest stimulus package you can imagine"[41].

A aliança transatlântica não se trata de nada inédito se lembramos dos laços entre norte-americanos e europeus, pois já cooperam entre si no campo militar por meio da OTAN, enquanto na vertente econômica costumam ter posições convergentes nas rodadas da OMC, assim como alguns tratados para regular, por exemplo, a atuação aeroviária em ambos os espaços aéreos. Entretanto, trata-se de um dos acordos mais ambiciosos, com reais possibilidades de efeito *spillover* no comércio mundial.

É bem verdade que não será uma tarefa fácil. UE e EUA tem um histórico de parceria, mas com divergências nas mais diversas políticas.

Verifica-se nesse projeto o objetivo de remover barreiras tarifárias em todos os segmentos econômicos de modo a facilitar o intercâmbio de bens, serviços e

[41] http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-178_en.htm, acessado em 02-08-2014.

investimentos. Além disso, procura harmonizar as diferentes regulamentações não tarifárias de modo a possuírem normas idênticas para ambos os mercados.

Joaquín Roy resume a proposta da seguinte maneira: "TTIP [APT] is intended to cut industrial and agricultural tariffs, and to open services and public procurement markets" (ROY & DOMINGUEZ, 2014: 2).

Menciona-se, também, o condão estratégico de uma via alternativa as morosas negociações no âmbito da OMC, criando assim regras que obrigariam outros mercados a se adequarem, nomeadamente o chinês: "is to disseminate these rules and create a platform to push other states to engage in domestic structural reforms to meet new trade commitments" (ROY & DOMINGUEZ, 2014: 29).

Diferentemente das barreiras tarifárias (BT) que são facilmente erradicadas nos tratados internacionais, visto seu caráter de mero entendimento econômico, as barreiras não tarifárias (BNT) não contam de mesma simplicidade. Normalmente elas representarem princípios enraizados nos instrumentos legais que, por sua vez, buscam proteger a cultura, saúde, segurança, meio ambiente, condições de trabalho e etc. Por exemplo, a UE não veria com bons olhos a entrada de produtos alimentares geneticamente modificados, nem mesmo contribuiria para entrada de bens de cujas indústrias produtoras não respeitem os padrões de baixa emissão de CO_2. Portanto, neste caso, deverá passar por longo período de negociação para atingir consenso em diversos itens e assim assegurar efetividade a esse compromisso transatlântico.

Por muitos anos os EUA ocupam o posto de principal mercado consumidor dos produtos da UE, em 2011 essa soma significou 17% do total das exportações europeias. Não menos relevantes são as exportações de Washington para a UE que correspondeu 11% do total, atrás apenas de China e Rússia. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) europeu no mercado norte americano atingiu 1/3 do total dos *outwards* europeus.

Com efeito, a UE encomendou um relatório independente para orientar as decisões do Conselho, assim como apoiar as atividades da Comissão Europeia na condução desse trabalho. O documento foi elabora pelo Centre for Economic Policy Research de Londres sob a denominação de *Reducing Trans-Atlantic Barriers to Trade and Investment*[42].

[42] http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/march/tradoc_150737.pdf, acessado 02-08-2014.

Neste memorando, prevê-se que o sucesso na assinatura do TTIP proporcionará ganhos na ordem de € 199 biliões por ano para a UE, se confirmado o cenário mais ambicioso (Tabela 8). Enquanto o outro parceiro se beneficiária com o incremento de € 95 biliões anuais, no mesmo cálculo otimista.

Isso configuraria um adicional mensal de € 545 para as famílias (4 pessoas) no continente europeu e € 655 para a população estadunidense. Ainda, propõe-se foco na convergência quanto às barreiras não-tarifárias a fim de otimizar os resultados desse acordo bilateral, tendo em vista que as tarifas aduaneiras aplicadas às importações já são baixas, na ordem de 4%; excepcionalmente, no caso de alimentos processados e setor automotivo podem superar 8%. Ao contrário das barreiras tarifárias (BTs), as barreiras não-tarifárias (BNTs) costumam adicionar 10% a 20% do valor final, tendo em vista "differences in technical, regulations, standards and certifications (ROY & DOMINGUEZ, 2014: 1)."

Tabela 8
Resumo do efeito macroeconômico - projeção para economia global 2027

Mudança do PIB	**Acordo somente sobre tarifas**	**Acordo somente sobre serviços**	**Acordo somente sobre aquisições**	**Acordo numa visão menos ambiciosa**	**Acordo numa visão mais ambiciosa**
UE, milhões de euros	23,753	5,298	6,367	68,274	119,212
EUA, milhões de Euros	9,447	7,356	1,875	49,543	94,904
Exportações bilaterais					
UE, milhões de euros	43,84	4,591	6,997	107,811	186,965
EUA, milhões de Euros	53,777	2,859	3,411	100,909	159,098

Fonte: Relatório Reducing Trans-Atlantic Barriers to Trade and Investment, 2013

Destarte, o Memorando da Comissão Europeia destaca que:

"Reducing non-tariff barriers, so-called "behind-the-border" barriers, will have to be the key part of trans-Atlantic trade liberalisation. As much as 80% of the total potential gains come from cutting costs imposed by bureaucracy and regulations, as well as from liberalising trade in services and public procurement"[43].

[43] http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-211_en.htm, acessado em 02-08-2014.

Em matéria disponibilizada no periódico The Economist, as BNTs também são lembradas como fundamentais para angariarem ganhos efetivos:

"A comprehensive agreement that includes non-tariff barriers (NTBs) would be especially enticing. Post-war trade liberalisation has mostly meant slashing tariff rates. Duties between America and Europe are low already. More cuts wouldn't hurt, but NTBs are the biggest hurdles to trade"[44].

Com relação ao mercado de trabalho os impactos seriam positivos, segundo o relatório encomendado, prevê-se o incremento da produtividade, qualidade do salário e abertura de novos postos de trabalho, tanto para mão-de-obra de baixa e alta qualificação. Contudo, calcula-se que de 0,2% a 0,5% dos trabalhadores europeus sofreriam impulso negativo, ao passo que seria necessário acomodarem-se em outras posições de trabalho.

Igualmente, o restante do mundo também seria beneficiado com a facilitação dos fluxos comerciais nos EUA e UE. Espera-se que o Acordo Parceria Transatlântica (APT) tenha um impacto na renda e comércio internacional, tendo em vista a injeção de aproximadamente € 100 biliões (Tabela 9) no mercado internacional. O estudo indica que:

"the importance of the UE and the US will mean that their partners will also have an incentive to move towards the new transatlantic standards. This has the potential to spread gains across the global economy, which is increasingly interdependent especially given the ever greater complexity of global value chains" (Comissão Europeia[45]).

Como é de conhecimento geral, muitos países em desenvolvimento são fornecedores de produtos primários que depois são processados nas nações desenvolvidas, por essa razão teriam incrementadas as suas exportações para UE e EUA.

Todavia, menciona-se que alguns países fora do escopo do acordo poderiam ter perdas significativas. A título de exemplo, o México que vem obtendo boas taxas de crescimento, poderia conviver com um decréscimo de 16% das suas exportações para os EUA. Na mesma perspectiva, Canadá corre o risco de diminuir em 9,33% a sua exportação para o país vizinho (ROY & DOMINGUEZ, 2014: 30).

Em que pese o relatório denotar vantagens para as duas partes, cumpre ressaltar a opinião dos mais críticos ao projeto.

[44]http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21580512-trade-negotiations-between-america-and-european-union-will-not-be, acessado em 02-08-2014.

[45] http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-211_en.htm, acessado em 02-08-2014.

Inicialmente, o risco da ingerência das grandes corporações nos governos nacionais utilizando o poder dos *lobbying* ou por meio da criação de um tribunal com jurisdição sobre as matérias incorporadas no tratado, a fim de dirimir litígios entre as duas partes é algo que incomoda, em especial os céticos europeus.

Tabela 9
Impacto no PIB Mundial

	Menos ambicioso		Mais ambicioso	
	Milhões de Euros	%	Milhões de Euros	%
União Europeia	68,274	0,27	119,212	0,48
Estados Unidos	49,543	0,21	94,904	0,39
Total dos outros países	46,636	0,07	99,171	0,14
Outros membros da OECD com alto PIB	15,942	0,08	36,322	0,19
Leste Europeu	1,019	0,14	2,328	0,33
Mediterraneo	237	0,02	1,063	0,08
China	3,810	0,02	5,487	0,03
India	946	0,02	2,338	0,04
ASEAN	15,081	0.45	29,834	0,89
MERCOSUL	624	0.01	1,545	0,03
Com baixo PIB	1,064	0.09	2,366	0,2
Resto do Mundo	7,913	0.05	17,887	0,12

Fonte: Relatório Reducing Trans-Atlantic Barriers to Trade and Investment, 2013

O deputado francês, Yannick Jadot, adverte quanto à criação do *Settlement Mechanism (ISDS)* que seria utilizado para dirimir eventuais litígios:

"The investor-state dispute settlement mechanism (ISDS) is a massive Trojan horse, which could be used by multinational corporations to whittle away EU standards and regulations across a range of policies from the environment to food safety to social protection.[46]"

Geroge Monbiot do jornal the Guardiam, um dos mais críticos ao APT chama a proposta de "full-frontal assault on democracy"[47], pelo qual as grande corporações dotadas de bons advogados sobrepor-se-iam aos parlamentos e proteções legais, ameaçando o controle democrático.

Em documento oficial, a Comissão Europeia defende a criação do tribunal arbitral sob o fundamento de que, embora os sistemas legislativos dos dois lados contratantes

[46] http://www.euractiv.com/trade/brussels-wants-hear-ttip-investo-news-532919, acessado em 02-08-2014.
[47] http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/04/us-trade-deal-full-frontal-assault-on-democracy, acessado 02-08-2014.

sejam sólidos, não seriam suficiente para garantir a segurança dos investidores (Comissão Europeia)[48].

Por outro lado, advogando em favor do negócio bilateral, Karel De Gucht (Representante da Comissão Europeia no TTIP) afirma que: "we are not lowering standards in TTIP. Our standards on consumer protection, on the environment, on data protection and on food are not up for negotiation. There is no "give and take" on standards in TTIP[49]."

Os grupos de defesa do meio ambiente, em particular os europeus, acreditam que a parceria transatlântica colocaria em perigo o desenvolvimento sustentável, isto é, desde a não ratificação do tratado de Kyoto os EUA são tidos como quem faz pouco caso à problemática da mudança climática. No entanto, a "expertise" europeia em favor do desenvolvimento sustentável poderia ser positiva, caso houvesse a transferência de tecnologia e regulamentações para o governo e as indústrias norte-americanas.

A privacidade dos cidadãos europeus também é outro assunto bastante polêmico. Existe um receio que nessa "fusão" os EUA tenham acesso a mais dados privados e continue com seu programa de espionagem por meio da CIA/NSA, fazendo uso indiscriminado de informações sensíveis.

Vale lembrar que não se trata de uma negociação simples. A agricultura como é problemática em todos os fóruns internacionais, mais uma vez pode ser um obstáculo. Nesta mesma ordem, a França não demonstra disposição para abrir mão das suas regras de valorização da cultura, de modo que o acesso para produtos de Hollywood pode não ser facilitado nesta tratativa. Bruce Stoke da Royal Institute of International Affairs também demonstra preocupação com esse tema: "The future of existing EU protections on film, television and music industries have caused some concern with EU member states; how best to safeguard cultural differences while not impeding digital commerce may be a sticking issue"[50]. Outrossim, a complexidade do modelo federalista norte-americano poderá ser outro empecilho para as negociações. Os estados por força constitucional detêm autonomia legislativa em inúmeras matérias, sendo assim será necessário passar primeiro por uma convergência interna.

[48] http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/may/tradoc_151351.pdf, acessado em 03-08-2014
[49] http://www.theguardian.com/environment/2014/mar/14/free-trade-deal-eu-us-environment-ngos-sustainability, acessado em 03-08-2014.
[50] https://www.chathamhouse.org/media/comment/view/193841, acessado em 03-08-2014.

Finalmente, como ficaria a OMC neste cenário? A Rodada Doha ainda teria tem(ria) relevância? O TTIP teria força suficiente para atuar como um laboratório de uma liberalização comercial em nível mundial, pois representaria a "união" de 40% do PIB mundial, como ainda seria capaz de provocar uma reforma no sistema comercial por si só.

6.2 Mercosul e os "Tigres Latinos" da Aliança do Pacífico

"The opening of mega regional free trade negotiations (TPP and TTIP), along with the emergence of the Pacific Alliance, are having a significant impact on the Latin American integration processes and, especially, on the immediate and future development of Mercosur" (ROY, Joaquín; DOMINGUEZ, Roberto, 2014: 173).

Criada formalmente em 6 de junho de 2012 a Aliança do Pacífico (AP) tem conseguido atrair as atenções do mercado internacional. Nos quase três anos de constituição apresentou propostas audaciosas que muito se assemelham ao início promissor do Mercosul. Contudo, essa similaridade se limita ao processo inicial e por compartilharem o mesmo espaço regional.

A AP representa hoje para o território latino a soma de 209 milhões de habitantes e PIB próximo a US$ 2 trilhões, enquanto os países do Mercosul reúnem S$ 3,3 trilhões com população estimada em 279 milhões[51].

O bloco originário formado por Chile, Colômbia, México e Peru e com adesão recente da Costa Rica, tendo ainda Uruguai e Paraguai – membros do Mercosul –, como observadores, ficou conhecido como a ala neoliberal latina. Por exemplo, o Chile já é signatário de acordos bilaterais com os EUA e UE para o livre comércio, como também faz parte do plano norte-americano de juntar as principais economias do outro lado do pacífico num negócio único. Os demais signatários seguem os mesmo passos chilenos, ao passo que também ratificaram seus tratados com essas duas potências. Numa direção oposta, o Mercosul firmou contratos da mesma espécie com apenas Israel, Egito e a Autoridade da Palestina (ROY & DOMINGUEZ, 2014: 174).

Em série histórica iniciada em 2010, pode verificar-se o acumulado de taxas positivas de crescimento, com destaques para todos os seus membros (Tabela 10). No

[51] http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1288749-editorial-tigres-latinos.shtml, acessado em 03-08-2014.

caso específico da Colômbia, segundo previsão do FMI[52], espera-se que em 2015 seu PIB ultrapasse o da Argentina, tornando assim o segundo maior país da América do Sul em termos de arrecadação.

Essa ideologia favorável à facilitação comercial foi confirmada na última reunião de cúpula, ocorrida na cidade de Cali, aquando se comprometeram com a eliminação de 90%[53] das tarifas para produtos intra-bloco.

Tabela 10
Evolução histórica do PIB – 2010/2016

Países	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Argentina	9.1	8.6	0.9	3.0	0.0	1.5	2.8
Bolivia	4.1	5.2	5.2	6.5	5.3	4.3	3.9
Brazil	7.5	2.7	0.9	2.3	1.5	2.7	3.1
Chile	5.8	5.9	5.6	4.2	3.3	4.5	5.0
Colombia	4.0	6.6	4.1	4.3	4.6	4.5	4.4
Costa Rica	5.0	4.4	5.1	3.5	3.7	4.3	4.6
Ecuador	3.5	7.8	5.1	4.5	4.3	4.2	5.1
Mexico	5.1	4.0	4.0	1.1	2.3	3.5	4.0
Peru	8.5	6.5	6.0	5.8	4.0	5.6	6.0
Paraguay	13.1	4.3	-1.2	13.9	4.8	4.3	4.0
Uruguay	8.9	6.5	3.9	4.2	3.1	3.4	4.0

Fonte: Banco Mundial[54]

Seria crível dizer que esse novo agrupamento preocupa os líderes do Mercosul. Recentemente o Uruguai solicitou a entrada na AP como observador (2013).

O risco de dissidência existe. Os poucos avanços obtidos pelo Mercosul nos últimos anos trouxeram questionamentos quanto à sua viabilidade como bloco comercial. Mormente, a difícil relação entre Brasil-Argentina vem dificultando maiores progressos. Soma-se, a isso o entendimento de que "o Mercosul perdeu força. Hoje ele é sobretudo um fórum para intercâmbio diplomático[55]".

A cúpula social do Mercosul, crítica ao *modus operandi* da AP assevera que: “A Aliança do Pacífico é uma proposta que aponta para dividir um processo de integração do

[52] http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/05/1456196-pib-da-colombia-deve-passar-o-da-argentina.shtml, acessado em 05-08-2012.
[53] http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/06/1298243-alianca-do-pacifico-nao-e-ameaca-para-o-mercosul-afirma-chanceler.shtml, acessado em 02-08-2014.
[54] http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects/regional-outlooks/lac#2, acessado 02-08-2014.
[55] http://www.dw.de/pressionado-por-outros-blocos-e-acordos-mercosul-tenta-recuperar-espa%C3%A7o/a-17817123, acessado em 05-08-2014.

sul que vem avançando a passos bastante firmes e largos. É uma proposta equivocada, vem trazer ruído à região”[56].

Na visão do presidente Rafael Correa, a AP se trata de uma manobra dos EUA para persuadir o “ciclo progressista”:

“Não nos enganemos: a integração da América Latina, com visão independente, soberana e digna, é uma preocupação para os EUA. E já há uma restauração conservadora, da direita, das elites de sempre do continente, para brecar estes processos integracionistas e progressistas no interior de nossos países. E aí surgem contrapropostas à Unasul, como a Aliança do Pacífico [integrada por Chile, Peru, México e Colômbia], que é neoliberalismo puro”[57]. Não muito diferente é a posição do governo argentino quanto à interferência dos EUA na região: o Embaixador do conselho Consultivo Social da Argentina, Oscar Laborde acredita que “a direita continental e o governo dos Estados Unidos estão atentando contra essa integração. Os exemplos são mais do que evidentes... É evidente que a Aliança do Pacífico é um instrumento nesse sentido[SIC]"[58].

O Chile, porém, refuta a ideia de se tratarem de blocos excludentes e na opinião do Chanceler Heraldo Muñoz “há possibilidades concretas de avançar até uma convergência”.

Talvez essa orientação chilena já esteja alinhada com o pensamento da recém-reempossada presidente chilena, Michelle Bachelet, que em razão da sua origem esquerdista seria mais sensível às causas dos governos brasileiros, argentinos e “bolivarianos”, ambos estes de condão populistas. Ainda, durante a campanha pelo mandato presidencial, a candidata ao cargo do antigo presidente de centro-direita, Sebastián Piñera, foi enfática ao se posicionar em relação ao Mercosul: “Valorizamos os esforços para a integração da Aliança do Pacífico, mas vamos assegurar que a nossa participação no bloco não vá de encontro a outros projetos de integração na região".

Embora o tom adotado pelo governo chileno seja conciliatório e convergente, é cabível incorrer que os dois blocos – como hoje são configurados – não compartilham dos mesmos conceitos. O Mercosul na altura da sua constituição teve como uma de suas

[56] http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/cupula-social-do-mercosul-rejeita-aproximacao-com-alianca-do-pacifico.html, acessado em 02-08-2014.

[57] http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1488868-restauracao-conservadora-ameaca-ciclo-progressista-diz-rafael-correa.shtml, acessado em 02-08-2014.

[58] http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2013/07/10/cupula-social-do-mercosul-rejeita-aproximacao-com-alianca-do-pacifico.htm, acessado em 02-08-2014.

motivações fazer frente ao governo de Washington, ao passo que aumentaria o seu poder de negociação somando esforços das maiores economias sul-americanas numa só voz. Muito diferente, portanto, dos membros da AP que compartilham de grande afinidade político-econômica com a potência do norte das Américas.

Outrossim, as economias do pacífico – mais liberais, são economias de mercado – enquanto as mercosulistas insistem na substituição da importação e na adoção de medidas protecionistas.

Não seria pertinente afirmar, tampouco negar que AP se trata de um instrumento norte-americano para regatar o domínio na região, no entanto parece ao menos coerente concordar que esse agrupamento fortalece o plano implícito de isolamento de países não alinhados à política estadunidense, nomeadamente os BRICS.

Por fim, só os próximos anos poderão responder se a AP e o Mercosul irão conviver harmonicamente na ala sul-americana. Por ora, a AP deve passar pelo seu primeiro grande teste político. Em janeiro de 2014 o Tribunal Internacional de Justiça julgou procedente um pedido do Peru modificando a demarcação de fronteira com Chile. Este último, sentindo injustiçado ameaça abandonar a Aliança do Pacífico caso a decisão seja colocada em prática.

6.3 A Rodada Doha (DDA)

Historicamente o processo de liberalização comercial pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) foi conduzido de acordo com os interesses dos EUA e UE na busca de maior acesso aos mercados estrangeiros, entretanto essa premissa seria alterada com a instituição da OMC.

Na altura da criação do GATT (1947) que por natureza propunha a resolução de conflitos em relação às tarifas restritivas de comércio, havia 23 nações participantes, 12 industrializadas e 11 em desenvolvimento, representando 60% do comércio mundial há época; hoje esse número chega a 160 signatários. Após resultados significativos em prol da liberalização comercial percebeu-se a necessidade da sua reformulação. A "criatividade dos legisladores" em introduzir a cada ano novas BNTs, além da globalização, contribuíram para a percepção de que novos temas deveriam receber atenção deste foro multilateral (DAS, 2005: 31).

Por sua vez, a Rodada Doha (DDA), criada no âmbito da OMC, é herdeira da bem sucedida Rodada Uruguai (1986/1994) e nem um pouco exitosa Rodada Seattle (1999), a primeira foi a responsável por alterar o sistema do GATT, incluindo matérias mais abrangentes como comércio de produtos, serviços e propriedade intelectual, além de instituir a Organização Mundial do Comércio. Diferentemente da sua precursora, a OMC vem com uma proposta de favorecimento das nações em desenvolvimento, em especial os países menos avançados. Iniciada em 2001, no Qatar – no mesmo ano em que a China entraria no quadro desta organização – a DDA teve conclusão prevista para 2005, no entanto em virtude dos pequenos progressos obtidos Cancún (2003) e Genebra (2004) tal prazo passou a ser considerado irrealista. Neste momento, para muitos, chegou a ser considerada obsoleta, afinal não abrangia temas modernos como manipulação de taxas de câmbio e volatilidade nos preços de *commodities* (incluído após a reunião de Hong Kong-2005), mas para outros ganhou sobrevida após a conferência ministerial de Bali (2013). Roberto Azevedo[59], Diretor-geral da OMC explicou que o problema da manipulação cambial como medida restritiva de comércio não faz parte da competência da OMC por se tratar de um assunto de finança, logo deveria ficar sob os cuidados da FMI. O ex-embaixador lembra que este tema nunca obteve progresso quando discutido no FMI. Na sua percepção essa temática deveria ser tratada pelos líderes de governo diretamente por envolver tamanha complexidade.

Com efeito, segundo o Peterson Institute for International Economics (2009) se houvesse empenho dos governantes para concluir a DDA os ganhos para a economia mundial variariam entre US$ 300 biliões a US$ 700 biliões anuais[60], dependendo claro, do nível de ambição. Para se ter uma ideia, a mesma pesquisa indicou que os resultados somente em razão de cortes em tarifas para produtos químicos, eletrônicos e meio ambiente impactariam US$ 104 biliões por ano.

Todavia para conseguir esse incremento no rendimento global, as nações signatárias da OMC precisam convergir para um entendimento nas 20 matérias postas sobre a mesa, numa decisão que respeite a modalidade *single undertaking*, isto é, somente produzirá efeitos se todos os assuntos em disputas vierem a ser dirimidos em um só ato. Roberto Azevedo explicou que a escolha de um número elevado de tópicos se

[59] http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/roberto-azevedo-1, acessado em 03-08-2014.
[60] http://www.iie.com/publications/interstitial.cfm?ResearchID=1279, acessado em 06-08-2014.

deu em razão da necessidade de que os possíveis benefícios sejam ponderados com as perdas e vice-versa. Assim, quando se trata de uma negociação que envolve, um ou dois itens, apresenta menor margem de flexibilidade.

Não obstante, muito se temeu pela demora no desfecho da DDA, pois as convergências até então conseguidas poderiam ser objeto de fácil recuo dos líderes dos governos, fazendo que a qualquer momento as negociações possam retornar ao marco zero.

Neste ínterim de duas décadas de negociações, verificaram-se embates quase irreconciliáveis entre EUA, UE e países em desenvolvimento em se tratando de assuntos como: agricultura, BNTs, BTs, serviços e comercialização de medicamento, isso só para citar alguns.

Cumpre ressaltar que o conflito não é algo novo, o que mudou foi a conjuntura econômica mundial; "When the Doha Round of multilateral trade negotiations was launched in 2001, the price of oil was $25 not $105 per barrel; the price of rice was $170 not $730 per ton; China's current account surplus was 2 not 10 percent of GDP" (MATTOO & SUBRAMANINA, 2008: 1).

É bem verdade, também, que há uma transição do período de fartura que perdurou entre os anos de 2002 a 2008 até o desenrolar da última grande crise, momento que seria marcado pela elevação do preço de *commoditties* e energias renováveis:

"Rising commodity prices threaten food and energy security. On trade we see, especially in the United States, perceived threats to economic security for workers and the middle class, which are reinforced by distorted exchange rates. Financial security has been threatened by the recent crisis; moreover, the world is uncomfortable with the massive global transfer and renationalization of finance that is reflected in the emergence of sovereign wealth funds"(MATTOO & SUBRAMANINA, 2008: 3).

Sem dúvidas a agricultura tem sido a principal fonte de discordância entre os países membros. No caso europeu, por exemplo, desde a constituição das comunidades europeias a agricultura teve tratamento diferenciado, quiçá quando negociada com países terceiros. Não muito diferente é a atenção conferida pelo governo norte-americano aos seus produtores agrícolas, recentemente foi anunciada uma nova política de estímulo a este setor (FARM BILL, 2014). A "nova Lei envolve um orçamento de US$

956 biliões em subsídios e programas de nutrição por um período de dez anos, e de US$ 489 biliões em cinco anos. Vale a pena notar que, dos US$ 956 biliões, somente US$ 200 biliões são destinados às questões agrícolas, ou seja, os subsídios para programas de nutrição (US$ 756 biliões) compõem 80% dos gastos da Farm Bill"[61].

Os países em desenvolvimento querem maiores acesso a este segmento, assim como aperfeiçoamento do sistema de cotas e fim dos subsídios.

Quase como contrapartida, os países industrializados clamam por melhores regras para o direito de propriedade intelectual, facilitação do acesso do setor de serviços em mercados mais fechados, dentre outras demandas.

Embora, houvesse muito pessimismo quanto às chances de encontrar um desfecho positivo para ambos os lados, a Rodada Doha surpreendeu com fechamento do "Doha Light" ou "Bali Package". Após vinte anos de sua criação, a OMC finalmente apresentaria resultados factíveis para os seus Estados-membros.

6.3.1 IX Conferência Ministerial da OMC – Bali 2013

A conferência Ministerial de Bali tinha a missão de desbloquear a Rodada Doha, bloqueada desde o último encontro em Genebra 2008, como também recuperar o prestígio da OMC que, desde a sua criação em Marraquexe nunca havia entregado um acordo. Assim, um eventual desfecho negativo poderiam sepultar a DDA. Era a oportunidade para a instituição multilateral provar que não se converteu num mero Tribunal Arbitral para resolução de conflitos entre os Estados-membros. Esse foi o retrato da complexa tarefa que o recém-empossado Diretor Geral da OMC (Roberto Azevedo) teria na condução da sua primeira conferência ministerial.

Com efeito, após quatro dias de sucessivas reuniões foi anunciado o "Doha Light" ou "Bali Package". Mesmo incorporando menos que 10% dos temas postos em pauta, não se tratou de negociação simples. No último minuto Bolívia, Venezuela, Nicarágua e Cuba quase bloquearam o acordo em virtude da negativa norte-americana em retirar o embargo imposto à Cuba. No entanto, depois de solucionado o último impasse os países-

[61]http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-nova-lei-agr%C3%ADcola-dos-estados-unidos-uma-perspectiva-de-washington, acessado em 03-08-2014.

membros firmaram um acordo com base em partes: facilitação do comércio; algumas questões agrícolas e desenvolvimento e PMAs.

Para Yinguo Dong e William H. Meyers do International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), "a decisão obtida em Bali (Indonésia) não apenas cria compromissos vinculantes em questões relacionadas à tramitação das operações de importação e exportação, como também prevê a cooperação entre os membros da OMC em questões aduaneiras e a concessão de auxílio aos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) para sua adequação às novas regras"[62].

Por fim, o polêmico item da consularização que exigia o registro de documentos de comércio exterior nos consulados foi removida das deliberações.

a) Facilitação do Comércio

A decisão proferida neste pilar tem por objetivo simplificar os procedimentos aduaneiros através da redução de custos e aperfeiçoando dos processos, a fim de oferecer maior celeridade nas entradas de fronteiras. Esta melhoria perpassará pelo "aumento da eficiência e transparência, redução da burocracia e uso adequado de novas tecnologias". Por esse feito se espera reduzir entre 10% a 15% o custo mundial de comércio[63].

Christophe Bellmann, pesquisador do ICTSD acredita que os países menos avançados serão os principais beneficiários desse novo arranjo: "TF is probably the area of the Bali package that will generate the largest immediate benefits to poor countries"[64]. O autor ainda aponta uma interessante contradição nesta matéria, pois não foram os PMAs que trouxeram esse assunto para o debate, mas sim os países industrializados em solidariedade com estes.

[62] http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/facilita%C3%A7%C3%A3o-do-com%C3%A9rcio-e-medidas-sps-impactos-sobre-os-pa%C3%ADses-em, acessado em 04-08-2014.

[63] BENDINE, Roberto, *WTO back on track after Bali*, 2013, disponível em http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/briefing_note/join/2013/522314/EXPO-INTA_SP%282013%29522314_EN.pdf,acessado em 04-08-2014

[64] BELLMANN, Christophe, *The Bali Agreement: Implications for Development and the WTO*, 2014, disponível em http://poldev.revues.org/128, acessado em 04-08-2014.

b) Agricultura

Os grupos G20 e G33 tiveram influência neste tópico contribuindo com os itens alvos de votação. Destarte, o compromisso em relação à agricultura se deu em três pontos. O primeiro no que se diz respeito à interferência dos governos para adquirir estoques de produtos agrícolas e repassar à população com preços subsidiados. Sob o argumento de que esta matéria incorpora assuntos de segurança alimentar e não como método para prática desleal, a Índia liderou este debate. Assim, chegaram a uma decisão que teve por objetivo flexibilizar a utilização de subsidio agrícola para fins da segurança alimentar. Esse acordo firmado utilizando uma "Cláusula de Paz" tem efeitos temporários até que a decisão definitiva seja proferida.

O segundo tem por finalidade melhorar o sistema de cotas para importação, criando novas disposições para consultas e informações do montante não preenchido. Procura-se mitigar o lapso de comunicação que prejudica os países exportadores.

Por fim, houve convergência quanto à exportação de algodão provenientes dos PMAs que terão facilitadas as entradas de seus produtos, além de receberem assistência técnica para o desenvolvimento da sua produção.

c) Desenvolvimento e Países Menos Avançados

Este tema que foi considerado por Christophe Bellamann[65] o menos inovador dentre dos resultados obtidos em Bali, tendo em vista incorporar boa parte das propostas previamente apresentadas nas conferências anteriores ao bloqueio de DDA em 2008, pode ser dividida em três assuntos principais.

A primeira assertiva estabeleceu a criação de um mecanismo de monitoramento para revisar e aperfeiçoar a cláusula de "Tratamento Especial e Diferenciado" no intuito de garantir maior precisão, efetividade e operacionalização na sua função. Assim, essa nova provisão não implicará num fórum de negociação, mas irá promover relatórios com recomendações para que as divisões competentes da OMC tomem as providências necessárias.

[65] Idem, ibidem.

Em seguida, a pedido dos Países Menos Avançados (PMAs), teve-se aprovado um guia prático que tem por função harmonizar a aplicação da cláusula de "Regras de Origem" (Rules of Origens), a qual já garantia aos produtos provenientes de países de economias pouco avançadas tratamento como se nacionais fossem. Todavia, sua efetividade é duvidosa, pois não se criou nenhuma norma com força vinculativa limitando-se, portanto, às sugestões. Além disso, deliberaram que o Conselho de Comércio em Serviços dará início a um processo visando o desenvolvimento deste setor nos PMAs. Para tanto, serão realizadas reuniões semestrais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas quais serão discutidos os segmentos de mercado que terão tratamento preferencial para os PMAs.

Igualmente, ficou acertado que os países desenvolvidos que ainda não garantem ao menos 97% de *duty free* e cotas livres para as exportações provenientes dos PMAs deverão cumprir este objetivo até a próxima conferência ministerial.

6.3.2 Pós-Bali: próximos passos do sistema multilateral do comércio

A reunião de Bali sem dúvidas colecionou resultados importantes para o sistema mundial do comércio. Pela primeira vez a OMC conseguiu entregar resultados práticos para os seus Estados-membros. Porém não se pode deixar de reconhecer que muito ainda precisa ser feito para que a DDA finalize o seu percurso. Neste caminho, as complexas matérias que envolvem agricultura e serviços precisam ser alvos de deliberações mais consistentes, caso contrário a efetividade da OMC poderá ser colocada em xeque novamente.

Neste ínterim, para que as decisões advindas dessa rodada negocial surtam os efeitos almejados serão necessários que 2/3 dos signatários ratifiquem os termos da minuta ora em comento em seus respectivos estados. Outrossim, será importante que no próximo encontro as partes envolvidas cheguem com a mesma disposição que levaram à Indonésia.

Não se sabe ao certo quais foram os efeitos que os acordos trans-regionais tiveram sobre essa reunião de cúpula, todavia um novo fracasso na OMC pode fazer com que os EUA, UE e todos os outros grupos que negociam acordos desta monta redirecionem seus esforços para as combinações bilaterais.

III PARTE

7. O Futuro do Acordo de Livre Comércio entre a UE e Mercosul

Passados quase 20 anos desde a assinatura do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação que seria o primeiro passo para a associação dos mercados europeu e mercosulista numa inédita modalidade de integração bi-regional, o que se notou foram inúmeras convenções – 14 somente entre 2000 a 2004 – para tratar do assunto, porém sem resultados tangíveis. Quando se esperava um desfecho positivo (2004) verificou-se que os assuntos quase irreconciliáveis para ambas as partes não estavam realmente resolvidos, dando ensejo à suspensão das negociações (MALAMUD, PEÑA, *at al.*, 2013: 104).

Contudo, a crise de 2008/9 demandou que o governo europeu retomasse a estratégia de expansão dos seus acordos bilaterais, sendo um deles direcionado aos países do Mercosul com ênfase no comércio brasileiro. Por seu turno, as nações do cone-sul perceberiam esta janela de oportunidades para retomar as negociações com o parceiro do outro lado do atlântico para também impulsionar suas economias, objetivando a diversificação de suas exportações com alto grau concentração na China, recuperar a credibilidade do grupo regional, bem como se protegerem de eventual isolacionismo. Desta forma, anunciariam em 2010 na cidade de Madri a renovação dos diálogos no intuito de destravar as negociações. (MALAMUD *et al.*, 2013: 101-106).

Ocorre que desde seu re-lançamento os progressos foram mínimos. Permanece desde então a retórica dos discursos políticos sob a afirmativa de que se trata de uma estratégia importante para os dois blocos e que estão avançando passo a passo. Isto, contudo, não é verdade, "The joint communiqué issued after the eight round is sufficient proof of the still general framework in which the talks are still **mired** [grifo nosso]" (MALAMUD *et al.*, 2013: 104).

Enquanto os líderes insistem em manter o tom otimista, embora sem apresentar resultados factíveis para confiabilidade desse acordo, o cenário econômico mundial mudou muito. Para citar alguns exemplos, os desdobramentos no sistema multilateral internacional em virtude da entrada da China (2001) e da Rússia (2006) na OMC, com

destaque para a primeira que integra uma disputa China-EUA quanto à forma na qual o país asiático deveria ser enquadrado dentro desta organização multilateral. Os EUA entendem que os chineses deveriam incorrer nas mesmas regras aplicáveis aos países industrializados. No lado oposto, a potência asiática se mostra satisfeita com a denominação de nação emergente e não demonstra qualquer interesse em rever esse status. Ainda, a economia norte-americana não tem encontrado facilidade em recuperar os elevados índices de crescimento de outrora percebendo assim o seu declínio, ao passo que seu posto hegemônico não deve prosperar. Também o multilateralismo no âmbito da OMC permaneceu por longo período sem soluções para os temas modernos como já explorado nos itens anteriores. A conferência ministerial de Bali/Doha serviu de alento para aqueles que ainda acreditam na viabilidade deste fórum internacional para dirimir equitativamente as problemáticas do *trade* mundial. Entretanto, seu prestígio ainda está sob *sub judice* e somente os próximos anos com novos resultados positivos poderão fazer com que os governos nacionais invistam todas as suas fichas nos acordos vinculativos aos estados pares. Enquanto isso, o sistema multilateral é remodelado pela invasão de inúmeros acordos regionais. Incorre, ainda, o lançamento de "mega" negociações entre as principais economias, nomeadamente, APT e TTP, entre outros. Nestas complexas associações parece residir a prioridade dos líderes norte-americanos e europeus no momento, de modo que a OMC estaria em segundo plano (PEÑA, 2014: 1[66]).

Destarte, Felix Peña apresenta as condições que seriam indispensáveis para o sucesso na formalização desses acordos bi-regionais: "political will and strategic vision that reflect the concrete national interests; external conditions that generate the perception of economic and political changes, even of threats; and a network of cross-interests in the economic and social levels" (MALAMUD *et al.*, 2013: 54). Seria preciso também estar presente "multual trust", "methodological flexibility" e "predictability"(PEÑA, 2013: 1[67]). Deste modo, esses elementos estariam presentes no momento atual da relação bilateral UE-Mercosul?

[66] PEÑA, Félix, El Mercosur en un Mundo de Mega-Acuerdos Preferenciales, 2014, disponível em http://www.felixpena.com.ar/index.php?contenido=wpapers&wpagno=documentos/2014-05-mercosur-en-un-mundo-de-mega-acuerdos-preferenciales, acessado em 12-08-2014.

[67] PEÑA, Félix, *Trust, Flexibility and Predictability*, 2013, disponível em http://www.felixpena.com.ar/index.php?contenido=negotiations&neagno=report/2013-09-conditions-for-mercosur-rejuvenation-agreement-with-the-eu, acessado em 12-08-2014.

7.1. Perspectivas da União Europeia em relação ao Mercosul

Primeiramente, a União Europeia parece não ter este acordo como prioridade para os próximos anos. (MESSERLIN, 2013: 4[68]; FLÔRES, 2013: 7[69]). Com os resultados tímidos de Bali/Doha para as pretensões dos países industrializados a UE deve dar preferência aos acordos regionais e bi-regionais que permitem obter maiores ganhos em curto prazo, assim o Mercosul parece não fazer parte desta lista preferencial.

Num dos mais recentes estudos que contempla os impactos dessa interação, está o realizado pela Comissão Europeia no ano de 2011. Percebe-se nessa pesquisa que agricultura europeia sofreria grande impacto, enquanto os ganhos com produtos não agrícolas seriam baixos:

"In summary, the model results indicate that the economic losses and the adjustment pressures arising from a bilateral trade agreement between the EU and the countries of Mercosur would, as far as the EU is concerned, fall very heavily on the agricultural sector. The gains to other sectors would be widely diffused and, given the very small magnitude of these gains relative to the EU economy as a whole, would be easily absorbed without an imposing adjustment burden. The aggregate welfare changes for the EU, whether measured across the whole economy or, on a partial basis, with respect to the activities agricultural production and food consumption, would be small. However, the trade-off involved in the redistribution of income between agriculture and the rest of the economy is steeper in the scenarios depicting the Mercosur request compared with those involving the EU offer. The Mercosur request provokes a much greater downward impact on agriculture whereas the additional gains elsewhere (to non-agrifood sectors or to consumers) are relatively smaller" (COMISSÃO EUROPEIA, 2011[70]).

Desta forma, a UE deverá privilegiar as grandes economias com normas bem definidas e que tenham forte relevância no setor regional para atuar como "Hub of PTAs".

Na ordem dos mais relevantes estão os projetos de integração com os EUA, Japão e Coréia do Sul e Taiwan. Um eventual acordo com Washington teria um impacto no modelo de governança econômica mundial e, possivelmente, poderia reformar as regras

[68] MESSERLIN, Patrick, *The Mercosur – EU Preferential Trade Agreement: A view from Europe*, CEPS, 2013, disponível em http://www.ceps.eu/book/mercosur%E2%80%93eu-preferential-trade-agreement-view-europe, acessado em 05-08-2014.
[69] FLÔRES, Renato, *In Search of a Feasible EU-Mercosul Free Trade Agreement*, CEPS, 2013, disponível em http://www.ceps.eu/book/search-feasible-eu-mercosul-free-trade-agreement, acessado em 05-08-2014.
[70] http://ipts.jrc.ec.europa.eu/publications/pub.cfm?id=4819, acessado em 01-08-2014.

multilaterais em benefício das travadas negociações em serviços, propriedade intelectual e aquisições. Com relação ao Japão e Coréia seria uma estratégia em face da propositura norte-americana de instituir o Acordo Transatlântico do Pacífico para não perder espaço. Por fim, Taiwan é considerada peça fundamental para acesso ao mercado chinês, ao passo que como os três países citados detém melhor "qualidade regulatória"[71] que o Brasil, principal *player* regional sul-americano (MESSERLIN, 2013: 2). Messerlin nos lembra que "in early 2010s, Brazil does not look like the most attractive country with respect to these tree conditions. Its GDP represents only 11% of the EU's GDP, much behind US (86%), China (36%), and Japan (34%). Moreover, during the next two decades, Brazil is not expected to increase substantially its share of world GDP, meaning that there are more dynamic – hence attractive – economies for the EU. Not surprisingly all these more attractive economies are located in East Asia, and – *en passant* – they are the industrial locomotives needed by resource-rich Brazil. Lastly, Brazil's raking in terms of governance is much behind that of the US, Japan, and Taiwan".

Com efeito, outros fatores também podem ser considerados impeditivos para o sucesso do plano UE-Mercosul em curto prazo. Existia grande expectativa que o interesse Ibérico colocasse essa parceria em primeiro plano no projetou europeu, afinal Durão Barroso que assumiu (2004) o posto de Presidente da Comissão Europeia tem fortes ligações com a maior economia do cone-sul. Filho de brasileiro o português poderia facilitar os diálogos bloqueados desde 2004, porém contribuiu somente para o relançamento das conversas em 2010. Por seu turno, apostava-se também na Espanha como capaz de influenciar as ações da Comissão em favor do acordo com o Mercosul, contudo após a expropriação da petrolífera Yacimientos Petrolíferos Fiscales, subsidiária da rede espanhola Repsol na Argentina, o interesse espanhol desapareceria. Essa ideia também é compartilhada na obra Mercosur European Union Dialogue:

"the trade liberalization with Mercosur would only prosper based on the Iberian initiative if it had no importance. Otherwise it would succumb to the veto by France. Therefore, it would be left up to Brazil to assume paternity of the project as demandeur, which would deprive it of its alleged status as the most coveted market for trade and

[71] Messerlin adaptou o estudo desenvolvido por Buir e Rajbari (2011) que tem por objetivo medir a qualidade regulatória com base na junção de dois indicadores: facilidade de fazer negócios e índice de competitividade. MESSERLIN, Patrick, *The Mercosur – EU Preferential Trade Agreement*: A view from Europe, CEPS, 2013, disponível em http://www.ceps.eu/book/mercosur%E2%80%9 3eu-preferential-trade-agreement-view-europe, acessado em 05-08-2014.

investments, thus entitled to choose among several alternatives for trade negotiations, such as the WTO, the EU, the USA, South America, and more recently, China" (MALAMUD *et al.*, 2013: 23).

Aliás, as oscilações políticas e econômicas na Argentina repercutem no Mercosul por meio de um "efeito contágio"[72], uma vez estes problemas individuais passam a afetar a previsibilidade e credibilidade de todo o bloco.

Cumpre ainda destacar a posição europeia em torno das reivindicações mercosulistas para reformar a PAC. Seria muito difícil prever a conclusão de um acordo de livre comércio entre esses dois países sem envolver uma reforma estruturante na política agrícola europeia. Ainda, em 2002 os europeus já acreditavam que essa política seria liberal o bastante, senão vejamos:

"In defense of trade practices concerning agricultural products, the EU highlights [em 2002] the truly remarkable fact that around 70% of agricultural products can enter the EU without tariff barriers. Nevertheless, all the products of interest of Mercosur exporters are to be found in the remaining 30%, and this is where the EU defensive practices towards they consider sensitive generate trade distortions"(MALAMUD *et al.*, 2013: 21).

Em 2004, Pascal Lamy no seu último ano de mandato como Comissário Europeu de Comércio (futuramente viria a ser diretor da OMC) mantinha-se firme quanto à posição de não intervir na CAP, pois acreditava que tal assunto deveria ficar restrito ao "fórum for systemic issues [OMC]" (FLORÊS, 2013: 2)[73]. Daí em diante, novas barreiras não-tarifárias foram inseridas no escopo do comércio agrícola mundial:

"we have witnessed the systematic creation of new concepts of trade defense, which certainly won't contribute to increase the international trade if a free trade agreement is ever signed. Introducing concepts such as 'multifunctionality' of agriculture or new rules for animal welfare, or measures environmentally or socially related, in addition to new phytosanitary standards, creates a smokescreen that distorts the perception of real trade liberalization between the two regions" "(MALAMUD *et al.*, 2013: 21).

[72] http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-crise-argentina-e-o-mercosul, acessado em 08-08-2014.

[73] FLÔRES, Renato, *In Search of a Feasible EU-Mercosul Free Trade Agreement*, CEPS, 2013, disponível em http://www.ceps.eu/book/search-feasible-eu-mercosul-free-trade-agreement, acessado em 05-08-2014.

Lembra-se, ainda, o plano de governo de François Hollande que prometeu desenvolvimento em detrimento da política de austeridade. A França, um das principais beneficiárias do modelo atual da PAC, dificilmente empregaria esforços para alterar as regras de quotas e subsídios como demandam os mercosulistas. No curto prazo, os francêses deverão apoiar acordos que criem empregos e não prejudiquem a relação com essa importante camada (agrícola) para o governo socialista"(MALAMUD *et al.*, 2013: 26). Mormente, o setor automotivo que também percebe muita atenção dos governos nacionais, visto sua importância para empregabilidade e geração de riqueza não se mostra entusiasmado com essa proposta de associação. Embora as grandes indústrias automotivas europeias possuam subsidiárias nos países-membros do Mercosul e são cientes das recentes investidas chinesas nessa seara, existe o receio que alterações cambias poderiam "'flooded' by the cheaper clones made in Mercosul" (FLÔRES, 2013: 2[74]). No caso, das montadoras francesas, por exemplo, parecem "happy to operate in Brazil behind high tariffs" (MESSERLIN, 2013: 3[75]).

Além disso, a União Europeia passa por um momento ímpar. A crise econômica exacerbou algumas fragilidades do processo de construção europeu. Será necessário despender muitos esforços para tentar recuperar a credibilidade do setor financeiro, talvez resolvidas com a implantação do Mecanismo Único de Resolução dos Bancos (2014) e Mecanismo Europeu de Estabilidade (2012). Terá ainda que no campo político mediar a insatisfação do Reino Unido que ameaça se desligar do plano europeu caso seu desejo de regredir para um modelo meramente econômico não seja satisfeito. Existem, também, incertezas quanto ao crescente número de eurocéticos na região, refletidos na última eleição do Parlamento Europeu. Por fim, a crise ucraniana e os seus desdobramentos, principalmente no que se refere o futuro da relação UE-Rússia deve ser receber uma atenção especial nos próximos anos.

[74] Idem, ibidem

[75] MESSERLIN, Patrick, *The Mercosur – EU Preferential Trade Agreement: A view from Europe*, CEPS, 2013, disponível em http://www.ceps.eu/book/mercosur%E2%80%9 3eu-preferential-trade-agreement-view-europe, acessado em 05-08-2014.

7.2. Perspectiva do Mercosul em relação a União Europeia

O Mercosul vivencia um período de incertezas cuja prioridade para os próximos anos deverá recair sobre a acomodação da Venezuela no seu quadro como País-membro e a superação da crise econômica Argentina.

Ademais, nos últimos anos os conflitos entre os países membros têm se acentuado e restou visível a limitação do sistema de solução de controvérsias no impasse entre Argentina e Uruguai como apontado por Carlos Malamud no conflito do papel-celulose (MALAMUD *et al.*, 2013: 105). Na mesma esteira, Brasil e Argentina não conseguem fundar a convergência necessária para impulsionar os acordos bilaterais. Até o momento, o Mercosul possui acordos de livre comércio somente com o Egito, Palestina e Israel, outros preferenciais com países latinos, América Central, União Aduaneira da África Austral (SACU) e Índia.

Nos últimos anos, percebeu-se o desvio do objetivo inicial que era constituir um bloco econômico para um agrupamento político. A adesão da Venezuela e a forma com que o Paraguai foi suspenso corroborariam para essa percepção.

A perspectiva futura quanto ao projeto de integração com a UE deve ser analisada sob duas perspectivas, os interesses dos governos brasileiro e o argentino, tendo em vista que coordenação da política externa do Mercosul reside sobremaneira no interesse desses dois países. Nesta esteira, Orlando Ferreres, que foi vice-ministro de economia da Argentina, entende que "A inexistência de recursos humanos próprios do Mercosul faz com que os funcionários responsáveis pelo bloco só pensem em seus próprios países. Atualmente, o bloco é administrado por representantes da diplomacia e dos órgãos ligados ao comércio exterior dos quatro membros"[76].

Por conseguinte, no caso do Brasil, o momento político atual denota de grande pressão interna, acentuada com as manifestações de maio de 2013 nas quais mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas pedir por melhorias nos áreas econômicas, sociais e políticas do país. Um dos temas lembrados corriqueiramente pelo segmento industrial é o chamado "custo Brasil". A alta carga tributária – próxima à de países desenvolvidos –, os baixos níveis de infraestrutura e logística, a baixa qualidade na prestação de serviços

[76] http://www.ictsd.org/bridges-news/news/pontes-mercosul-todos-os-benef%C3%ADcios-para-o-brasil-orlando-ferreres, acessado 08-09-2014.

elevam sobremaneira o custo de produção em solos nacionais. Ocorre que as progressivas medidas protecionistas de majoração de tarifas para entrada de produtos estrangeiros – 40% maior que as tarifas para produtos agrícolas[77] –, na modalidade de substituição das importações, não colecionam os efeitos desejados para promover o desenvolvimento da indústria local. Na verdade, em 2013 a participação da indústria no PIB brasileiro atingiu 24,9%[78], o menor número desde 2000. Desta forma, existe o entendimento que talvez seja o momento propício para flexibilização da política protecionista a fim de ter maior acesso as novas tecnologias, melhorar os setores de serviços, diminuindo assim o custo operacional no país e, quiçá, recuperar competividade interna e promover as exportações. Cumpre ressaltar, ainda, que o Brasil foi excluído (2012) do Sistema Geral de Preferências (SGP) da União Europeia, cuja esta decisão deverá impactar cerca de 12% das exportações brasileiras para UE, nomeadamente "autopeças, maquinário, plásticos, têxteis e químicos"[79].

O setor agrícola, por sua vez, teme pela eventual conclusão dos "mega" acordos regionais, principalmente entre UE-EUA, pois acredita que as exportações para o mercado europeu poderiam ser reduzidas em quantidade significativa.

Assim, entende-se que para a maior economia do Mercosul esse acordo deva ser tratado como prioridade, tanto por visão estratégia, como para evitar um eventual isolamento. Além disso, visa obter ganhos para o setor a agrícola em curto prazo; em médio-longo tratar-se-ia de uma possibilidade de recuperar a indústria local. É bem verdade, que nos próximos anos o engajamento do governo brasileiro possa ser alterado em razão dos desdobramentos da eleição de 2014. A atual presidente, Dilma Rousseff, que tem certa responsabilidade pelo "desvio de finalidade" do Mercosul não tem reeleição garantida. Por seu turno, o candidato da oposição Aécio Neves[80] que também detém boas chances de entrar no Palácio do Planalto já anunciou que pretende alterar a posição do país em relação ao Mercosul, dando indícios de preferir uma inclinação aos países da Aliança do Pacífico e União Europeia.

[77] MALAMUD, Carlos, PENÃ, Félix at al., *Mercosur European Union Dialogue,* Apex Brasil, Brasília, 2013. p. 111
[78] http://exame.abril.com.br/economia/noticias/industria-tem-em-2013-menor-peso-no-pib-desde-2000, acessado em 09-08-2014.
[79]http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/brasil-%C3%A9-exclu%C3%ADdo-do-sgp-da-uni%C3%A 3o-europeia, acessado em 08-08-2014.
[80]http://www.valor.com.br/politica/3509098/no-rio-grande-do-sul-aecio-neves-propoe-o-fim-do-mercosul#ixzz3BEVXEVHK, acessado em 09-08-2014.

Porém, como se sabe, o modelo funcional do Mercosul requer o alinhamento das decisões, sendo assim, a vontade brasileira pode ficar para segundo plano caso não se chegue a um denominador comum entre os demais membros. Destarte, a Argentina hoje seria para o Mercosul um "stumbling blocks" segundo a Ministra da Agricultura brasileira Kátia Abreu[81].

Para o professor de economia Pedro Vartanian "Um eventual acordo entre Mercosul e UE não poderá desconsiderar a fragilidade da economia argentina e seus impactos sobre os demais integrantes do Mercosul. Assim, é bem provável que o acordo não seja concluído enquanto perdurar a incerteza sobre o futuro do país vizinho."[82]

Com efeito, a Argentina passa por um momento de perda da credibilidade no cenário internacional. Nos últimos tempos o governo local divulgou taxas inflacionárias desprendidas da realidade, em 2013 afirmara que atingiu a marca de 10,9%, enquanto consultorias independentes alegavam que o número seria de 28,3%. Soma-se a isso a uma crise cambial que poderá ser transformada em crise bancária (Vartanian, 2014: 3). Em 2014, o Governo argentino iniciou um conflito internacional após a decisão da Suprema Corte norte-americana que determinou a suspensão do pagamento de uma dívida de US$ 1 bilião com base na insatisfação de um grupo minoritário de credos, havendo, portanto, o risco de calote.

Deste modo, dificilmente a Argentina poderá prosseguir com uma negociação de abertura comercial enquanto perdurarem as incertezas quanto à governabilidade interna. Portanto, embora a negociação transatlântica pareça fundamental para o Brasil, o momento vivido pelo governo Kitchener requer cuidados e o Mercosul não deverá receber apoio necessário para consolidar a sua aproximação com o governo de Bruxelas.

7.3. Um acordo possível?

Entendemos que para ambos os blocos o acordo em comento é factível, embora pese se tratar de um momento desfavorável para que as negociações avancem pelos motivos e fatos apresentados no tópico anterior. Por força da conjuntura atual talvez se

[81] http://uk.reuters.com/article/2014/02/25/uk-eu-mercosur-argentina-idUKBREA1O0Y820140225, acessado em 07-08-2014.
[82] http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-crise-argentina-e-o-mercosul, acessado em 07-08-2014.

requeira maior pragmatismo das duas partes o que, por sua vez, poderia implicar na revisão das matérias postas na mesa de negociação.

Com efeito, a proposta de integração bi-regional ainda se insere nos propósitos europeus de expansão do comércio externo com ênfase nos setores de serviços, produtos industrializados e aquisição, assim como nos objetivos mercosulistas de afirmação do bloco no cenário internacional e na busca para resgatar a credibilidade perdida desde a conversão para um mecanismo político. Contudo, a Comissão Europeia deverá privilegiar os acordos com inserção aos mercados asiáticos e norte-americano. Assim, a União Europeia não deverá nos próximos anos concentrar seus esforços nessa parceria, cabendo, portanto, ao principal líder do Mercosul essa tarefa. Ademais, caso o APT venha a ser assinado o interesse da UE pelo Mercosul não deverá desaparecer, porém a capacidade de pedido dos latinos deverá diminuir diante das novas regras que o acordo UE-EUA porventura viesse a estabelecer. Igualmente, a baixa convergência entre os países do Mercosul em torno de uma política externa comum corrobora para que haja um pessimismo quanto à consecução do acordo num curto prazo. O Mercosul padece com a instabilidade econômica da Argentina e, caso agravada, não atalhará somente os planos de integração com a UE, mas como afastará outros países/blocos interessados.

Deste modo, qual seria a alternativa para resgatar a credibilidade e talvez alcançar, num período nem tão distante, um desfecho positivo para os dois lados?

Renato Flôres sugere uma proposta de cunho menos ambicioso que, segundo o autor, seria a única forma de conseguir algo tangível diante do cenário instável já apresentado. Assim, o professor e economista propõe que seja negociado um acordo limitado à transferência de tecnologia, similar ao que Brasil e França firmaram para a aquisição de submarinos nucleares franceses pelo governo brasileiro com direito a transferência de *expertise*. Salientou, também, que "such approach, if seriously undertaken, would take one or two years. But it would produce something concrete – reasonably independent of the crises on both sides of the Atlantic – to be presented to decision makers and to the business community, the ultimate engines of trade negotiations" (FLORÊS, 2013: 8).

Por fim, caso fosse logrado êxito nessa modalidade, além de resgatar a credibilidade abriria espaço para avançarem rumo a temas mais sensíveis.

Por outro lado, Messerlin, dotando de um posicionamento mais ambicioso, não desmerece as negociações até então empreendidas e assim sugere uma revisão por temas de acordo com a possibilidade de êxisto. Sua propositura incluiria "norms in goods, possibly regulations in some services, climate change, energy, technology and some regulatory cooperation". Desta forma, dar-se-ia preferência aos itens que não envolvessem reduções tarifárias, mas que abrangesse normas e regulamentos. Por conseguinte, "successful negotiations on these topics would not change dramatically the current level of market access. But they would create the much needed trust between the two sides of the Atlantic and they would magnify the results in terms of market access that could be achieved once the Mercosur members and the EU are in the same mood" (MESSERLIN, 2013: 6-9).

Com efeito, acreditamos que as propostas lançadas por Flôres e Messerlin merecem atenção por parte dos líderes europeus e mercosulistas, pois as duas formas contemplam um entedimento realístico, bem como respeitam o conturbado período que vive o Mercosul e a União Europeia. Pôde-se ver nas duas sugestões a nítida preocupação em resgatar a credibilidade do processo de negociação como passo inicial, adicionalmente, convergem para reforma dos temas existentes na pauta atual.

CONCLUSÃO

A presente proposta de dissertação teve por objetivo analisar a dinâmica recente entre Mercosul e União Europeia diante da proposta de formalizarem um acordo de livre comércio nos termos lançados pelo Acordo Quadro Inter-Regional de 1995. Primeiramente, buscamos apresentar um estudo comparativo em relação à evolução histórica dos dois blocos, de modo a compreender os princípios que regem as duas organizações. Na análise inicial, ficou demonstrado as similaridades e as diferenças de ambos os processos de integração. As primeiras comunidades europeias foram propostas no intuito de assegurar a paz e promover a recuperação econômica na região após o período de devastação resultado de duas guerras seguidas. Como esperado por Monnet, as Comunidades Europeias tiveram força suficiente para atrair maior convergência entre os Estados-membros e, por conseguinte, derivar em maiores aprofundamentos. Assim, a União Europeia de 2014 incorpora 28 Estados-membros espalhados de leste a oeste, norte a sul, um tanto quanto diferente daquela fundada pelo Tratado de Roma. A construção do Mercosul, por seu turno, teria encontrado justificativa nos propósitos dos governos brasileiro e argentino em assegurar a democracia em seus territórios, bem como estimular o comércio entre vizinhos por meio do estreitamento das trocas mercadorias entre os dois maiores países do cone sul-americano. Tratou-se, também, de funcionar como um instrumento para inserção dessas duas nações no cenário internacional, além de proteger-se das investidas norte-americana na região.

Na segunda parte buscou-se contextualizar o enquadramento da UE e Mercosul ante as transformações geopolíticas aceleradas pela globalização, cuja ênfase foi conferida à acentuada articulação entre os estados. Mencionou-se o *shift* entre os momentos bipolar, uni-multipolar e multipolar dentro da chamada nova ordem mundial. Embora não seja assunto pacífico, defendemos aqui a chegada de um sistema internacional mais heterogêneo e menos Washington centrista.

Esta afirmativa se baseia em diversos fatores, dentre eles o surgimento de novos players globais – o BRICS, em especial China – que se juntam à EUA, UE, Japão na distribuição do poder. Adiciona-se a isto, a verificação do declínio norte-americano no que concerne sua economia e credibilidade política no âmbito interno e externo. O poder

militar antes visto como balizador do *status* de superpotência (como tivemos no momento bipolar EUA-Rússia), hoje não possui o mesmo peso como outrora; fatores como economia, cultura, história, respeito ao meio ambiente e direitos humanos são fundamentais nas negociações atuais. Além do mais, as intervenções em países terceiros, principalmente, para fins de guerra, parece-nos cada vez menos frequentes que épocas atrás.

Sendo assim, no nosso entendimento, a retomada do *status quo* (uni-multipolar) parece pouco provável e deveremos caminhar para um espaço um pouco mais democrático no que se refere a participação dos Estados-nações como atores internacionais, sejam eles industrializados, emergentes ou menos avançados.

De toda forma, os EUA trabalham para concluir duas grandes negociações que poderão ter implicações gerais e alternar o curso da economia mundial. Um dos impactos esperados por esses "mega" acordos seria a revisão do papel da OMC, uma vez que o TTIP e o TTP . Aliás, a funcionalidade das tradicionais organizações internacionais já vem sendo alterada com a multiplicidade de *networks* como defendido por Slaughter.

Demos, também, destaque para a crescente promoção do regionalismo que pode contribuir para o multilateralismo na intenção de solucionar problemas comuns. Pese embora, admitir-se que dependendo da matriz ideológica em que os agrupamentos regionais sejam constituídos podem implicar em efeitos antagônicos ao multilateralismo.

Por fim, a última parte, já caminhando para uma conclusão, encontrou fundamentos em assíduos estudiosos da relação bilateral UE-Mercosul para que não devemos criar expectativas para um desfecho positivo quanto à proposta de livre comércio em curto prazo. Flôres, Penã, Malamud e Messerlin são categóricos ao afirmarem que não se percebe um momento favorável para a consolidação dessa complexa negociação. Entendem, ainda, que dificilmente haverá evolução nas negociações caso não haja uma revisão dos termos fixados; isso sem mencionar o não atendimento de critérios básicos, credibilidade, flexibilidade e previsibilidade como sugerido por Peña. A instabilidade vivida pelo governo argentino é hoje um dos principais empecilhos para o êxito desse acordo, tampouco a UE deverá mostrar o comprometimento necessário com essa causa por existirem opções mais promissoras.

Na verdade, verificou-se pouco pragmatismo e muitos discursos políticos sem ações efetivas que sustentem as razões da aproximação de 1995 e da reaproximação de 2010. Afinal, são 20 anos de inúmeras reuniões e quase zero de resultados produzidos.

BIBLIOGRAFIA

ARCHER, Clive, *The European Union*, Routledge, New York, 2008.

BARBOSA, Rubens António, *O Mercosul e a Integração Regional*, Imprensa Oficial SP, São Paulo, 2010.

BOYER, Ivan; SCHUSCHNY, Andrés, *Quantitative assessment of a free trade agreement between MERCOSUR and the European Union*, Nações Unidas, Santiago, 2010.

BRUM, Argemiro Luís; PETRY, Débora Cristina; ZINGLER, Karine Daiane, *A Ampliação do Mercosul e as Negociações Bilaterais com a União Europeia*, Unijuí, Ijuí, 2011.

CAPELLO, Roberta *et al. Globalization and Regional Growth in Europe*, Springer, Berlim, 2011.

COMISSÃO EUROPEIA, *Mercosul: Documento de Estratégia Regional 2007-2013*, Comissão Europeia, Bruxelas, 2007.

DAS, Dilip K., *The Doha Round of Multilateral Trade Negotiations*, Palgrave Macmillan, Basingstoke, 2005.

FERNANDES, Antônio José, *União Europeia e Mercosul: Dois Processos de Integração*, Universidade do Minho e Comissão Europeia, Braga, 1997.

FÓRUM EURO-LATINO-AMERICANO, *O Novo Multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul*, Principia, Publicações Universitária e Científicas, Cascais, 2001.

GARDINI, Gian Luca*, The Origins of Mercosur: Democracy and Regionalization in South America*, Fourth Edition Palgrave Macmillan, New York, 2010.

GIORDANO, Paolo; VALLADÃO, Alfredo; DURAND, Marie-Fraçoise, *Vers um Accord entre L'Europe at let* Mercosur, Press Sciences Po, Paris, 2001.

GOLD, Dore, *Tower of Babble: How the United Nations Has Fueled Global Chaos*, Crown Forum, New York, 2004.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, George, *International Relations: Theories e Approaches*, Oxford University Press, New York, 2010.

JAGUARIBE, Hélio, VASCONCELOS, Álvaro, *The European Union Mercosul and the new World Order*, Frank Cass Publishers, Portland, 2003.

LISTER, Majorie, *The European Union and the South, Routledge*, London, 1997.

MALAMUD, Carlos, PENÃ, Félix et al., *Mercosur European Union Dialogue*, Apex Brasil, Brasília, 2013.

MARQUES, Renato Luiz Rodrigues, *Duas Décadas De Mercosul*, Aduaneiras, São Paulo, 2011.

MURREY, Donette *et al.*, *Multipolarity in the 21st Century,* Routledge, Oxon, 2012.

NADKARNI, Vidya; NOONAN, Norma, *Emerging Powers in a Comparative Perspective: The Political and Economic Rise of the BRIC Countries*, Bloomsbury, New York, 2013.

NELLO, Susan Senior, *The European Union: Economics, Policies, History*, Third Edition, Marc Graw-Hill Education, Berkshire, 2012.

NEWMAN, Edward; THAKUR, Ramesh; TIRMAN, John (eds.), *Multilateralism Under Challenge?Power, International Order and Structural Change*, United Nations University Press, Tokyo, 2006.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de, *Mercosul: Atores Políticos e grupos de interesse brasileiros*, UNESP, São Paulo, 2003.

PIMENTEL, José Vicente de Sá, *Debatendo o BRICS*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2013.

PINTO, Pedro Borges de Sousa da Silva, *O Mercosul no Triângulo Comercial da ALCA, União Europeia e América Latina*, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2001.

PLATTNER, Marc; SMOLAR, Aleksander, *Globalization, Power, and Democracy*, JHU Press, Baltimore, 2000.

PORTO, Manuel Carlos Lopes; FLÔRES JÚNIOR, Renato Galvão, *Teorias e Política de Integração União Europeia e no Mercosul*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

PREUSSE, Heinz Gert Preusse, *The New American Regionalism*, Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham, 2004.

REIS, Marcio Monteiro, *Mercosul, União Europeia e Constituição*, Renovar, São Paulo, 2001.

ROY, Joaquín; DOMINGUEZ, Roberto, *The TTIP: The Transatlantic Trade and Investment Partnership between the European Union and the United States*, Jean Monnet Chair/University of Miami, Miami, 2014.

SILVA, Martins da Silva, *História da Unificação Europeia: Integração Comunitária (145-2010)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

SLAUGHTER, Anne-Marie, *A New World Order*, Princeton University Press, New Jersey, 2004.

SMITH, Martin, *Power in the Changing Global Order*, Polity Press, Cambridge, 2012.

TELÓ, Mario (ed.), European Union and New Regionalism, Regional Actors and Global Governance in a Post-Hegemonic Era, Ashgate, Hampshire, 2007.

VIEIRA, Liszt; Borba, Cintia Reschke de Borba, *Nacional X Global - União Europeia e Mercosul*, Renovar, São Paulo, 2010.

WIENER, Antje; DIEZ, Thomas, *European Integration Theory*, Second Edition, Oxford University Press, New York, 2009.

WUNDERLICH, Jens-Uwe, *Regionalism, Globalisation and International Order*, Ashgate Publishing Limited, Hampshire, 2007.

WEBGRAFIA

BELLMANN, Christophe, *The Bali Agreement: Implications for Development and the WTO*, 2014, disponível em http://poldev.revues.org/128, acessado em 04-08-2014.

BENDINE, Roberto, *WTO back on track after Bali*, 2013, disponível em http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/briefing_note/join/2013/522314/EXPO-INTA_SP%282013%29522314_EN.pdf, acessado em 04-08-2014.

FLÔRES, Renato, *In Search of a Feasible EU-Mercosul Free Trade Agreement,* CEPS, 2013, disponível em http://www.ceps.eu/book/search-feasible-eu-mercosul-free-trade-agreement, acessado em 05-08-2014.

MATTOO, Aditya; SUBRAMANINA, Arvind, *Multilateralism beyond Doha*, 2008, disponível em http://www.iie.com/publications/wp/wp08-8.pdf, acessado em 03-08-2014.

MESSERLIN, Patrick, The Mercosur – *EU Preferential Trade Agreement: A view from Europe,* CEPS, 2013, disponível em http://www.ceps.eu/book/mercosur%E2%80%93eu-preferential-trade-agreement-view-europe, acessado em 05-08-2014.

PEÑA, Félix, *El Mercosur en un Mundo de Mega-Acuerdos Preferenciales*, 2014, disponível em http://www.felixpena.com.ar/index.php?contenido=wpapers&wpagno=documentos/2014-05-mercosur-en-un-mundo-de-mega-acuerdos-preferenciales, acessado em 12-08-2014.

PEÑA, Félix, *Multilateralismo, regionalismo y las negociaciones Mercosur-Unión Europea*, 2000, disponível em http://www.felixpena.com.ar/index.php?contenido=wpapers&wpagno=documentos/2000-07, acessado em 04-08-2014.

PEÑA, Félix, *Trust, Flexibility and Predictability*, 2013, disponível em http://www.felixpena.com.ar/index.php?contenido=negotiations&neagno=report/2013-09-conditions-for-mercosur-rejuvenation-agreement-with-the-eu, acessado em 12-08-2014.

VARTANIAN, Pedro Raffy, 2014, A Crise Argentina e o Mercosul, disponível em http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-crise-argentina-e-o-mercosul, acessado em 11-08-2014.

SÍTIOS CONSULTADOS

http://data.worldbank.org/

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/

http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-211_en.htm, acessado em 02-08-2014.

http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/may/tradoc_151351.pdf, acessado em 03-08-2014

http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/roberto-azevedo-1, acessado em 03-08-2014.

http://uk.reuters.com/article/2014/02/25/uk-eu-mercosur-argentina-idUKBREA1O0Y820140225, acessado em 07-08-2014.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/07/140711_putin_argentina_brics_mc_kb.shtml, acessado em 31-07-2014.

http://www.ceps.eu/

https://www.chathamhouse.org/media/comment/view/193841, acessado em 03-08-2013

https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2001rank.html, acessado em 11-06-2014

http://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Reports%20and%20Pubs/2025_Global_Trends_Final_ Rep ort.pdf, acessado em 19-06-201

http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21580512-trade-negotiations-between-america-and-european-union-will-not-be, acessado em 02-08-2014.

http://www.economywatch.com/economic-statistics/economic-indicators/GDP_Share_of_World_ Total _PPP/, acessado em 11-06-2014.

http://www.euractiv.com/trade/brussels-wants-hear-ttip-investo-news-532919, acessado em 02-08-2014.

http://www.foreignaffairs.com/articles/54797/samuel-p-huntington/the-lonely-superpower, acessado em 02-08-2014.

http://exame.abril.com.br/economia/noticias/industria-tem-em-2013-menor-peso-no-pib-desde-2000, acessado em 09-08-2014.

http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/05/1456196-pib-da-colombia-deve-passar-o-da-argentina.shtml, acessado em 05-08-2012.

http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1288749-editorial-tigres-latinos.shtml, acessado em 03-08-2014.

http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/06/1298243-alianca-do-pacifico-nao-e-ameaca-para-o-mercosul-afirma-chanceler.shtml, acessado em 02-08-2014.

http://www.ft.com/intl/cms/s/0/d79ffff8-cfb7-11e3-9b2b-00144feabdc0.html?ftcamp=crm/email/2014429/nbe/AsiaMorningHeadlines/product&siteedition=uk#axzz33zPl6Khn, acessado em 07-06-2014.

http://www.indexmundi.com/

http://www.itamaraty.gov.br/

http://www.ictsd.org/

http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-crise-argentina-e-o-mercosul, acessado em 07-08-2014.

http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-nova-lei-agr%C3%ADcola-dos-estados-unidos-uma-perspectiva-de-washington, acessado em 03-08-2014.

http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/brasil-%C3%A9-exclu%C3%ADdo-do-sgp-da-uni%C3%A 3o-europeia, acessado em 08-08-2014.

http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/facilita%C3%A7%C3%A3o-do-com%C3%A9rcio-e-medidas-sps-impactos-sobre-os-pa%C3%ADses-em, acessado em 04-08-2014.

http://www.ictsd.org/bridges-news/news/pontes-mercosul-todos-os-benef%C3%ADcios-para-o-brasil-orlando-ferreres, acessado 08-09-2014.

http://www.iie.com/publications/interstitial.cfm?ResearchID=1279, acessado em 06-08-2014.

http://www.openeurope.org.uk/Content/Documents/2012EUbudget_new.pdf, acessado em 31-01-2014.

http://www.people-press.org/2013/12/03/public-sees-u-s-power-declining-as-support-for-global-engagement-slips/, acessado em 07-06-2014

http://www.people-press.org/2014/03/11/most-say-u-s-should-not-get-too-involved-in-ukraine-situation/, acessado em 07-06-2014.

http://www.people-press.org/2012/12/14/public-says-u-s-does-not-have-responsibility-to-act-in-syria/, acessado em 07-06-2014.

www.pewresearch.org

http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/04/us-trade-deal-full-frontal-assault-on-democracy, acessado 02-08-2014.

http://www.theguardian.com/environment/2014/mar/14/free-trade-deal-eu-us-environment-ngos-sustainability, acessado em 03-08-2014.

http://www.tradingeconomics.com/china/gdp, acessado 31-05-2014.

http://www.tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual, acessado 31-05-2014.

http://www.tradingeconomics.com/united-states/government-debt-to-gdp, acessado em 10-06-2014.

http://www.sipri.org/yearbook/2013/files/SIPRIYB13Summary.pdf

http://www.sipri.org/yearbook/2012/files/SIPRIYB12Summary.pdf

https://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2011/EN-SWOP2011-FINAL.pdf, acessado 31-05-2014.

http://www.valor.com.br/politica/3509098/no-rio-grande-do-sul-aecio-neves-propoe-o-fim-do-mercosul#ixzz3BEVXEVHK, acessado em 09-08-2014.

http://www.washingtonpost.com/blogs/wonkblog/wp/2013/01/07/everything-chuck-hagel-needs-to-know-about-the-defense-budget-in-charts/, acessado em 21-06-2014.

http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects/regional-outlooks/lac#2, acessado 02-08-2014.

http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2013_e/its2013_e.pdf, acessado em 15-06-2014.